



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Joana Teixeira Ferraz da Silva

Ser mulher num Bairro Social: aspectos dos trajetos e cotidiano feminino nas Andorinhas (Braga)



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Joana Teixeira Ferraz da Silva

**Ser mulher num Bairro Social: aspectos
dos trajetos e cotidiano feminino
nas Andorinhas (Braga)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Sociologia
Especialidade em Políticas Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro

outubro de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositórioUM da Universidade do Minho.

Licença concebida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Quero agradecer a vida por a toda generosidade. Grata por estar sempre me desafiando e me presenteando.

A todas(os) as(os) moradores do bairro social das Andorinhas, em especial as mulheres, que me acolheram com tanto carinho.

Ao Fernando e o Projeto Modos e Formas de Habitar: Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga pela maravilhosa oportunidade de fazer o que eu mais gosto: tecer vínculos.

Sheila Khan por me ajudar perceber de forma tão delicada essa realidade.

Ao grupo GEICS que abriu um novo mundo para mim.

Aos colegas da turma de mestrado, onde construímos juntos esse caminho.

Aos lindos amigos que sempre estiveram presentes nesta aventura Yo, Lelen, Polly, Tati, Mel, Keila, Cris, Eder, Pauline, Julia e Bruno.

Flavia e Vivi vocês me inspiram.

Dani, Pedro e pai obrigada!

Sérgio que com toda a sua paciência e amor reforçou em mim o delicioso prazer de estudar. Amigo não existem palavras para agradecer todo o seu companheirismo.

A minha mãe que sempre está presente em todos os momentos, transbordando amor, tudo isso seria impossível sem você.

Agradeço a todos por todo o afeto e a certeza que está tese é resultado de um trabalho de uma grande equipe.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de atualização indevida ou falsificação de informação ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

Ser mulher num bairro social: aspectos dos trajetos e cotidiano feminino nas Andorinhas (Braga)

Esta tese versa sobre questões de gênero em articulação com algumas dimensões da discussão em torno da habitação social, tendo como contexto de análise o bairro social das Andorinhas, localizado no concelho de Braga, norte de Portugal. Concluído em 1983, este empreendimento surge num contexto marcado pelo desenvolvimento de políticas de habitação por parte do Estado, com destaque para a construção de fogos de cariz social, ante o acentuado crescimento populacional urbano iniciado a partir da década de 70 e novas dinâmicas sociais decorrentes do processo de democratização do país. Tratou-se, pois, de garantir moradia àqueles que não apresentavam condições econômicas para a sua aquisição ou arrendamento no mercado habitacional convencional. Assume-se como questão norteadora deste trabalho a situação social das mulheres que habitam aquele mesmo bairro, em especial no que se relaciona com as desigualdades de gênero vivenciadas no cotidiano. Tendo isto em mente, podemos perceber como as desigualdades sociais são sentidas mais intensamente pelas mulheres, sobretudo pela dupla subalternização – pública e privada – a que culturalmente foram conduzidas. Assim, evidenciam-se alguns processos de enfrentamento criados pelas mesmas, que podemos definir enquanto expressões de oposição e mesmo de resistência, com destaque para aspectos políticos, sociais, familiares, laborais, entre outros. Para além do recurso a fontes primárias e bibliográficas, foram explorados dados obtidos por via de entrevistas e de inquéritos por questionário e com recurso a diários de campo e fotografias. Emerge destes dados a análise das categorias: experiência no sistema educacional, trajetos profissionais, participação política e estereótipos de gênero. Assumiu-se como central a reflexão sobre a interseção entre desigualdades de gênero e outras desigualdades sociais. Se nos deparamos com as questões de desigualdade e exclusão social, onde o direito à habitação vem como um dos pilares fundamentais para a redução da vulnerabilidade, evidencia-se, contudo, a necessidade de inclusão de outros direitos básicos. Os resultados permitem-nos observar os reflexos dos avanços em termos legislativos, sócio históricos e culturais em Portugal, ressaltando, porém, a permanência de relações sociais ainda permeadas pela dominação masculina, sendo evidente a subalternização das mulheres, traduzidas nas suas percepções e práticas cotidianas.

Palavras chaves: Braga, desigualdades sociais, mulheres, políticas sociais.

Abstract

Being a woman in a social neighborhood: aspects of the routes and female daily life in Andorinhas (Braga)

This thesis deals with gender issues in articulation with some dimensions of the discussion about social housing, having as context of analysis the social neighborhood of Andorinhas, located in Braga, northern Portugal. Concluded in 1983, this venture comes in a context marked by the development of housing policies by the State, with emphasis on the construction of social fires, given the sharp urban population growth that began in the 1970s and new social dynamics arising of the democratization process of the country. It was therefore a matter of guaranteeing housing to those who did not have the economic conditions to acquire or rent it in the conventional housing market. It is assumed as guiding question of this work the social situation of women who live in the same neighborhood, especially in relation to the gender inequalities experienced in daily life. With this in mind, we can see how social inequalities are most intensely felt by women, especially the double subalternization - public and private - to which they have been culturally driven. Thus, there are some coping processes created by them, which we can define as expressions of opposition and even resistance, highlighting political, social, family, labor, among others. In addition to the use of primary and bibliographic sources, data obtained through interviews and questionnaires and using field diaries and photographs were explored. From these data emerges the analysis of the categories: experience in the educational system, career paths, political participation and gender stereotypes. Reflection on the intersection between gender inequalities and other social inequalities was central. If we face the issues of inequality and social exclusion, where the right to housing comes as one of the fundamental pillars for reducing vulnerability, however, the need to include other basic rights is evident. The results allow us to observe the reflexes of the legislative, socio-historical and cultural advances in Portugal, emphasizing, however, the permanence of social relations still permeated by male domination, being evident the subordination of women, translated into their daily perceptions and practices.

Keywords: Braga, social inequalities, women, social policies.

Índice

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros	ii
Agradecimentos	iii
Declaração de Integridade	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice de siglas	ix
Índice de fotografias	x
Índice de gráficos	xi
Índice de tabela	xii
Introdução	14
1. Entrada e permanência no bairro: da aproximação ao terreno à emergência de uma questão de partida	14
2. A habitação como primeiro direito e o surgimento do Bairro das Andorinhas no contexto das políticas habitacionais em Portugal	19
Capítulo I Percurso metodológico: construindo um caminho	25
1. Problema, método e quadro teórico-conceitual	25
Capítulo II Habitar como um direito fundamental	31
1. A questão da habitação em Portugal	31
2. Um lugar para viver em Braga: o Bairro Social das Andorinhas	37
3. Bairro novo, vida nova? Habitar nas Andorinhas	39
Capítulo III Gênero como questão social e política	45
1. O resgate histórico das desigualdades de gênero: lutas e conquistas de direitos pelas mulheres	49
2. (Des)igualdades de gênero em Portugal: situação atual	54
Capítulo IV Análise de dados: dialogando com a realidade	56

1. Mulheres e sistema educacional: vivências e dificuldades	56
2. Mulheres e trajetos profissionais: entre o espaço privado e o público	67
3. Mulheres e a participação política: desafios e estratégias	81
4. Mulheres e os papéis sociais: refletindo sobre os estereótipos de gênero	91
Considerações finais	102
Bibliografia	106
Anexos	
Anexo I - Inquérito: “Modos de Vidas e Formas de Habitar”: Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga	114
Anexo II - Guião de Entrevista: “Modos de Vidas e Formas de Habitar”: Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga	139
Anexo III – Guião de entrevista	145

Índice de siglas

CIG – Comissão para Igualdade de Género

CMB - Câmara Municipal de Braga

FAIH – Fundo Autónomo de Investimento à Habitação

FCT – Fundação para a Ciências e Tecnologia

FFH – Fundo de Fomento da Habitação

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituto Nacional de Habitação

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgéneros e Transsexuais

PER – Programa Especial de Realojamento

PER – Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

Índice de fotografias

Fotografia 1.	Vista parcial do Bairro Social das Andorinhas (Outono, 2017)	15
Fotografia 2.	Vista parcial do Bairro Social das Andorinhas (Primavera, 2018)	17
Fotografia 3.	Emblema da associação de moradores do Bairro das Andorinhas e sua respectiva sede (Verão de 2018)	18
Fotografia 4.	Recorte jornalístico com destaque para o déficit habitacional do país	34
Fotografia 5.	Planta do Bairro Social das Andorinhas e vista aérea	37
Fotografia 6.	Primeiras fotos do Bairro Social das Andorinhas	38
Fotografia 7.	Recorte de jornal sobre a precariedade das residências	40

Índice de gráficos

Gráfico 1.	Habilitações literarias dos primeiros moradores do Bairro Social das Andorinhas	42
Gráfico 2.	Habilitações literárias das entrevistadas	58
Gráfico 3.	Escolaridade de nível superior da população com 15 anos ou mais	63
Gráfico 4.	Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos	64
Gráfico 5.	Remuneração média de trabalhadores por nível de qualificação	64
Gráfico 6.	Remuneração profissionais não qualificado	65
Gráfico 7.	Evolução do número de mulheres em cargos políticos em Portugal e na União Europeia	84

Índice de Tabelas

Tabela 1.	Bairros Sociais de Braga e dados habitacionais.	22
Tabela 2.	Lista e caracterização das entrevistas (quadro síntese).	28

Desejar-se livre é também desejar os demais livros.

Simone de Beauvoir

Introdução¹

A presente investigação origina-se a partir do meu envolvimento com a pesquisa “Modos de Vida e Formas de Habitar. Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga” (PTDC/IVC-SOC/4243/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para a qual fui contratada para a realização das entrevistas no Bairro Social das Andorinhas. A partir disso, tive um maior contato com o terreno e percebi as singularidades das mulheres do bairro social em questão, nomeadamente em relação aos demais bairros sociais de Braga. Diferenças evidenciadas por meio dos relatos delas, a respeito das alterações ocorridas nas relações socioculturais em suas realidades.

O acesso dessas mulheres a espaços que, naquela realidade, eram de uso exclusivo dos homens, como o café da associação de moradores e suas discussões políticas, o hábito dos encontros vespertinos, onde se possibilitou a criação de elementos em forma de redes de apoio, além da Confraria das Mulheres. Com isso em mente, passamos a perceber que alguns temas eram mais recorrentes, tais como: desigualdades de gênero, especialmente nas questões relativas às experiências educativa, no mercado de trabalho, na participação política e aquelas relacionadas aos estereótipos de gênero.

Durante cerca de 18 meses, com períodos de intensidade variável, estive presente em aspectos do cotidiano dessa comunidade e em especial com as mulheres, o que possibilitou, de maneira mais aprofundada, aproximar-me das questões mencionadas anteriormente.

1. Entrada e permanência no bairro: da aproximação ao terreno à emergência de uma questão de partida

Novembro, dia chuvoso e frio. Era outono em Braga, prenúncio do inverno. Pensei: então, é assim um bairro social em Portugal? Confesso que fui surpreendida. Mesmo num dia cinzento o local tinha muitas cores. As árvores estavam secas, mas uma grama verde contrastava com os prédios alaranjados. Talvez algumas fachadas degradadas, mas um espaço bonito e aparentemente organizado.

Cheguei ao bairro das Andorinhas acompanhada por pesquisadoras/es do referido projeto e alguns rostos curiosos me olharam. Imagino que retribui olhando da mesma forma. Já haviam me falado do acolhimento das/os moradoras/es deste bairro, mas fui surpreendida novamente. O dia estava escuro, mas havia muita vida na cafeteria central, local onde os moradores se encontram. Vi alguns homens bebendo e jogando cartas e não pude deixar de notar que as únicas mulheres no local éramos eu e minha colega. Fui

¹ É importante ressaltar que partes da presente investigação foram apresentadas em congressos nacionais e internacionais, estando em curso a sua publicação em livros de atas.

recepcionada calorosamente por um dos diretores da Associação de Moradores, que me contou um pouco da história do bairro e me apresentou às pessoas. Cada detalhe saltava aos olhos.

Fotografia 1: Vista parcial do Bairro Social das Andorinhas (Outono, 2017)



Fonte: Arquivo pessoal

A investigadora que me acompanhava ajudou-me a identificar a realidade a ser observada e analisada com maior profundidade, sendo que inicialmente realizei algumas entrevistas com ela e conheci vários diretores da Associação de Moradores. Dado que nesta fase as nossas visitas ao bairro obedeciam ao mesmo horário, poucas eram as mulheres que conhecia. Porém, um dia fui apresentada a uma moradora que acabou por se revelar central ao contato com outras mulheres. Tratava-se de Cristina. Com postura firme e discurso empoderado, desde o início deixou claro o seu posicionamento político e as suas críticas à organização da Associação, fortemente masculinizada, o que acabava por se traduzir nas assimetrias de gênero observáveis naquele espaço. Nesse mesmo dia, informalmente, conversamos bastante, embora não soubesse que seria ela a abrir as portas de uma outra realidade que ainda não conhecia: as vivências das mulheres do bairro das Andorinhas.

Logo nesta primeira conversa a moradora contou um pouco da sua história de vida, permeada por violência, trabalhos precários e uma forte luta política através dos sindicatos. Expus-lhe o meu interesse em realizar uma entrevista com ela mas também com outras mulheres e, rapidamente, ela se articulou com as

demais para que eu travasse conhecimentos nesse sentido. A primeira entrevista facilitada por ela foi com uma mulher residente no bairro desde o seu início, sendo que me foi enfatizado por aquela a necessidade de conhecer um outro lado do bairro, para além da Associação, onde há pobreza e exclusão. Agendei dia e hora para este encontro que seria a minha primeira entrevista sozinha. Neste dia não chovia, após vários dias de pluviosidade. Cheguei ao café mais cedo do que o normal e deparei-me com uma realidade oposta à habitual, observando-se várias mesas com mulheres, falando e gargalhando alto. Face à minha surpresa, me explicaram que após o almoço as mulheres costumavam se encontrar para conversar e tomar café. Fiquei com elas por alguns minutos e quando tive oportunidade apresentei o projeto. As moradoras rapidamente se organizaram para que fossem realizadas entrevistas com todas, sendo agendadas para os dias seguintes. Em pouco tempo levantaram-se falando das inúmeras tarefas que ainda tinham de realizar em casa e o café ficou vazio e silencioso.

Fui acompanhada até à casa de uma moradora, já que seria a primeira vez que entraria em um apartamento no bairro, pois todas as outras entrevistas foram realizadas na Associação. Fomos recebidas pela própria moradora, muito sorridente e acolhedora, que desde logo me direcionou para a cozinha a fim de que pudesse observar a humidade no teto e o estado degradado dos armários. O cheiro de mofo era forte.

As entrevistas seguintes foram realizadas no café e não tive dificuldade em encontrar participantes, já que elas se incentivavam referindo a importância da participação de todas para que fossem visibilizados os problemas do bairro, por meio de suas percepções. No decorrer das entrevistas foi possível notar que as mulheres que frequentavam o café tinham majoritariamente algum parentesco com os diretores da Associação, o que se traduzia numa proximidade ao cotidiano delas. Já no caso das mulheres entrevistadas na própria residência verifiquei algum afastamento à Associação, aspecto referenciado em alguns casos de forma mais clara e noutros de forma mais discreta. Normalmente, os momentos de entrevista que fluíam de forma mais espontânea e profunda eram os relativos ao passado, nomeadamente à infância, permeados por histórias dificultadas pela violência e pobreza.

Fotografia 2: Vista parcial do Bairro Social das Andorinhas (Primavera, 2018)



Fonte: Arquivo pessoal

Foi possível notar, tanto nas conversas informais, quanto no decorrer das entrevistas, uma tensão quanto à presença (ou, melhor dizendo, ausência) e participação (ou, falta dela) das mulheres na Associação, sendo que segundo as moradoras essa conjuntura estava se alterando devido às suas próprias resistências. Relatava-se que há bem pouco tempo as mulheres não frequentavam o café da Associação, verificando-se atualmente a sua presença frequente. Efetivamente, o café afigura-se um local de convívio diário entre as mesmas, no qual emerge a partilha de experiências e vivências cotidianas e inclusive se tecem redes de apoio. A minha presença frequente foi neste contexto auto percebida como também geradora de vínculos afetivos, passando eu própria a partilhar da troca de culturas e experiências. Quando a chuva e frio do inverno acabaram e o calor da primavera chegou, outras dinâmicas se instalaram no bairro. O café começou a ficar mais movimentado e a esplanada, com os guarda-sóis, ficava sempre cheia, facilitando a minha presença no bairro e a aproximação ainda maior com as/os moradoras/es.

Durante o período em que estive no bairro pude perceber que um dos grandes motivos de orgulho da população dele é a festa comemorativa da Páscoa, organizada pela Associação de Moradores e foco de grande mobilização coletiva. Denota-se um grande empenho da maioria na realização de uma festa que intenta extravasar os limites do próprio bairro, justificando-se que esta é a forma por excelência das pessoas externas ao mesmo conhecerem o bairro e diminuírem os estereótipos a ele associados. Realmente, fiquei

surpreendida com a dimensão do evento e consegui compreender o porquê de tanta expectativa e investimento, como podemos evidenciar a partir da fala de Helena (38 anos):

Como você vê, temos uma festa da dimensão que é [Páscoa] e vem mais pessoas de fora do que propriamente do bairro.

Fotografia 3: Emblema da associação de moradores do Bairro das Andorinhas e sua respectiva sede (Verão de 2018)



Fonte: Disponível em <https://www.facebook.com/andorinhas.braga/photos/a.146847475355322/589483514425047/?type=1&theater> e <https://www.facebook.com/andorinhas.braga/photos/a.701763879863676/2214456235261092/?type=3>, acesso em setembro de 2019.

A partir da proximidade estabelecida com as moradoras do bairro e com as suas vivências enquanto mulheres naquele espaço, emergiram diversas questões, nomeadamente direcionadas para a vida dessas mulheres, com destaque para aqueles dos níveis a quais nos referimos no início. Num esforço de afunilamento, uma delas acabou por conduzir a nossa investigação, a saber: em que medida o gênero leva a experiências e perspectivas diferenciadas no cotidiano do bairro e de que forma essas mesmas experiências diferenciadas remetem para a persistência de desigualdades de gênero nomeadamente na intersecção público e privado, em desfavor das mulheres?

2. A habitação como primeiro direito e o surgimento do Bairro das Andorinhas no contexto das políticas habitacionais em Portugal

Para uma melhor compreensão das vivências das mulheres no Bairro das Andorinhas importa atender às dinâmicas que estão na base da sua emergência e caracterização atual do mesmo. Lembre-se que as histórias de muitas destas mulheres se entrecruzam e/ou traduzem as próprias alterações vivenciadas no país em termos sócio-económicos mas também políticos, culturais e simbólicos, nomeadamente após a Revolução de 25 de abril de 1974. Também esta data marca o precipitar de um novo enfoque na problemática da habitação e na crise que esta configurava naquele período, que de seguida de sumariza.

Desde sempre o abrigo constituiu uma necessidade humana básica, tão importante quanto a alimentação e a proteção do corpo contra as inclemências climáticas. A habitação é, assim, uma necessidade social fundamental, imprescindível à existência pessoal e à reprodução social do indivíduo e da vida familiar (Silva, 2012). Ela insere-se sempre num espaço geográfico concreto, configurando-se cada vez mais urbanizada, diversificada, no qual se inscrevem também as distinções sociais (Bourdieu, 1979) presentes nos múltiplos contextos da vida social (Remy; Voyé 1974; Baptista, 2006). A maioria da população mundial encontra-se em áreas já urbanizadas,² as cidades continuam a crescer, confrontadas com a procura de capitais e de soluções para as desigualdades e exclusões sociais que as atingem (Pereira, Baptista e Nunes 2011).

As dinâmicas globalizadoras, com destaque para a circulação a grande distância de avultados capitais, muitos deles com enfoque no imobiliário, nomeadamente habitacional, condicionam muitas instâncias municipais e mesmo estatais, diminuindo a sua autonomia na gestão dos espaços urbanos. Ainda que de modo muito diferenciado, estas dinâmicas fazem-se sentir um pouco por todo o lado, desde as chamadas cidades globais [Sassen 2001 (1991)] às cidades dos países periféricos. Segundo Silva (*et al* 2017), umas e outras são terrenos de intervenção do capital, sempre orientando para a busca incessante de lucro, incluindo o obtido através da habitação. Daí que, seja qual for a perspectiva de análise, a habitação coloque questões sociais e políticas, nas quais emerge o direito a habitar como fundamental para se concretizar o direito à cidade. Recusado ainda a muitos indivíduos, o acesso a uma habitação digna foi devidamente considerado em 1976 com a aprovação da Constituição da República Portuguesa, quando se

² Conforme dados das Nações Unidas do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais para População dos 7.632.819.000 de habitantes da terra, 4.219.817.000 habitam em zonas urbanizadas e 3.413.002.000 em áreas rurais, o que significa que 55,3% residem nas áreas citadinas. Disponível em <<https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>> acesso agosto 2019.

fixa no artigo 65º, parágrafo 1, que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.³

Embora anterior ao capitalismo é neste que a questão urbana ganha relevância, nomeadamente com o crescimento das cidades impulsionado pela industrialização, tornando-se centros decisivos da atividade econômica, marcando já o século XIX (Harvey, 2011). Engels (1975 [1887]) faz uma incisiva e muito atual avaliação da habitação como questão social:

Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; é o aumento colossal dos alugueres, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de encontrar um alojamento. E esta falta de habitação só da tanto que falar porque não se limita à classe operária mas também atingiu a pequena burguesia (Engels 1975 [1887]: 25-26).

A questão da habitação em Portugal constitui-se manifestamente num problema social e foco das ações do Estado, de maneira mais acentuada, a partir da segunda metade do século XX. É inseparável, como vimos, do desenvolvimento do capitalismo e das dinâmicas demográficas e sociais, nomeadamente relacionadas com as migrações internas, marcadas pelo afluxo de população rural para os maiores aglomerados do litoral português. Assim, refletindo sobre as migrações internas, Matos (1994) sublinha que na segunda década do século passado se assiste a uma afluência significativa de população rural para as cidades de Lisboa e Porto. A este propósito Baptista (1999) salienta que as transformações no mercado laboral, suscitadas por uma industrialização incipiente, em boa medida restrita a Lisboa e ao Porto, favoreceu um número crescente de novos moradores nas duas principais cidades do país e nas suas áreas de dependência, alimentadas principalmente por fenômenos de migração interna. Desta forma, é possível observar que a urbanização esta intrinsecamente relacionada com os processos de migração. Na síntese de Durham (1984: 19),

A expansão do capitalismo industrial tem sido marcada, em todas as partes, por um movimento de urbanização que tende a concentrar uma proporção crescente da população em grandes metrópoles industriais. A correlação entre os dois fenômenos é tão estreita que os índices de urbanização são frequentemente utilizados como indicadores do estágio relativo do desenvolvimento econômico de diferentes países.

A pressão sobre as cidades aumentou sensivelmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo que, no caso português, foi em boa medida alimentada por uma expansão econômica que, apesar de algo incipiente e desigual, não deixou de produzir impactos sociais (cf. Ribeiro, 2017). Neste período, a

³ Constituição da República Portuguesa VII Revisão Constitucional (2005) Disponível em <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>> acesso em agosto de 2019.

migração da população rural não foi devidamente enquadrada por políticas públicas, de maneira concreta as relacionadas com a habitação, levando ao crescimento não planejado e marcadamente desordenado das grandes cidades, o que propiciou o aparecimento de bairros autoconstruídos (Mendes, 1998: 26). Mais ainda, as migrações trazem modificações nos padrões de comportamento e nas relações sociais, refletindo-se em alterações na ordem estrutural ocasionando o aumento da população, construindo uma outra forma de cidade (Durham, 1984), inclusive, com uma nova maneira de vivência em seu interior.

Com a dificuldade de suprimento das necessidades habitacionais face ao crescendo de habitantes, fruto do deslocamento de pessoas e correlativa expansão das cidades, emergem (re)criações de urbanização pela própria população (Baptista, 1999). Concretamente, de forma não planeada, a população vai-se apropriando dos espaços urbanos, evidenciando a necessidade de trabalhar sob uma nova configuração de cidade:

Há que acorrer então, como quem vai apagar um incêndio, para integrar em bairros experimentais e semiprovisórios, o que as populações sem recursos tinham improvisado no meio da urgência da sua situação. Então, acrescenta-se uma improvisação a outra, somando o caos à incongruência. Com este ir e vir espasmódico, fazendo e desfazendo, mas ficando sempre a meio e sob a depressão de circunstância inquietantes, a cidade vai-se transformando com um crescimento que nem é ordenado por via técnica, nem pausando e orgânico por via natural (Goitia, s/d, 188).

Estas dinâmicas demográficas confrontaram diretamente o poder político com a questão da habitação, principalmente a destinada às populações em situação de maior vulnerabilidade social, evidenciando a necessidade de planejamento para garantir moradia àqueles/as que não têm condições de adquiri-la nem de a arrendar no mercado habitacional. Desta forma, o Estado desenvolveu políticas de alojamento nas quais assumiu lugar de destaque a construção de habitações sociais sob a sua total responsabilidade.

A queda do regime ditatorial em Abril de 1974, ocorrida num contexto de crise global do capitalismo, concorreu para o fim abrupto da presença colonial portuguesa na África e em Timor-Leste, provocando o regresso ao chamado “continente” de mais de meio milhão de pessoas entre anos de 1974 e 1975. Em concreto, conforme apontam os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo como referência o ano de 1981, o total de migrantes das ex colónias, comumente denominados de *retornados*, até essa data contabilizados foi de 505.078, destacando-se como principais fluxos: 309.058 provenientes de Angola e 164.065 de Moçambique, com uma forte fixação na área metropolitana de Lisboa. Ainda que a escassez de habitação e de empregos para a população recém chegada tenham constituído dois aspetos de suma importância, os impactos destes fluxos fizeram-se sentir em outros campos da vida social, sendo que “[...] as consequências sociais da descolonização tiveram maior importância e relevância no futuro de Portugal do

que as consequências meramente económicas” (Ferreira, 1994: 92). Ao mesmo tempo, o país apresentava fluxos relevantes de migração interna, nomeadamente do campo para a cidade, acentuando a procura por alojamentos. Em apenas uma década, a população passou de 8,6 milhões em 1970 para 9,8 milhões em 1981, um crescimento que jamais se voltaria a registar até ao presente (cf. portada.pt)⁴. Com este elevado crescimento da população portuguesa, a habitação começa a ser uma questão de emergência governamental, não fosse a dificuldade no alojamento para tantas pessoas.

Em Braga, um dos projetos concretizados foi o do bairro social das Andorinhas, na freguesia de São Vicente, concluído em 1983. Tratou-se de um grande projeto habitacional, composto por um conjunto de 33 prédios que permitem o alojamento de cerca de duas mil pessoas.

Braga é uma cidade, capital de distrito, situada no norte de Portugal, sendo a terceira maior do país. Com 181.494 residentes e, respectivamente 64.092 famílias, com uma dimensão média de 2,8, apresenta 84.684 alojamentos e 38.892 edifícios⁵. Atualmente Braga tem cinco bairros sociais com a seguinte constituição:

Tabela 1. Bairros Sociais de Braga e dados habitacionais.

Nomes	Ano de construção	Habitações
Bairro Santa Tecla	1979	181
Bairro Social Andorinhas	1983	134
Bairro Social Enguardas	1979	78
Complexo Habitacional Picoto	1998	50

Fonte: BragaHabit. Disponível em <<http://www.bragahabit.pt/pt/parque-habitacional-bragahabit>> acesso em agosto de 2019.

Os bairros sociais de Braga apresentam histórias de construção, características arquitetónicas e populações singulares, sendo que cada bairro tem a sua forma de se relacionar com a cidade e sua cultura interna (Silva, 2014).

Em termos globais, pensar em políticas sociais, enfatizando a questão habitacional, exige uma atenção à dimensão do género, tal como afirma Machado (1999). Só desta forma é possível atender às diferentes necessidades da população e às suas especificidades, assumindo como central a transformação

⁴ Disponível em <<https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>> acesso em agosto de 2019.

⁵ Disponível em <<https://www.investbraga.com/people-and-location/inhabitans>> acesso em agosto de 2019.

nas relações de gênero no sentido de uma maior equidade. Assume-se, assim, que tal dimensão deve permear o planeamento, a implementação e manutenção de programas habitacionais.

Desde o princípio do trabalho de campo no bairro objeto deste estudo foi possível perceber formas de desigualdade de gênero nas relações sociais que confirmam os estereótipos e a existência de cristalizações de papéis socialmente atribuídos (Saffioti, 1987). Tal como foi referido anteriormente, desde logo na primeira visita realizada, observou-se a residual presença (e em horário restrito) de mulheres na cafeteria, gerida pela Associação de Moradores, também ela fortemente masculinizada. A aproximação ao cotidiano das mulheres, nomeadamente por via dos seus relatos, evidenciou-se a resistência – exercida pelo reforço das construções dos arquétipos sociais – que existe por parte das mesmas a participar de espaços sociais, políticos e de decisão (Beauvoir, 2008).

Tal realidade pautada por assimetrias e desigualdades também foi notada durante o acompanhamento das conversas informais que ocorrem diariamente, onde emergem as trocas de experiências entre as mulheres, sobretudo incidentes na denominada dimensão da vida privada, manifestando-se as vivências e cotidianidades das mulheres com os companheiros, filhos e trabalho, entre outros temas (Lagarde, 2012). Nestes espaços, por diversas vezes, ficava evidente a divisão de ambientes, femininos e masculinos, num reforço da divisão sexual nos âmbitos público e privado, realçando-se situações de violência, as dificuldades de acesso a políticas sociais e, ainda, as atribuições em termos de tarefas domésticas, ratificando-se como papel essencialmente feminino a organização e o cuidado familiares.

Tendo tais constatações aguçado a curiosidade, o trabalho que aqui se apresenta tem por base a análise, como veremos, essencialmente de cariz qualitativo, de dados resultantes de entrevistas conduzidas com mulheres do Bairro das Andorinhas, complementados com outros decorrentes da observação no terreno e da aplicação de questionários, estes desenvolvidos e mais exaustivamente trabalhados no quadro do projeto “Modos de Vida e Formas de Habitar. Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga”. A pesquisa direcionou-se em compreender se há intersecção entre gênero e as experiências sociais no espaço público e privado que pode agir em desfavor às mulheres.

Esta tese encontra-se organizada em quatro capítulos. No primeiro evidenciamos a metodologia da investigação, isto é, os métodos científicos utilizados para percorrer o caminho desta pesquisa a fim de alcançar os objetivos propostos. No segundo capítulo realizamos um resgate histórico das políticas públicas de habitação em Portugal, bem como a história de construção do Bairro Social das Andorinhas e a caracterização social e económica dos primeiros moradores. No terceiro aborda-se gênero como uma questão política, evidenciando-se os conceitos de gênero e estereótipos. Neste capítulo será realizado também uma

síntese do resgate histórico das desigualdades de gênero, as lutas e conquistas dos direitos das mulheres e um enquadramento da situação atual em Portugal. No quarto capítulo analisamos as entrevistas categorizadas em: (i) percurso educacional com suas vivências e dificuldades; (ii) os trajetos profissionais entre o espaço privado e público, participação política com seus desafios e estratégias; (iii) os papéis sociais que são refletidos em estereótipos de gênero. Nos aspectos das considerações finais enfatizamos a questão mais abrangente do habitar, sendo que nos relatos é evidenciado as mudanças legislativas, sócio-históricas e culturais em Portugal, sem que as expressões de desigualdade de gênero tenham desaparecido.

Capítulo I – Percurso metodológico: construindo um caminho

Este capítulo incide na apresentação da metodologia que dá corpo à análise de dados efetuada, expondo-se as motivações para a escolha do método e trajeto da pesquisa em associação com o objeto de estudo, nomeadamente a questão de partida, e conceitos-chave mobilizados.

1. Problema, método e quadro teórico-conceitual

Após uma primeira aproximação ao bairro social das Andorinhas, mediante sucessivas visitas e contatos informais, bem como com base em reflexões alicerçadas numa pesquisa bibliográfica inicialmente mais ampla e voltada para as questões da habitação e gênero, emergiram diversas questões. Estas direcionaram-se para a forma como se tecem e afiguram as relações de gênero no bairro e quais os desafios enfrentados pelas mulheres neste contexto, levando em consideração as vivências, perspectivas e expectativas em torno da parentalidade, conjugalidade, vida pessoal, sem descurar as possibilidades e dificuldades emergidas no cotidiano no bairro.

Para tanto será utilizada, como acima já foi mencionado, a pergunta direcionadora deste processo de investigação: em que medida o gênero leva a experiências e perspectivas diferenciadas no cotidiano do bairro e de que forma essas mesmas experiências diferenciadas remetem para a persistência de desigualdades de gênero nomeadamente na intersecção público e privado, em desfavor das mulheres?

Partindo desta indagação, destacam-se como pontos de evidencia/ objetivos da pesquisa: (i) identificar os marcos históricos da questão da urbanização e políticas de habitação em Portugal, para assim compreender o processo de construção dos bairros sociais; (ii) resgatar, parcialmente, a história da construção do bairro da Andorinhas, enfatizando o perfil socioeconômico dos primeiros moradores; (iii) mapear o processo histórico das conquistas das mulheres em Portugal com o objetivo de refletir sobre as mudanças nos direitos que interferem na vida cotidiana da população; (iv) compreender as questões de gênero que permeiam a vida das mulheres que habitam o bairro das Andorinhas; (v) refletir sobre a intersecção entre as questões relativas às desigualdades de gênero com, de forma mais ampla, as outras questões sociais. Para responder aos três primeiros objetivos revelou-se fundamental a revisão bibliográfica e a pesquisa documental que se centraram nos domínios da habitação com os autores Baptista (1999, 2006); Bandeirinhas (2011); Ferreira (1987); Matos (1994); Mendes (1998); Wacquant (2005); bem como na área

de gênero com Amâncio (1992/ 1999/ 2003); Arruzza (2010); Beauvoir (2008, 2018); Bourdieu (1979, 1986, 1990, 1998, 2011, 2012); Brandão (2010); Connell (1987); Saffioti (1976, 1987, 1999, 2000, 2004, 2015, 2009, 2015); Schouten (2011 / 2018) Scott (1990, 1992); Silva *et al* (2016); Studart (1974); Tavares (2011); Zirbel (2016 / 2017).

No que se refere aos dois últimos objetivos, ancorados no terreno, parte-se do pressuposto de que: “Toda pesquisa é intervenção” (Passos; Barros, 2015: 30). Efetivamente, estar inserido no território, além de afetar – no sentido de ternura – a/o pesquisadora/or, também interfere e modifica o ambiente, verificando-se a ausência de neutralidade no processo de conhecimento. Segundo Laville e Dionne (1999: 32), nas ciências humanas os fatos não podem ser vistos como coisas, pois o que está sendo estudado – ser humano – é (re)ativo, livre e (re)age. Da mesma forma, a/o pesquisadora/or, também ator social, tem influência neste processo, sendo que pesquisa pode extravasar o objetivo de representar ou constatar um aspecto, intervindo na realidade (Passos; Barros, 2015: 20). Neste sentido:

(...) conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho (Passos; Barros, 2015: 31).

Tendo isso em mente, fazer-se enquanto parte do processo, numa continuidade, a fim de procurar estabelecer nisso um distanciamento científico, sem esquecer do papel social que constitui quem produz ciência. Nas palavras de Bourdieu (1990: 234), com o qual concordamos, “[...] a sociologia liberta libertando da ilusão de liberdade”.

Na construção deste caminho é importante ressaltar que a/o pesquisadora/or frente aos fatos sociais não consegue ter total objetividade e neutralidade, sendo perpassado por preferências, afeições e interesses particulares, dado ser mais do que uma/um observadora/or passivo (Laville e Dionne, 1999:34). Conforme aponta Haraway (1995) os saberes possuem localização, não isentando quem o possui ou mesmo quem o produz. Deste modo, não estamos afirmando que os conhecimentos são direcionados a uma única vertente ou resultado, mas sim realçando que outras formas de se perceber o conhecimento são possíveis e devem ser vislumbradas. Como afirma Ribeiro (2010: 45) “a neutralidade é esvaziada pelas próprias dinâmicas relacionais que se estabelecem durante o trabalho de campo”.

Partindo deste pressuposto, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo que possui como objetivo ir além do aparente para compreender e conhecer as subjetividades, valores, crenças, representações, hábitos, atitudes dos sujeitos e do território investigado, assumindo que “[...] a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos” (Martinelli, 1999: 25). A pesquisa

qualitativa irá aprofundar os significados das experiências para os sujeitos e suas representações enquanto seres que se relacionam socialmente (Minayo, 2009).

No âmbito desta abordagem metodologicamente qualitativa, foram mobilizados majoritariamente instrumentos já validados e parcialmente coletados no âmbito do projeto “Modos de vida e formas de habitar: Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga” (PTDC/IVC-SOC/4243/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em particular um guião de entrevista. Efetivamente, embora também tenha sido trabalhado um inquérito por questionário direcionado para uma análise de cariz quantitativo, deste apenas foram selecionados dados relacionados a escolaridade (habilitações literárias) das/os primeiras/os habitantes (Item 1.6 no Anexo I). Estes dados foram sujeitos a um tratamento meramente descritivo, para enquadramento contextual da pesquisa. Segundo Ghiglione e Matalon (1993: 2) com os inquéritos há possibilidade ter um conjunto de discursos singulares que permite a interpretação e generalização destas informações, podendo obter vastas conclusões, sendo que nesta pesquisa se revelou mais apropriado o aprofundamento e uma atenção ao particular.

Privilegiou-se a técnica da entrevista, sendo que ao guião-base desenvolvido no âmbito do referido projeto se acrescentaram outras questões, mais direcionadas para a questão de partida deste estudo, em concreto, incidentes no domínio do gênero. De fato, o guião-base dava ênfase a questões relativas às:

Origem e socialização familiar na infância e juventude; vivências relações intra e interfamiliares e namoro/casamento; trajetória escolar; trajetória profissional e condições de vida; habitações e experiências de vida antes da entrada no Bairro/Ilha; experiências de vida: identidade e identificação com o Bairro/Ilha; modos presentes de viver, de sentir e de habitar no Bairro/Ilha; alto percepções dos/as moradores/as; relações com as autoridade (Estado/Governo/Partidos, Câmara, Junta de Freguesia, Empresa Municipal de Habitação); percepções dos moradores sobre a Associação de Moradores. (Guião de entrevista, anexo II)

Aprofundamos as perguntas nomeadamente nos aspectos (habilitações literárias, trabalho, política e os estereótipos de gênero resultantes dos processos sócio, histórico e cultural no qual estão submetidas) por meio do nosso guião de entrevistas (anexo III), com o grupo de 13 mulheres, com idades distintas, dada a necessidade de aferir aspectos cotidianos das mulheres do Bairro Social.

Para a seleção das entrevistadas, como se explicou na introdução, foi mobilizada a técnica de “bola de neve”,⁶ ainda que se tenha sempre procurado chegar a uma relativa (ou a possível) heterogeneidade em termos de perfil etário, estado civil e habilitações literárias, de forma a apurar não só congruências mas, eventuais especificidades. Em associação a esta técnica, optou-se por uma amostragem definida conforme a

⁶ Conforme Vogt, Gardner, Haeffle (2012: 129) é uma técnica que solicita contatos iniciais possibilitando indicações de contatos posteriores. “O principal pressuposto da amostragem de bolas de neve é que os membros de sua população-alvo se conhecem”. (*idem*, 129).

saturação das informações, constituída no processo contínuo de análise dos dados, não perdendo o foco no objetivo da pesquisa e as questões feitas às entrevistadas. Este tipo de análise preliminar permite, pois, identificar o momento em que as informações se repetem e não aparecem mais novas questões substanciais (Fontanella, Ricas, Turato, 2008: 20), ressaltando que a pesquisa não vem com o objetivo de representação estatística, mas sim uma representação social da realidade estudada.

Os princípios de ética referente ao anonimato e confidencialidade dos dados foram respeitados, garantindo a voluntariedade dos sujeitos durante a participação do estudo, sendo previamente explicados os seus objetivos. O quadro seguinte dá conta dos perfis das mulheres entrevistadas, num total de 13, sendo que, por forma a garantir aquele mesmo anonimato, os nomes utilizados são fictícios (Vogt, Gardner, Haeffele, 2012: 265).

Tabela 2. Lista e caracterização das entrevistadas (quadro síntese).

Nome	Idade	Estado civil	Habilitações literárias	Filho	Raça ou Etnia
1. Vera	74	Viúva	4º classe	Sim	Caucasiana
2. Lúcia	68	Casada	4º classe	Sim	Caucasiana
3. Ana	60	Viúva	4º ano	Sim	Caucasiana
4. Fátima	59	Casada	4º classe	Sim	Caucasiana
5. Inês	59	Casada	4º classe	Sim	Caucasiana
6. Cristina	54	Casada	10º ano	Sim	Caucasiana
7. Filipa	42	Casada	4º classe	Sim	Caucasiana
8. Sofia	40	Viúva	9º ano	Sim	Caucasiana
9. Mónica	38	Casada	9º ano	Sim	Caucasiana
10. Helena	38	Casada	9º ano	Sim	Caucasiana
11. Emília	33	Solteira	9º ano	Não	Caucasiana
12. Daniela	21	Solteira	12º ano	Não	Caucasiana
13. Manuela	16	Solteira	5º classe	Não	Cigana

Fonte: Elaboração própria

Na condução das entrevistas foi utilizado o princípio da entrevista narrativa, que parte da crítica metodológica ao modelo tradicional de perguntas e respostas, visando possibilitar uma perspectiva mais compreensiva do universo de experiência do sujeito. A entrevista narrativa propõe, pois, dar visibilidade aos processos da vida cotidiana, compreendendo como “realmente as coisas se passaram”, e a partir da análise

das narrativas pessoais, permite também conduzir para uma teoria universal dos processos biográficos” (Flick, 2005: 100-103). As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, procedendo-se de seguida a correções de nível ortográfico e algumas marcas de oralidade. A estes procedimentos sucedeu a análise de conteúdo das mesmas.

Este tipo de análise “pretende descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito” (Guerra, 2010: 69). Diferentemente de pesquisas com um pendore mais quantitativo, que necessitam da recolha de todos os dados para iniciar a análise, a qualitativa inicia este processo no próprio campo de pesquisa, não havendo a separação entre conjunto de dados e análise dos mesmos, sendo possível utilizar as primeiras análises para refletir sobre novas questões e perguntas para pesquisa. Assume-se, assim, a pesquisa qualitativa como mais flexível (Gibbs, 2009: 18).

Dado que a interação da/o pesquisadora/or com o campo e os seus membros é parte integrante na produção do saber, a subjetividade que envolve as relações faz parte do processo de investigação (Flick, 2005: 6). A este propósito, Passos e Barros (2015: 151) ressaltam o posicionamento político da narrativa e de quem é investigado, afirmando:

(...) podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político.

Para enriquecimento da pesquisa foi também utilizada a técnica de observação (Minayo, 2009: 61), auxiliada por registos frequentes em diário de campo, com enfoque nas vivências no território, relações com os sujeitos, percepções sobre o espaço físico, afetos e sentimentos envolvidos nas entrevistas e contatos informais e nos vínculos tecidos. Tal como Flick “definitivamente, a produção da realidade no texto começa com o registro de notas de campo. Esta produção é essencialmente marcada pela percepção e apresentação selectiva do investigador” (Flick, 2005: 172). Em sentido complementar, também foram utilizados registos fotográficos, com o objetivo de fazer um resgate do processo histórico do bairro no pressuposto de que a “fotografia adquire um pouco mais da dignidade que lhe falta quando deixa de ser uma reprodução do real e nos mostra coisas que não existem mais” (Brassaï, 2004: 40), permitindo o (re)viver.

Para a análise de conteúdo, segundo Laville e Dionne (1999: 214-231), não há um método rígido a ser desenvolvido, sendo possível descrever alguns momentos para facilitar o processo de análise. Conforme os autores esta inicia-se com o recorte de conteúdo em elementos e o agrupamento em função de sua significação. Posteriormente, definem-se as categorias analíticas, que serão organizadas por parentesco de sentido para iniciar propriamente dito o processo de análise, buscando a reconstrução do sentido dos

discursos estudados e alcançar os objetivos da pesquisa. Este estudo, obedeceu assim ao modelo de análise categorial que segundo Bardin (2011), consiste em desmembrar o texto em categorias de agrupamentos analógicos, seguindo temas recorrentes, para assim fazer a interpretação dos resultados.

Para concretizar a análise das entrevistas, será realizada anteriormente a revisão de literatura que teve como objetivo compreender e embasar uma discussão mais ampla e crítica a respeito dos temas propostos por essa investigação.

Capítulo II – Habitar como um direito fundamental

O direito à habitação consiste em um direito fundamental social, para tanto neste capítulo será realizada revisão teórica a respeito da habitação e das políticas públicas em Portugal até a construção do Bairro Social das Andorinhas, bem como a caracterização social e econômica dos primeiros moradores.

1. A questão da habitação em Portugal

Pensar a urbanização apenas à luz da questão da habitação é minimizar um domínio que abarca outras complexidades. Na Europa, a partir da segunda metade do século XIX, pensava-se a urbanização na perspectiva dos problemas sanitários, sendo que uma das primeiras leis em Portugal que abordava o assunto é datada de dezembro de 1864 (Planos Gerais de Melhoramentos) e tem por objetivo limitar a altura dos prédios. Ainda em Portugal, alguns anos depois, através de uma lei orgânica de 1868 e do Código Administrativo de 1876, pontuaram-se as obrigações municipais neste domínio (Matos, 2001). Porém, apenas em 24 de dezembro de 1901, com a criação do Regulamento Geral de Saúde, se instituiu um sistema de vistoria que permitia a expropriação e destruição de alojamentos insalubres. Ainda no mesmo ano foi apresentado um projeto para que um terço dos terrenos pertencentes aos conventos de Lisboa e Porto fossem destinados à construção de casas econômicas.

Com a Primeira República passou a reivindicar-se maior intervenção ao nível da habitação social, surgindo algumas iniciativas legislativas neste campo, principalmente nos anos de 1918 e 1919 (Matos, 1994). Apesar de se tratar de um período dominado pelas ideias liberais, as lutas sociais acabaram por forçar o Estado a definir políticas públicas no domínio da habitação, nomeadamente procurando dar respostas aos efeitos produzidos pela industrialização, nomeadamente as carências habitacionais.

Tal como afirma Mozzicafreddo (2000), a partir do surgimento e o agravamento de diferentes expressões da questão social, impõe-se a necessidade da redefinição do papel e funções desempenhadas pelo Estado. Assim, progressivamente foram sendo desenvolvidas políticas de promoção de habitação com salubridade à população que necessitava, no sentido de acabar com os aglomerados mais degradados que foram surgindo com a chegada maciça de pessoas às cidades. Por outras palavras “o Estado surge em primeira instância como regulador dos mecanismos de mercado com vista a uma distribuição mais justa de um bem tornado socialmente indiscutível como é a habitação” (Baptista, 1999: 8).

Para garantir a organização dos espaços urbanos e a “arrumação” dos recém-chegados às grandes cidades (Baptista, 1999), em 1918, na Primeira República, surge pela primeira vez a designação de bairros sociais (Decretos nº 4415, de 28/6/1918 e nº 4417, de 22/6/1918, e a Portaria nº 1715, de 26/4/1919). Segundo Baptista (1999), estes decretos não tiveram grande importância nas políticas de habitação, mas serviram para iniciar um processo onde o Estado iria regular a produção e a intervenção sistêmica do setor público no campo habitacional. Já durante o Estado Novo (1933-1974) foram desenvolvidas diversas medidas neste âmbito, nomeadamente: o Programa das Casas Económicas (1933), Casas para Famílias Pobres (1945), Casas de Renda Económica (1945), Casas de Renda Limitada (1947) e Autoconstrução (1962). Contudo, mesmo com o investimento nos programas e políticas habitacionais, a situação continuava a se agravar havendo o crescimento dos bairros e de barracas nas grandes cidades de Portugal (Infraestrutura e habitação). (s.d).

As medidas desenvolvidas para a habitação eram então promovidas pelo Estado, em parceria com as câmaras municipais, os corpos administrativos e os organismos corporativos. Para alcançar os objetivos definidos foram criados os serviços de construção de casas junto do Ministério das Obras Públicas e a Repartição das Casas Económicas, no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. O Estado teve grande intervenção neste processo com a concessão de facilidades na aquisição de terrenos, isenção de impostos e empréstimos com taxas de juro baixas (Matos, 1994). A partir de 1938, com o Decreto-Lei nº 28 912, a intervenção do Estado passou também a fazer-se através das instituições de previdência social e organismos corporativos, assumindo o capital privado uma presença mais forte (Matos, 1994).

A concessão de bairros e casas económicas nestes termos, trabalhada nos anos trinta e quarenta deste século, praticamente desapareceu na década seguinte, emergindo as moradias económicas inseridas em conjuntos de habitação social de forma variada, havendo grandes modificações na forma pública de edificar (Baptista, 1999).

Na década de 1960, o governo inicia um plano de desenvolvimento nacional, o chamado Plano de Fomento, que tinha como objetivo procurar desenvolver os diversos setores de atividade, nomeadamente a indústria, contribuindo deste modo para o aumento das migrações internas, com grande foco nas cidades de Lisboa e Porto, nas quais se dá um incremento significativo da procura habitacional (Matos, 1994). No III Plano de Fomento (1968-1973) a questão do alojamento da população em maior vulnerabilidade é enfatizada, sendo criado o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), que tinha como um dos seus pilares a promoção de habitação social junto desta população.

Outro aspeto de relevância na história da habitação em Portugal são as cooperativas, que já tinham importância desde 1967, porém as condições políticas e do mercado antes do 25 de Abril não as beneficiavam. Com a democratização, uma nova organização econômica e social estimulou o desenvolvimento das Cooperativas de Habitação (Ferreira, 1987). Assim, a partir de 1974 verificando-se investimento não apenas na construção e qualidade das habitações, mas também dos espaços exteriores e equipamentos sociais (Infraestrutura e habitação, (s.d)).

Nesse mesmo ano foi instituído o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Tendo como objetivo maior apoiar a população em situação de habitação precária, o SAAL foi decisivo para a construção de novas casas e infraestruturas, proporcionando melhores condições habitacionais. Inicialmente estatal, em 1976 o SAAL passa a ser de responsabilidade das autarquias, iniciando um trabalho que abrangia 41.665 famílias em situação de vulnerabilidade, com a construção de 2.259 fogos e o início da construção de mais 5.741 (Bandeirinha, 2011). O SAAL foi um projeto ousado de pensar as políticas de habitação, tendo uma metodologia de intervenção baseada no princípio de democracia direta, explorando as oportunidades proporcionadas por um contexto político muito singular:

Nascido da Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, o SAAL desencadeou um dos mais empolgantes processos da arquitetura do século XX. (...) A radical criatividade do programa residia no envolvimento e na participação direta das populações na conceção das suas novas habitações. Esta arrojada aventura coletiva transformaria a percepção de muitos arquitetos em relação à natureza social da sua profissão e desencadearia mudanças intensas e profundas no entendimento não só da habitação social mas da própria prática arquitetônica (Vieira e Coutinho, s/d: 13).

Durando, a bem dizer, resistindo durante dois anos, o SAAL é extinto devido à complexa conjuntura política, social e histórica que produziu uma nova configuração do Estado, adversa a experiências sociais e políticas fundadas na democracia participativa e na ação popular organizada (Vieira e Coutinho, s/d). A partir de 1981 é já notória também a diminuição da intervenção do Estado no que se refere à construção de alojamento, havendo gradativamente a transferência da responsabilidade para os municípios e, sobretudo para o mercado (Mendes, 1998).

Neste contexto é extinto o FFH, sendo criado o Fundo Autónomo de Investimento à Habitação (FAIH). Contudo, após dois anos do seu surgimento, este instrumento financeiro foi extinto, sucedendo-lhe a criação do Instituto Nacional de Habitação (INH) e do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE). Desta forma, os investimentos públicos na área de habitação seriam realizados através da administração central e poder local, evidenciando-se este processo a partir de 1987, quando a habitação deixa de ser responsabilidade do Estado enquanto bem público, passando a ser um bem onde a produção e comercialização caberia à iniciativa privada. No ano seguinte, o IGAPHE e algumas câmaras municipais

iniciaram a venda dos fogos, majoritariamente aos próprios inquilinos, justificando com a impossibilidade de fazer a administração devido aos custos e, por outro lado, defendendo que os próprios residentes teriam maior zelo por se tratar do seu próprio património (Mendes, 1998).

Fotografia 4: Recorte jornalístico com destaque para o déficit habitacional do país.



Fonte: Notícia do jornal Diário do Minho (1984)

Na década seguinte, nomeadamente em 1993, foi implementado o PER - Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (Decreto de lei nº163/93), que apresentava como objetivo: “a erradicação definitiva das barracas existentes nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mediante o realojamento em habitações condignas das famílias que nelas residem” (Diário da República, 1993, p. 2381). No âmbito deste Programa, durante o período compreendido entre 1994 e 2005, foram construídos mais de 31 mil fogos sendo que, em 1995, como extensão do programa, foi criado PER Família. Este assumia uma nova perspectiva, nomeadamente de retirada aos municípios da

responsabilidade em garantir a habitação. Entendia-se, desta forma, que deveriam ser as próprias famílias a procurar o alojamento, ainda que beneficiando de apoio financeiro (Infraestrutura e habitação, (s.d)).

Em 2004 foi criado o Programa de Financiamento e Acesso à Habitação, Decreto-Lei n.º 135/2004, com o objetivo de resolver as situações graves de habitação (Diário da República, 2004, p. 3490). Em 2006 foram ampliadas as funções do Instituto Nacional de Habitação, sendo chamado de Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) através do Decreto-Lei n.º 223/2007. Com a Lei n.º 81/2014 foi aprovado o regime do arrendamento ou subarrendamento avaliando a renda do agrego familiar para acesso à residências públicas ou financiadas pelo apoio do Estado. Em 2017 foi promulgada a Resolução da Assembleia da República n.º 48/2017 que recomenda ao Governo realizar o levantamento das necessidades habitacionais para avaliação do Programa Especial de Realojamento e, assim, criar um novo (Diário da República, 2017). Já no ano de 2018, para substituir o PER - Programa Especial de Realojamento e o Programa de Acesso à Habitação, foram criados dois novos programas: o Programa Porta de Entrada – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente (Decreto-Lei n.º 29/2018), que pretende de forma mais “celebre, eficaz e integra” garantir alojamento a quem necessita (Diário da República, 2018); e o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (Decreto-Lei n.º 37/2018), “orientado para assegurar o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações indignas e que não dispõem de capacidade financeira para aceder, sem apoio, a uma solução habitacional adequada.” (Diário da República, 2018).

Estas decisões políticas obviamente ignoram os efeitos da privação econômica e de ausência de perspectivas dos mais pobres, projetando nestas classes sociais lógicas culturais específicas de outras. Como demonstra a realidade concreta de muitos bairros sociais, a posse privada das habitações não contribuiu para a melhoria do seu estado de conservação, antes acelerou a sua degradação. Daqui decorre que o Estado e os governos nacional e locais não podem descartar o papel da pobreza e seus impactos no domínio da habitação. Sublinhe-se que a pobreza e a sua reprodução estão notoriamente relacionadas também com o lugar social de nascimento, também visível geograficamente. Efetivamente, os sujeitos nascidos em situação de vulnerabilidade social e econômica têm maiores possibilidades de passar por situações futuras de pobreza do que famílias de maior nível econômico. Entende-se que esta reprodução remete para a falta de acesso das famílias pobres aos direitos sociais básicos (Caetano, Erskine, Pedrosa, 2000). Encarnando as desigualdades sociais e a exclusão múltiplos fatores é necessário pensar o papel e a responsabilidade do Estado frente às mesmas, interpelando-se as estratégias utilizadas para o seu combate ou perpetuação. Na análise severa de Wacquant (2005: 64)

Os Estados são, por direito próprio, mecanismos maiores da estratificação, e fazem-no sobretudo na parte inferior da ordem socioespacial: eles facilitam ou impedem o acesso a uma escolarização e formação profissional adequada; estabelecem condições para a entrada e saída do mercado de trabalho, mediante regras administrativas de contratação, despedimento e reforma; distribuem (ou fazem-no de modo deficiente) bens de primeira necessidade, tais como habitação e prestações complementares; apoiam activamente ou impedem certas estruturas familiares domésticas; e co-determinam quer a intensidade material, quer a densidade e exclusividade geográfica da miséria através de uma bateria de esquemas administrativos fiscais.

Ou seja, mais do que políticas públicas é preciso questionar qual a sua tipologia e objetivos que presidem à sua implementação. Neste sentido, é imprescindível ressaltar a necessidade de as políticas públicas articularem distintos aspectos, uma vez que a luta contra a pobreza é muito mais ampla. A este propósito, como afirma Costa (1998: 30)

(...) o pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de poder. Daí que o combate à pobreza implique, além do mais, a devolução do poder ao pobre. Refiro-me ao poder em todas as suas formas: poder político, económico, social, cultural, de influência de pressão social.

Refletir sobre o acesso a habitação é refletir sobre as questões que permeiam a pobreza e a exclusão social. Por isso, garantir o acesso a habitação não é apenas um direito, sem dúvida relevante, mas também uma forma de intervir na luta contra a exclusão social. Seguindo Costa (2005: 32), a exclusão de um sistema básico acarreta a exclusão de outros sistemas sociais, exercendo também influência na perda de poder, o que impede o sujeito de exercer a cidadania de forma plena. Torna-se, assim, uma questão política, sendo que, como afirma Silva:

[...] em regra, a situação de não inclusão, de não-inserção e ou de não integração dos indivíduos ou grupos sociais no acesso ao gozo de determinados direitos, desde os cívico-políticos, passando pelos sociais, até aos direitos económicos, ou seja, exclusão situar-se-á nos antípodas do conceito de cidadania (Silva, 2005: 7).

Para Almeida *et al* (1994: 17) a pobreza tem muitos campos de expressão: saúde, educação, emprego/desemprego, habitação. No centro das formas de exclusão social temos, quase sempre, a pobreza. Marcada por privações múltiplas, traduz-se na falta de recursos nos mais diversos aspectos: materiais, culturais, psicológicos, entre outros.

É essencial a articulação entre condições sociais e de habitação para a concretização do direito a esta, sendo que as políticas públicas e a forma de organização do Estado são essenciais à concretização de uma vida social decente, nomeadamente em contexto urbano.

O empreendimento de políticas e medidas conducentes à melhoria das condições de habitação e sociais implica, pois, um conhecimento dos contextos e territórios. De seguida será traçada a história do Bairro das Andorinhas.

2. Um lugar para viver em Braga: o Bairro Social das Andorinhas

Esta breve contextualização das políticas de habitação e da evolução da questão da habitação em Portugal facilita a compreensão dos motivos da construção, em 1983, na zona norte de Braga, do bairro social das Andorinhas. Este, emergido pelas mãos do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), foi posteriormente adquirido pela Câmara Municipal de Braga (CMB), em 1999, e depois transferido para a BragaHabit. (BragaHabit, 2013: 3).

O bairro surgiu como resposta ao crescimento demográfico ocorrido na década de 1980, tendendo para o realojamento da população que vivia em situação de vulnerabilidade social e econômica em algumas zonas degradadas da cidade, enfatizadas nas entrevistas as zonas das Palhotas, Parreiras e Sé. Composto por 224 fogos, com 32 entradas, distribuídas por seis blocos de apartamentos, predominantemente de três assoalhadas (T3). Existem ainda naquele território um conjunto de treze lojas.

Foi no final da década de 1990 que a BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga – assumiu a gestão do bairro.

Figura 5: Planta do Bairro Social das Andorinhas e vista área.



Fonte: Documento disponibilizado pela BragaHabit, Disponível em <<https://earth.google.com/web/@41.5575676,-8.42859129,160.80409458a,424.84210505d,35y,0h,0t,0r>> acesso em outubro de 2019.

Segundo dados da BragaHabit⁷ de 2014, dos 224 fogos que compõem o bairro, 127 são ainda propriedade municipal. Nas habitações que são de propriedade e administração da BragaHabit residem quase 400 pessoas, sendo que, em termos de perfil étnico, e contrariamente ao que ocorre noutros bairros sociais da cidade, apenas 25 são de etnia cigana. Quanto às habilitações, 8,6% são analfabetos e 9,2% não conseguiram completar o 1º ciclo do ensino básico. Grande parte dos residentes (40%) possui habilitações ao nível do 1º ciclo e 16,3% do 2º ciclo. A população desempregada (30,2%) é quase proporcional à que exerce profissão (31,7%). Os reformados representam 22,2% da população residente e os restantes 15,9% estão na condição de estudantes.

Por forma a melhor conhecer o perfil dos primeiros residentes e o contexto de emergência de um bairro já habitado, no próximo ponto teremos em atenção aquilo que são os relatos dos/as próprias/os moradoras/es.

Fotografia 6: Primeiras fotografias do Bairro Social das Andorinhas



Fonte: Arquivo pessoal dos moradores

⁷ Informações disponíveis em <www.bragahabit.pt/pt/parque-habitacional-bragahabit> acesso em agosto de 2019.

3. Bairro novo, vida nova? Habitar nas Andorinhas.

Através das entrevistas é possível perceber as difíceis condições de habitação das famílias antes de serem realocadas para o bairro em análise, vivendo em residências precárias e muito degradadas. Como afirmava uma moradora: “Nós viemos de uma casa, que eram casas velhas... Uma vez a escada de madeira caiu, tínhamos que por barrotes nas escadas, para segurar as escadas. [...] Eram casas antigas.” (Fátima, 59 anos, 33 anos no bairro). Em outro relato também são expostas as condições insalubres da residência:

[..] eu lembro-me da Sé, de varrer o chão e na cozinha. Não era eu a varrer, via varrer, e a deitarem o lixo para dentro de um buraco que tinha dentro da cozinha. Era assim um buraco que parecia o desenho do mapa de Portugal. [...] O meu pai acabava por consentir os gatos para conseguir apanhar os ratos. [...] Pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza mesmo. (Mónica, 38 anos, 33 anos no bairro).

Questões como a falta de acesso a saneamento básico foram pontuadas em diversas entrevistas. Citando: “Nem tinha... saneamento. Fazíamos num balde e depois, à noite, íamos deitar numa fossa lá dos vizinhos.” (Lúcia, 68 anos, 28 anos no bairro). Nos relatos sobressai recorrentemente outra situação que exprime a grande vulnerabilidade em que vivia esta população, muito desprovida de recursos, em concreto, o acesso a água potável canalizada. Afirmava uma moradora: “Primeiro, não havia [água], tínhamos que acarretar água dos cântaros” (Fátima, 59 anos, 33 anos no bairro). Outra realidade recorrente era a inexistência de casa de banho e a dificuldade que encontravam para fazerem a higiene pessoal. Referia a mesma moradora:

Não tínhamos chuveiro para tomar banho. Tínhamos que tomar na bacia. Tinha uma bacia grande. Só tinha sanita. Não tinha mais nada. Não tínhamos banheira. Nós aquecíamos a água no fogão, entrávamos dentro da bacia, depois ajoelhávamos. Nós ajoelhávamos, as crianças botávamos dentro. Mas nós não, ajoelhávamos lavamos daqui para cima [da cintura para cima] e depois daqui para baixo. Era assim que lavamos. Não havia essa comodidade que há agora. Antigamente era assim em todas as casas. (Fátima, 59 anos, 33 anos no bairro).

Estas situações concretas de várias famílias bracarenses estavam longe de ser casos isolados, antes afetavam uma parte significativa da população portuguesa. Convocando os dados estatísticos, segundo o II Recenseamento Geral de Habitação de 1981, 28% das habitações não possuíam sistema de água corrente, 22% não tinham retrete e 41% das residências não tinham instalações sanitárias completas.

Fotografia 7: Recorte de jornal sobre a precariedade das residências



Fonte: Notícia do jornal *Correio do Minho* (1983)

Este cenário de pobreza e de vulnerabilidades graves estava presente também na saúde e na educação, acabando por interagir entre eles e multiplicar as dificuldades dos mais pobres. Tal fator repercutia-se nos indicadores sociais, nomeadamente os relacionados com a saúde, que colocavam Portugal no último quartel do século XX muito atrás dos países europeus mais avançados. Fazendo um balanço, Ferreira (1987: 18) argumenta que:

A insalubridade, a promiscuidade e a desesperança afectam gravemente a vivência individual e colectiva, a saúde física e psicológica dos que se vêem remetidos a esta sorte. A mortalidade infantil, o insucesso escolar, o absentismo e o baixo rendimento no trabalho são fenómenos que, embora radiquem na irracional organização da sociedade, se encontram directamente associados às más condições da habitabilidade e à urbanização "demencial" predominantemente em países como o nosso.

Também aqui as entrevistas permitem-nos aproximar das histórias de vida dos sujeitos, possibilitando compreender o percurso pessoal e familiar até à chegada ao bairro das Andorinhas. De entre as questões expostas, a maior parte dos/as entrevistados/as relatam um histórico de vivência de vulnerabilidade social e econômica desde a infância, evidenciando que a geração dos pais também vivia neste mesmo contexto,

suscitando reflexões a respeito da reprodução da pobreza, sendo que de geração em geração é passada a “herança” da desigualdade social:

Foi [uma infância] difícil, claro que sim. Meus pais não tinham muitas posses, nós éramos cinco, foi difícil, claro que sim. [...] Meu pai na altura era trolha e minha mãe trabalhava num café. Depois também minha mãe ficou doente e teve que deixar de trabalhar. (Helena, 38 anos, 32 anos no bairro).

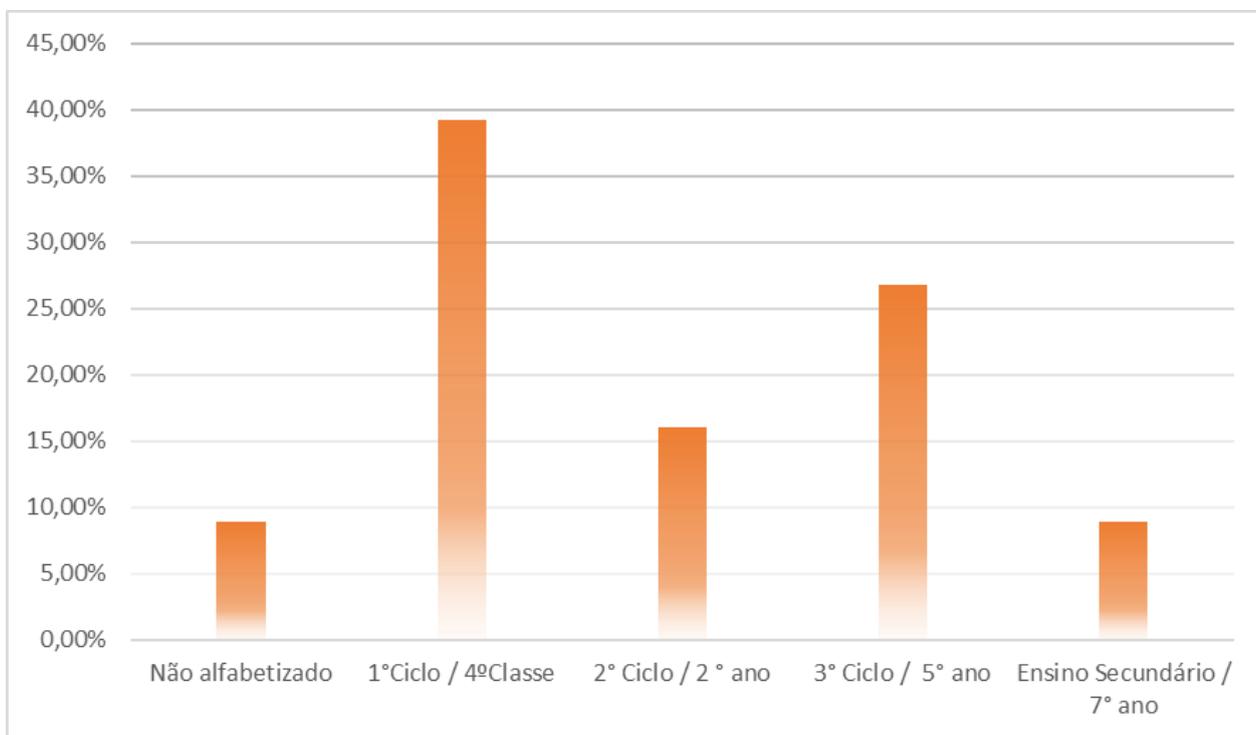
Para compreender a produção e (re)produção social destes indivíduos, “amarrada” à pobreza, tanto como as dificuldades de mobilidade social, é possível pontuar diferentes aspectos. Durante as entrevistas um dos fatores recorrentemente observado foi o do fracasso escolar, seja sob a forma de abandono precoce, seja sob a forma de insucesso, a primeira sempre imposta pela necessidade de auxiliar financeiramente os progenitores:

“O meu pai aos dez anos tirou-me da escola, me pôs para olhar pelos meus irmãos, porque minha mãe trabalhava, o meu pai era muito doente e não podia trabalhar e minha mãe tinha que trabalhar para sustentar.” (Fátima, 59 anos, 33 anos no bairro).

Neste trecho da entrevista é possível perceber a vulnerabilidade social e econômica na qual está família estava inserida, sendo necessário abdicar da continuidade dos estudos da filha para que esta pudesse auxiliar nas múltiplas tarefas requeridas pela economia doméstica. Esta necessidade era também amparada e, certo de modo, nutrida pelo baixo nível de escolarização, ou mesmo a ausência total de escolaridade (cf. figura 2), dos progenitores, o que não deixa de concorrer para as reduzidas expectativas em relação ao destino escolar dos filhos. Referia uma moradora:

“[...] a minha mãe era analfabeta e o meu pai era analfabeto.” (Fátima, 59 anos, 33 anos no bairro).

Gráfico 1. Habilitações literárias dos primeiros moradores do Bairro Social das Andorinhas



Fonte: Modos de Vida e Formas de Habitar. Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga” (PTDC/IVC-SOC/4243/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (dados obtidos pelo inquérito por questionário, ainda não publicados).

A análise das entrevistas permite perceber que o não acesso à educação ou a impossibilidade de dar continuidade ao percurso académico permeia o trajeto de vida destas pessoas, atravessando várias gerações. Procurando explicá-lo, Almeida *et al* (1994) argumenta que há um aspecto recorrente neste fenómeno, que advém da intenção individual ou familiarmente induzida para ingressar no mercado de trabalho, sendo possível notar a sua presença mais frequente nas classes sociais que têm menor poder aquisitivo, alimentando e reproduzindo o trabalho infantil. A este propósito, referia um morador:

Ora bem, a minha infância foi... agora tou reformando [...] mas, a minha infância foi trabalhar, casa.... trabalho casa... [...] éramos doze irmãos. Doze irmãos e o meu pai velhote a trabalhar, não dava. Até que um dia eu comecei a girar. [...] Depois, (...) tinha 14 anos, fui para construção civil. Da construção civil segui algumas coisas, depois parei por aqui pelas minhas tias, também para dar do que comer e tudo mais. Foi assim. Eu pouco lidei com meus pais. Sempre assim. (Alfredo, 67 anos, 30 anos no bairro).

Reproduzindo e tornando improvável a mobilidade social, como se evidencia pelos entrevistados, este destino de vida está também espelhado no dos familiares próximos, também baseados em vivências de trabalhos precários, algo há muito já observado por Almeida *et al* (1994). Efetivamente, fica sublinhado que

as condições de trabalho dos sujeitos e dos outros membros familiares irá associar-se diretamente com a inclusão ou exclusão social, com os modos de vivência em comunidade e nas práticas sociais, bem como o acesso a recursos financeiros para a sobrevivência, emergindo a precariedade dos vínculos laborais como um fator de agravamento da própria situação de pobreza. Neste sentido, realçava Mónica:

[..] o meu pai ficou desempregado, a minha mãe nunca teve um emprego certo. [...] a minha avó trabalhava durante o dia, a minha mãe ficava com o meu avô e a tomar conta dos meus irmãos e da casa. Depois ela esperava que minha avó viesse e ia trabalhar. Ela muitas vezes ia fazer umas horinhas na limpeza. Assim, nós fomos criados uns com os outros, a gente ia se ajudando a criar uns aos outros (Mónica, 38 anos, 33 anos no bairro).

Importa referir a este nível que o papel do trabalho nas variáveis que envolvem a mobilidade social está intrinsecamente relacionado com as políticas económicas e sociais propostas pelo Estado. Para o contexto histórico analisado, a partir da década de 1980, estas são severamente condicionadas pelas opções neoliberais:

A nova marginalidade urbana é o subproduto de uma dupla transformação na esfera do trabalho. A primeira é quantitativa e gera a eliminação de milhões de postos de trabalho de baixas qualificações, devido à pressão combinada de automação e da competição de mão-de-obra estrangeira. A outra é a qualitativa e envolve a degradação e dispersão das condições básicas, e em princípio universais, de emprego, remuneração e segurança social, uma degradação que apenas poupa os trabalhadores mais protegidos (Wacquant, 2005:63).

Fazendo-se sentir nos mais diversos campos da vida social, agravando-se mesmo por via da sua interação uns com os outros, foi possível observar como a reprodução social da pobreza nas famílias do bairro das Andorinhas se produziu, dando pleno sentido aos argumentos de Costa (2005). O autor sublinha que a intensidade e o tempo de permanência em situação de pobreza e exclusão podem afetar a personalidade dos sujeitos, havendo “desvantagens” ou “perdas” no domínio das condições de vida e interação com a sociedade e nas relações sociais, tanto quanto no domínio psicológico, podendo atingir até a própria identidade pessoal, deteriorando-a no sentido goffmaniano (Goffman, 1988). Estas perdas podem servir como fatores de amarração dos indivíduos à pobreza, parecendo existir uma relação entre a sua intensidade e o tempo de permanência nela, fatores que dificultam a alteração da situação, sendo a luta contra a pobreza de longa duração muito mais complexa e difícil do que a erradicação da pobreza recente.

Enfim, fechando a análise das narrativas, o destino de vida marcado pelo sofrimento, pela privação e a doença traduz-se também na própria ausência de sonhos: “

Não, eu não... [pausa] eu não tive muito tempo para ter sonhos... não tinha...” (Fátima, 59 anos, 33 anos no bairro).

Exprimindo a ausência brutal e dolorosa de expectativas, esta ausência não deixa de marcar de modo sombrio vidas sem projeto outro que não seja o da luta quotidiana por conseguir o mínimo necessário à existência, enfim, para permanecerem vivas.

Capítulo III - Gênero como questão social e política

Durante os primeiros tempos de permanência no bairro social das Andorinhas e a aproximação da realidade das/os moradoras/os, algumas questões trouxeram inquietude, como as desigualdades e estereótipos de gênero apresentadas nas relações sociais. Assim, neste ponto, serão discutidos os conceitos-chave que enformam esta pesquisa, nomeadamente o de gênero e estereótipo.

O conceito de gênero é utilizado para teorizar as questões relacionadas com as diferenças sexuais, assumindo uma rejeição do determinismo biológico e corroborando a ideia da construção social e imposição de papéis diferenciadores para mulheres e homens, enfatizando o aspecto relacional entre estes, ou seja, a correlação e a compreensão que os permeia (Scott, 1992; Amâncio, 1992; Soihet, 1997).

Encontramos várias definições do termo gênero no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: “1 – Classe cuja extensão se divide em outras classes, as quais, em relação à primeira, são chamadas de espécies. [...] 3 – Qualquer agrupamento de indivíduos, objetos [...] 8 – Gram. Categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseados em critérios tais como sexo e associações psicológicas”.

Entretanto, nenhuma destas definições abarca o gênero na perspectiva da investigação social, podendo o conceito ser compreendido de forma mais ampla do que na aplicação biológica mulher ou homem, pois é também permeado por questões de classe, etnia, entre outras, refletindo uma construção das relações na sociedade (Amâncio, 2003: 693-706). Tratando-se de uma referência em muitos momentos da vida em sociedade, como afirma Schouten (2011: 13) o gênero é “um dos princípios organizadores mais importantes da vida social”. Assim sendo, é possível afirmar que o conceito a este nível remete para a construção sociocultural do que vem a se configurar enquanto feminino do masculino, não englobando necessariamente as desigualdades entre homens e mulheres (Saffiotti, 2004: 45), aspecto que se desenvolverá no ponto seguinte.

Para finalizar este ponto, importa referir que os desenvolvimentos ao nível dos estudos de gênero nas ciências sociais assumiram e assumem geografias e tempos diversos. Em Portugal estes estudos só obtiveram espaço a partir do 25 de Abril de 1974, surgindo apenas em 1985 os primeiros colóquios sobre a situação da mulher no país (o primeiro em Lisboa e o segundo em Coimbra), nos quais se aprofundou o conceito de gênero. Porém, o trajeto moroso de discussão do conceito de gênero e de desigualdades baseadas

no sexo, no interior da academia portuguesa, não justifica a forma pela qual se fez a sua apropriação, verificando-se, em norma, uma associação com o sexo⁸ (Amâncio, 2003: 691)⁹.

O conceito de estereótipo na construção da realidade social, foi utilizado pela primeira vez em 1922 por Lipmann, sendo entendido como as imagens enviesadas que os sujeitos constroem sobre o outro a partir de preconceitos, interesses próprios ou mesmo falta de informação, podendo induzir à generalização abusiva, categorização ou juízo de valor sobre a imagem dos indivíduos ou grupos sociais (Lima, Sobral 2016: 163). Neste sentido, e mais concretamente, os estereótipos de gênero são constituídos através do conjunto de crenças que definem papéis femininos e masculinos – em outras palavras, qual o significado de ser mulher ou homem – baseados na aparência física, traços psicológicos, interesses e relações sociais (Studart, 1974; Connell, 1987: 139; Scott, 1990; Saffioti, 2015: 49; Amâncio, 1992; 2003).

Beauvoir (2008: 13) afirma que as crianças não conseguem se diferenciar sexualmente, fazendo a interlocução com o mundo através dos olhos e das mãos e não pelos órgãos sexuais. Contudo, o dimorfismo sexual, que é a diferença física fundamental entre mulheres e homens, é utilizado com frequência para justificar traços e papéis atribuídos a cada um dos sexos. Como afirma Saffioti (1987: 15) “a inferioridade feminina é exclusivamente social”. A este propósito, lembre-se a frequente utilização de expressões como “sexo frágil” e “sexo forte”, na quais as diferenças sexuais entre mulheres e homens servem para perpetuar estereótipos, descurando-se as variáveis sociais e contextos que permitem ao ser humano desenvolver as suas capacidades físicas (Schouten, 2011: 29-35).

Além das diferenciações entre os traços físicos, algumas características também são utilizadas para demarcar a paridade entre os sexos. Como afirma Amâncio (1992: 10-12), os estudos sobre estereótipos de gênero revelam como os traços de instrumentalidade, independência e dominação se relacionam com o masculino, enquanto os traços de expressividade, dependência e submissão se associam ao feminino. É possível observar também que há menos traços associados ao feminino do que ao masculino. Estes estudos demonstram que há uma assimetria nas representações entre os sexos, legitimando as diferenciações de posições objetivas entre o feminino e o masculino. Essas caracterizações apresentam-se como uma ordem natural da sociedade, porém, é necessário lembrar que advém de uma longa construção histórica, sendo que a não consideração deste fato permite formas de reprodução de opressão. A este respeito, como afirma

⁸ Ressaltamos que há diferenciação entre sexo e gênero, evidenciando que sexo tem como base as questões biológicas – sexo feminino e masculino – e gênero abarca as questões culturais e sociais, ultrapassando a perspectiva biologicista

⁹ [...] passados trinta anos sobre a eclosão do debate científico, o sexo, inscrito no corpo, e o gênero, inscrito na história e na cultura, continuam a estabelecer relações de ambiguidade, quer através da utilização arbitrária que deles é feita, como se fossem termos conceptualmente equivalentes, quer através da fusão entre eles (no termo “gênero sexual”, por exemplo), confundindo assim o indicador com o conceito e a abordagem descritiva com a analítica. Estas ambiguidades, que se encontram no discurso científico, não deixaram de se verificar no próprio discurso feminista [...] (Amâncio, 2003: 693).

Bourdieu (1998: 17): “Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação.”

Relativamente a tais atributos, Beauvoir (2018: 54) afirma que alguns deles acabam por ser encarados como “lisonjeiros”, induz as mulheres a perceberem-se como seres intuitivos, devotados, gentis e amáveis, verificando-se o reforço, ainda que em tom elogioso, destes estereótipos. Face a esta realidade é possível perceber a relevância do social na construção e no entendimento do feminino, masculino, gênero e estereótipos. Para tanto, faz-se necessário compreender como se constrói o entendimento do que é ser mulher na sociedade. Conforme Arruzza (2010: 87)

O que constrói a mulher é uma mistura de educação, proibições, prescrições normativas, condicionantes que recebe desde o nascimento, e que a transformam em “mulher”. A condição da mulher altera-se posteriormente pelo efeito de uma opressão, de uma exclusão do poder e da participação na esfera da cultura, em particular da sua produção, supostamente por causas que lhe são alheias. Já que são os homens que historicamente têm escrito, composto música, pintado, pregado, governado, não existe uma definição de mulher e do que se supõe que deva ser a sua essência que não seja, ao mesmo tempo, um produto deste monopólio masculino e da paralela exclusão sistemática das mulheres. Elas “são” o que os homens decidiram que fossem, numa evocação de definição contraditórias, mas sempre intimamente ligadas: santa e prostitua, devota e amante voluptuosa, fada do lar e companheira infiel, mãe extremosa e harpia.... Todas estas características atribuídas à mulher, concebida sempre como “o outro”, as positivas a par das negativas, tornam-se funcionais pela exclusão do poder. São uma marca que se carrega, e que não justifica ou dissimula a opressão, através de um processo de naturalização, em virtude do qual a mulher é encerrada no seu corpo, tornando-se prisioneira do seu útero.

Na perspectiva de que a construção do conceito de mulher e do feminino, está intrinsecamente relacionada com as questões sociais e de organização da sociedade e de que o tal conceito se associa a uma imposição de conduta às mulheres (como se devem comportar, relacionar, e qual a sua posição frente aos homens), foi-se evidenciando a necessidade de corroborar as diferenças no seio da própria categoria “mulher”. Tal foi muitas vezes verificado em diferentes sociedades, servindo de referência para a hierarquização dos mais diversos aspectos. Assim, segundo Scott (1992: 88), baseada nos estudos sobre gênero, o termo “mulher” não podia ser utilizado sem ressaltar a existência de certas singularidades, como por exemplo: mulheres judias, mulheres homossexuais, mulheres negras, mães solteiras, entre outras categorias. A sua inclusão foi essencial à compreensão, de forma mais ampla, do conceito de mulher, desafiando os preceitos da hegemonia heterossexual da classe média branca, tornando esta uma perspectiva com cunho político.

Partindo do pressuposto de que há necessidade de evidenciar as diferenças, e que esta demonstração é um ato político, Saffioti (2004: 37) pontua que se a base da democracia é a igualdade social de fato, a mesma não significa que todos os membros desta sociedade tenham de ser iguais. Compreendendo que a

diferença é complementar à identidade e vice-versa. Ao contrário do que é por vezes aceite, diferença não se contrapõe a igualdade, sendo que como antítese a este conceito, numa perspectiva política, está, sim, o de desigualdade. Como bem afirma Cunha (2006:54): “a desigualdade pode criar e acentuar a diferença, a diferença pode ser manipulada para legitimar a desigualdade. Há, porém, que começar por inventariar algumas das articulações possíveis entre eles, bem como algumas noções no seu âmbito”. Com isso, considerar as identidades e as diferenças é importante para os processos políticos e para a democracia. Porém, Saffioti (2004: 37) ressalta ainda que na presença de uma sociedade onde ainda não se alcançou um certo grau de democracia, existe grande discriminação face ao que são algumas diferenças. Citando:

A igualdade é entendida, então, como uma norma de uniformização. Como tal, ela está ligada à expectativa do resultado idêntico e age como um princípio e como um ideal que causa um efeito nos objetivos, conteúdos e formas das políticas de gênero. Dessa forma, o debate público sobre as diferenças sexuais e os direitos dos grupos considerados como minorias passa por uma lógica de comparação para obter validade. No caso das mulheres, sempre foi preciso provar a semelhança para com os homens (a mesma capacidade intelectual, o mesmo resultado nos testes morais etc.) e nunca o contrário (não é preciso provar a semelhança dos homens às mulheres, uma vez que as qualidades principais para serem considerados seres humanos plenos lhes são natas e as qualidades atribuídas às mulheres não lhes são necessárias) (Zirbel, 2016: 115).

A partir de 1975, nomeadamente com Rubin, os estudos de gênero começaram a se fortalecer e ganhar visibilidade, como destacou Safiotti (2004: 107). A identidade, mediante os estudos sobre gênero, torna-se um dos elementos incontornáveis para compreensão deste. Brandão (2010: 18) destaca que a identidade é conferida de modo a ser compreensível aos interlocutores, o que se materializa nas relações humanas e interações sociais e, inclusive, num diálogo do próprio sujeito consigo mesmo. É uma formação externa que passa ser internalizada tornando-se uma “marca”. Tais diferenças podem ser evidenciadas ou atenuadas conforme a construção social que lhe são atribuídas, desta forma, no aprofundamento das discussões sobre as perspectivas de feminino e masculino, surge um novo conceito chamado, o gênero.

Daqui decorre que para estudar as questões de gênero e as vivências das mulheres no bairro das Andorinhas é imprescindível considerar as diferenças entre as próprias mulheres, evidenciando a classe, habilitações literárias, etnia, entre outros aspectos. Efetivamente, cada característica irá possibilitar compreender singularmente cada vivência, efetivando a existência de múltiplas identidades na categoria mulher.

Após esta breve conceitualização teórica torna-se necessário uma contextualização da realidade portuguesa, das lutas femininas e feministas objetivando a compreensão do que é exposto pelo nosso objeto investigado, as mulheres do Bairro Social das Andorinhas.

1. O resgate histórico das desigualdades de gênero: lutas e conquistas de direitos pelas mulheres

“Após o 25 de Abril, milhares de mulheres sentiram pela primeira vez, o que significava participar e tomar a palavra. Nas reuniões que se tratasse de pequenas ou grandes assembleias elas tomavam a palavra, para espanto de alguns homens” (Tavares, 2011: 243). Tavares demonstra o quão a maior parte das mulheres estava afastada do espectro político institucionalizado, bem como a significância da mudança com a entrada destas em ambientes considerados redutos masculinos – o chamado ambiente público. Apesar de poucas participações em congressos, partidos, clubes entre outros órgãos de associação, a presença das mulheres no mundo político era quase sempre controlada de perto, por não ser considerado como algo natural.

Devido às desigualdades de gênero, e à crescente percepção das mesmas pelas próprias mulheres, em meados do século XIX iniciam-se lutas feministas que tinham entre as principais questões o direito ao voto, à herança e à liberdade na escolha do cônjuge (Garzón, 2012). À época, Engels (1980: 97) referia já o papel de uma igualdade plena de direitos entre sexos como fundamento de uma sociedade democraticamente constituída. Nas suas palavras:

De igual maneira, o carácter particular do domínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social afectiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. (Engels 1980: 97).

A partir do século XX os movimentos feministas criticavam os fundamentos patriarcais¹⁰ e a dominação masculina, lutando pela igualdade no exercício da profissão, o direito ao divórcio e maior liberdade relacionada com a maternidade e constituição de família.¹¹ Sendo agregadas outras pautas durante o transcorrer do século e suas vagas, de maneira mais concreta, após os anos 1960, com o impulso das grandes mobilizações em vários países do mundo, nomeadamente a favor de uma abolição do domínio dos corpos, da politização das

¹⁰ Conforme Saffioti (2004: 44) patriarcado é: “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Para Arruzza (2010: 107), no sistema patriarcal as mulheres, de forma geral, sofrem alguma forma de opressão por homens que tiram vantagens desta forma de organização que tem como base a subordinação feminina e a hegemonia masculina. Para Castells (2003: 167) “O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se baseiam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo atravesse toda a organização da sociedade, da produção e do consumo passando pela política, as leis e a cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm a sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo”.

¹¹ Acesso à educação e sufrágio pleno foram duas das principais pautas feministas durante a primeira vaga. Levando-se em consideração que esses aspectos não podem e nem devem ser compreendidos como uniformes, pois as contextualizações potencializaram ou não esses processos além mesmo de em outras realidades nem existirem. Os cuidados com o corpo, política – num sentido mais lato – e aspectos filosóficos sociológicos como acesso a empregos e remuneração igualitária são agendas da segunda vaga. A terceira, representada pela introdução do conceito de gênero, além das discussões em torno dos segmentos LGBT. (Tavares, 2011; Perrot, 2007).

discussões e de outras temáticas, tais como: direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transsexuais) paridade civil e a interseccionalidade¹² entre raça/etnia, classe e gênero (dentre outras, idade, geografia). Atualmente, e não de maneira homogênea, as lutas feministas têm como objetivo questionar e denunciar as desigualdades de gênero e as visões redutoras frente ao feminino (Silva *et al*, 2016: 12).

A crescente mobilização das mulheres, bem como da preocupação ao nível acadêmico bem como político beneficiaram a emergência, em âmbito internacional, de diversas ações, encontros e legislações no sentido da conquista da de gênero. Desde logo, importa realçar a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, em 1979, documento adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas no mesmo ano e assinado por Portugal em 1980.

Outro marco importante foi a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres (1995) – Plataforma de Ação de Pequim – na qual foram trabalhadas doze áreas prioritárias, como a feminização da pobreza e as diferentes formas de desigualdade, nomeadamente no que toca ao acesso a serviços de saúde, educação, poder político e a problemática da violência contra as mulheres, entre outros. Mais uma ação de relevância foi a promulgação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000), que no artigo 23º enfatiza a garantia da igualdade entre mulheres e homens e no artigo 33º- 2 assume como fundamental a conciliação da vida familiar e profissional. De igual modo, o Pacto Europeu para a Igualdade entre Mulheres e Homens, aprovado pelo Conselho Europeu de Bruxelas, de 23 e 24 de Março de 2006, tem como intervenções prioritárias a independência econômica, a conciliação da vida profissional e familiar e a erradicação de todas as formas de violência em razão do sexo, entre outras ações. Desde então, diversos têm sido os instrumentos de cariz institucional que apontam a paridade e diluição de desigualdades com base no gênero como fundamentais.

Em Portugal houve um longo caminho até as mulheres conquistarem, desde logo, a igualdade de direitos, caminho este que se entrecruza com as dinâmicas sociais e contextos políticos. Mudanças legais efetivas são iniciadas com a instauração da República, em 1910, verificando-se então alterações nas leis do casamento e da filiação, não sendo mais necessário a mulher obedecer ao marido, embasando a união na perspectiva de igualdade. O crime de adultério começa a ser tratado da mesma forma para ambos os sexos.

¹² A definição está conforme nos informam Cerqueira e Magalhães (2017: 10) que assim definem "difundida sobretudo a partir da década de 1980, promove assim uma importante desconstrução de uma categorização social que possibilita e reifica assimetrias de poder, o pensamento de um só eixo (*single-axis*) e universal de gênero (*gender-universal*), procurando questionar matrizes de dominação e subordinação, de desigualdades e privilégios".

No mesmo ano, é aprovada a Lei do Divórcio, garantindo os mesmos direitos para mulheres e homens neste domínio.

Em 1931, já durante o período do Estado Novo¹³, e pese embora se tenha assumido como um recuo a diversas conquistas do período anterior, é reconhecido o direito de voto às mulheres, mas apenas as diplomadas com cursos superiores ou secundários, sendo que para os homens era exigido apenas o domínio da leitura e escrita. Efetivamente, em 1933, expressando essa mesma regressão, é aprovada a Nova Constituição Política do Estado Novo que garante igualdade dos cidadãos “salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (art.º 5.º).

Neste mesmo sentido, de reiteração das desigualdades entre mulheres e homens, em 1967 entra em vigor um novo Código Civil, no qual se estabelecia a garantia ao marido do direito no que se refere às decisões em relação à vida conjugal e aos filhos. Alterações gritantes ao nível da legislação e tendentes à consagração da igualdade entre homens e mulheres só viriam, pois, a ganhar terreno com a democratização do país.

Com a Revolução de Abril de 1974 tudo muda: foi abolida qualquer forma de restrição relacionada com o sexo a respeito da capacidade eleitoral. Em 1976 entra em vigor a nova Constituição, que estabelecia a igualdade total entre mulheres e homens, principalmente no artigo 13º (2), onde afirma que ninguém pode ser privado de qualquer direito em razão do sexo. Em 1977, com a revisão do Código Civil (Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro) e, como atesta o Livro IV - Direito da Família, surgem novas alterações. Veja-se que, no âmbito do casamento, desaparece o estatuto de dependência da mulher face ao poder marital, sendo anulada a figura do “chefe de família”; já no que concerne ao trabalho, homens e mulheres passavam a poder exercer qualquer profissão ou atividade sem o consentimento do cônjuge.

Atualmente na Constituição da República Portuguesa, no artigo 9º define-se como tarefas fundamentais do Estado - h) Promover a igualdade entre homens e mulheres. São também abordadas questões relacionadas com a igualdade na família, casamento e filiação; igualdade na escolha da profissão e acesso à função pública; participação na vida pública e participação política; direito ao trabalho e ensino.

¹³ 1933 – Nova Constituição Política do Estado Novo que estabelece a igualdade dos cidadãos perante a lei, “salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (art.º 5.º)”. (CIG, 2015: 31). “1967 – Entrada em vigor do novo Código Civil. Segundo este, a família é chefiada pelo marido, a quem compete decidir em relação à vida conjugal comum e aos filhos. 1968 – Lei n.º 2 137, de 26 de dezembro, que proclama a igualdade de direitos políticos do homem e da mulher, seja qual for o seu estado civil. Em relação às eleições locais, permanecem, contudo, as desigualdades, sendo apenas eleitores das Juntas de Freguesia os chefes de família”. (CIG, 2015: 32).

Ainda no domínio civil, em 2010 é permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Em 2011 é aprovada a lei que cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registro civil (Duarte *et al*, 2015:27-49).

Já no domínio penal, em 1983, entra em vigor um novo Código com alterações às antigas leis no que se refere aos maus tratos entre cônjuges. A prostituição deixa também de ser uma atividade penalizada e passa a ser crime a inseminação artificial quando praticada sem o consentimento da mulher. Novas alterações ao Código Penal, em 1998, vêm dar ênfase aos maus tratos na conjugalidade e aos crimes de coação sexual e de violação. Já na década seguinte, em 2007, é despenalizada a interrupção voluntária da gravidez até às 10 primeiras semanas.

No quadro desta evolução, importa aqui destacar a problemática da violência contra as mulheres, que durante anos não foi alvo de questionamento e, hoje é algo de elevada discussão pública, não fosse a crescente mediatização e os números algo preocupantes. Apenas em 1991 foi aprovada a primeira lei para garantir a proteção às mulheres vítimas de violência e em 1999 a lei que institui a rede pública e casas de apoio para mulheres vítimas de violência, sendo regulamentada em 2000 (Lei n.º 107/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto – Lei n.º 323/2000 de 19 de Dezembro).

Atualmente, segundo os indicadores-chaves de 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), as principais vítimas de violência doméstica são as mulheres. Concomitantemente os homens são majoritariamente os sujeitos denunciados. Efetivamente, em 2016, nas 27.005 denúncias realizadas, em 80% dos casos as vítimas eram mulheres; nos casos de violação, eram 90,5% e de abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependes 81,3%. Estes números, que causam desconforto por expor a realidade da violência contra as mulheres, não podem ser vistos como a-históricos pois, como afirma Bourdieu (2012), a dominação masculina advém de uma formação histórica que envolve diferentes atores: os próprios homens que usam da violência física e simbólica, bem as instituições na reprodução desta dominação (como as escolas, família, Estado e igrejas).

Como aponta Saffioti (2004: 18) violência é uma maneira que ultrapassa limites de bem-estar. “Trata-se como violência a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: a integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”.

Partindo do pressuposto que a violência é compreendida enquanto quebra de integridade, faz-se necessário considerar que é muito sutil a diferença entre aquela e as expectativas sociais em torno da sujeição das mulheres. Desta maneira, cada mulher irá interpretar o limite de agressão e o direito do homem sobre

as mulheres de maneira singular, já sendo uma forma de violência a existência desta possibilidade de interpretação. Assim sendo, utilizar o critério de quebra de integridade para violência pode causar ambivalência uma vez que é interpretada de forma individual (Saffioti, 1999: 84).

É necessário ressaltar que esses processos experienciados pelas mulheres em várias regiões do mundo e em Portugal, tem como alicerce a dominação masculina, onde como já supracitado cada mulher atribuirá sentidos diferentes, porém “(...) o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo: e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim determina” (Saffioti, 1999: 88). Nesta mesma perspectiva Bourdieu (1998: 63) afirma que as mulheres no processo de sociabilização aprendem as virtudes negativas de paciência e do silêncio para tanto os homens também têm um papel a desempenhar como a representação dominante. Desta forma, o trabalho de sociabilização molda para ambos os sexos o papel a ser desempenhado na sociedade, havendo uma forma de reprodução e aprisionamento destas expectativas.

Frente a essa realidade é possível observar mudanças nos domínios legais na perspectiva de igualdade de gênero, porém, é importante ter um olhar amplo sobre estas questões para que as ações não contribuam para a manutenção do *status quo*, devendo englobar questionamentos e críticas sobre as contradições das injustiças inerentes ao sistema capitalista, tendo de considerar por isso a articulação entre as categorias classe-gênero, aproximando-se da perspectiva que é necessário pensar em todas as formas de desigualdades, numa forma interseccional. Tavares (2011: 633) nos auxilia na percepção e compreensão acerca da ideia de individuação dos ser no sistema capitalista, modelo esse que predomina no mundo ocidental.

O discurso neoliberal surge assim, na lógica individual dos percursos de cada mulher. Para que servem as lutas feministas se cada mulher pode, por mérito próprio, atingir a igualdade e o sucesso? Uma cultura de competitividade individual ganha peso, esquecendo-se as circunstâncias sociais, que podem restringir as oportunidades de cada mulher. A igualdade de oportunidades existe porque o quadro legislativo consigna direitos, mas não quer dizer que as leis sejam aplicadas. [...] A materialização dos direitos é considerada uma questão de evolução das mentalidades. Desvaloriza-se o papel do Estado na criação de condições sociais.

Refletir sobre as questões de gênero, para nós, exige problematizar o papel do Estado e a base do sistema no qual estamos inseridos/as. Na sociedade capitalista na qual estamos inseridas, reproduzem-se inúmeras formas de desigualdades, sendo que a preponderância de uma ideologia meritocrática, que tende para a culpabilização e responsabilização de cada sujeito pelo seu posicionamento social, obscurece todas as formas de desigualdades e os relacionamentos assimétricos que são construídos, como as desigualdades de gênero. Considerar estas questões permite compreender a necessidade de mudança sendo esta uma questão de justiça distributiva e não apenas um ajustamento dos recursos sociais para os grupos em maior

vulnerabilidade social (Scott, 1992: 90). É preciso ter em mente que essas formas de desigualdades não são naturais, mas sim construídas e perpetuadas, como no que se refere as relações que são estabelecidas entre mulheres e homens.

Parte-se aqui da perspectiva de que a desigualdade não é natural, mas sim um processo de construção, com vertentes impostas pela tradição cultural, estruturas de poder e todos os agentes nas relações sociais; logo a diferença nas relações entre mulheres e homens e as desigualdades de gênero são construídas através destas variáveis. (Saffioti, 1999: 83). Desta forma, no momento em que se questiona e modifica a condição da mulher, ao mesmo tempo irá provocar mudanças também na compreensão do que vem a ser homem (Scott, 1992: 90).

2. (Des)igualdades de gênero em Portugal: situação atual

Depois de realizada esta contextualização é importante uma aproximação ao contexto português. Segundo os indicadores-chaves de 2017 da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), a população residente em Portugal em 2015 era de 10,341 milhões, entre os quais 5,439 eram mulheres, o que significa 52,6% da população. Contudo, sendo possível perceber que há um número elevado de mulheres no país, no que se refere à educação em cada 100 pessoas sem nenhum nível de escolaridade, 71 são mulheres e 29 são homens, demonstrando uma grande diferença. Algo contraditoriamente em cada 100 pessoas com ensino superior completo, cerca de 60 são mulheres e 40 são homens, demonstrando que as mulheres tendem a dar maior continuidade aos estudos. Já no que se refere a taxa de emprego e desemprego, nas faixas etárias entre os 20 e os 60 anos, verifica-se uma maior percentagem de homens empregados (74,2% para 67,4% para mulheres). A este respeito, apresentam-se como explicações a maior participação dos homens no mercado de trabalho, a dificuldade de inserção das mulheres e, como já referido, a permanência mais longa das mulheres no sistema de ensino.

Outro aspecto de relevância reside nas diferenças ao nível da remuneração mensal entre os sexos, onde há uma diferença de 16,7% em desfavor das mulheres. Assim, os homens recebem em média 990,05 euros enquanto as mulheres recebem em média 824,99 euros. Para além disso, verificam-se também discrepâncias ao nível do trabalho não remunerado, nomeadamente no tempo despendido com o mesmo. A este nível refira-se que as mulheres afetam em média, diariamente, 04:23 horas e os homens 02:38, sendo

que assumindo a soma trabalho pago e não pago, as mulheres trabalham mais de 1 hora e 13 minutos por dia do que os homens.

A participação das mulheres na vida política também apresenta um *gap* elevado, como se pode verificar pelas/os eleitas/os na Assembleia da República. Em 2015 havia 33,0% de participação feminina, o que parece articular-se com as mudanças a partir da aprovação da Lei de Paridade de 2006, que no seu artigo 2º afirma que: “entende-se por paridade, para efeitos de aplicação da presente lei, a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas.”

Com base nestes dados, e em associação com as alterações a nível legal referidas anteriormente, verificamos que, pese embora sejam notórios avanços em matéria de igualdade de género em Portugal, exige-se uma problematização da persistência de desigualdades e assimetrias no domínio público e privado. A este propósito, segundo Tavares (2011: 533):

Podemos afirmar que em Portugal se vive uma situação paradoxal, onde os avanços registados nas últimas décadas enfermam de uma “doença estrutural”: o sexismo nas mentalidades, nas atitudes e nas relações de poder entre mulheres e homens. Os elevados níveis de qualificação das jovens que saem das universidades não se traduzem na eliminação das desigualdades salariais. O avanço nas mentalidades quanto às relações mais democráticas na família, não tem provocado alterações significativas na partilha das tarefas domésticas, registrando-se mesmo uma reprodução da divisão sexual do trabalho nas novas gerações. Apesar das campanhas a favor da paridade e da aprovação da lei, as assimetrias de género continuam a ter muito peso no poder político. A violência nas relações de intimidade continua a ter uma dimensão significativa, apesar das medidas protagonizadas nos planos governamentais contra a violência.

Desta forma, a pesquisa aqui apresentada assume como foco a realidade das mulheres que vivem no bairro social das Andorinhas e a forma como o seu quotidiano é permeado pela variável género, o que convoca uma atenção às suas vivências no que se refere a participação política, educação, vínculos familiares, trabalho e cotidiano.

Capítulo IV - Análise de dados: dialogando com a realidade

Neste capítulo será realizada a análise das entrevistas do Bairro Social das Andorinhas que estão divididos em quatro categorias, sendo elas: educação, trabalho, participação política e estereótipos de gênero.

1. Mulheres e sistema educacional: vivências e dificuldades e educação como uma possibilidade de mudança social

Se elas [filhas] forem como a mãe vão ser muito felizes! Não me importo que não tenham estudos, se quiserem estudar eu ficava muito feliz, mas se forem como a mãe fico muito feliz também. Porque eu sou muito feliz, não é? Não me importo que elas sejam cozinheiras ou cabeleireiras, não me importo, quero que elas sejam felizes, é verdade. (Helena, 38 anos).

A presente investigação não tem como objetivo analisar profundamente as engrenagens do sistema educacional português, mas sim demonstrar, através dos relatos das entrevistadas, as experiências frente à realidade neste sistema. Desta forma, se intenta explorar algumas reflexões, nomeadamente em relação ao acesso e permanência no sistema educacional e suas intersecções com categorias como classe e de gênero, divisão social do trabalho e étnicas (cigana).

Durante a realização das entrevistas foi possível perceber que a temática da educação não desperta grande interesse nas mulheres envolvidas na pesquisa, sendo que pouco discorreram sobre o assunto. Contrariamente a outras temáticas, apresentavam respostas mais sintéticas e demonstravam alguma tensão. Uma hipótese possível é a de que, de alguma forma, este assunto poderia causar constrangimento, uma vez que quem estava fazendo a entrevista era uma estudante. Podemos observar aqui as relações de poder e pertença a espaços e, estando nós em espaço alheio, na leitura delas, também a academia não é o delas. Outra possibilidade a ser considerada é a da importância que as entrevistadas dão ao processo educativo, tendo como pressuposto o seu próprio contexto sócio histórico, bem como o modelo do sistema educacional e respectivas políticas públicas, que podem gerar e manter uma engrenagem excludente.

A este respeito refira-se que ficam aspectos por refletir, nomeadamente os que remetem para os benefícios da manutenção de uma população alienada e ignorante, com pouco acesso a diferentes recursos

básicos potenciados pela educação. Como afirma Millet (1969: 28) “um pouco de cultura é de facto uma coisa perigosa, quanto mais não seja, na medida em que ela acarreta uma maior sede de conhecimento”, propiciando novas formas de reflexão e vontade de mudança.

- **Educação como uma possibilidade de mudança social**

A presente categoria será analisada através do prisma proposto por Freire (1996: 41) que, com convicção, afirma que mulheres e homens são sócio historicamente os únicos seres com habilidades inatas para aprender, estabelecer caminhos para a criação para além de uma mera repetição acrítica, tornando o processo educativo algo em que o aprendiz se dirige para a coletividade e não para a individuação do ser. Aprender para o ser humano está, conforme o autor, intrinsecamente ligado à construção e reconstrução, à constatação para a mudança, algo que teve de ser promovido por meio de uma valorização de conhecimentos que as pessoas já possuem, rompendo com o modelo bancário de educação, que tende a encarar o estudante como um receptáculo de informações acrítico.

Compreendemos por educação o processo pelo qual há uma interação de conhecimentos entre quem ensina e quem aprende, sendo essa uma das formas de perpetuação cultural, não excluindo a capacidade de agência do indivíduo. Esse processo vai mais além do que o formalismo educacional, em alguns casos, apresenta que é o da transmissão de um determinado conteúdo ou temática. Portanto, educar-se é perceber a sociedade em que se vive e ao fazer parte desta procurar transformá-la e transformar-se, num processo contínuo. Assim, entende-se que o processo de aprender deve ser vivido de forma a que propicie “uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade” (Freire, 1996: 13). Nesta perspectiva, o aprendiz não pode ser reduzido ao desenvolvimento cognitivo ou simplesmente a uma apropriação técnico científica da aprendizagem, mas sim ter como perspectiva a construção de um pensamento crítico, mediante uma visão racional e ampliada do mundo (Afonso, 2018: 363). Em outras palavras, podemos dizer que a aprendizagem deve promover a consciência ética de ser com e para o mundo, possibilitando a construção de um novo projeto social de equidade entre as pessoas.

Durante o século XX, particularmente após a implementação do regime republicano (que, de alguma forma assumiu essa bandeira) e até à década de 60, Portugal enfrentou grandes dificuldades na escolarização da população, apresentando avanços muito morosos (Barreto, 1995: 845). Tal foi especialmente dificultado

no período de vigência do regime salazarista, que assumia como política educativa a manutenção de uma população ignorante de leitura e escrita, fornecendo inclusive o mínimo de informação e vigiando rigorosamente as leituras, até mesmo dos livros escolares (Carvalho, 2001: 737). Contudo, nomeadamente após a queda do regime, verificou-se uma virada nessa realidade, sendo que em menos de trinta anos o analfabetismo jovem foi basicamente extinto e apenas uma baixa parcela da população adulta ainda não correspondia a este dado (Barreto, 1995: 845). Ao longo do processo revolucionário (iniciado a 25 de abril de 1974) foi sendo construída uma perspectiva diferente do sistema educativo, já não direcionada à formação de elites, apostando-se também na formação de quadros técnicos e mão de obra, com ênfase na expansão da atividade econômica (Lima, 2018: 333).

A este nível, já com a Constituição da República, de 1976, no seu artigo 74º, se enfatizava a responsabilidade do Estado em garantir a todos os cidadãos o direito ao ensino, assumindo uma perspectiva superadora da divisão social do trabalho. Contudo, apesar dos avanços constitucionais, o processo de coletivização da educação pública em Portugal, não deixou de conhecer alguns obstáculos ao êxito, não fosse a herança de uma educação fortemente elitizada. A este propósito Lima (2018: 334) refere-se a Portugal como um país “que nunca teve uma retaguarda educativa forte, mas, pelo contrário, elites bastante indiferentes à educação dos seus concidadãos. Elites, de resto, pouco comprometidas com a democratização política e social e, em geral, também elas pouco educadas.”

Entende-se aqui que a complexidade do acesso à educação é intensificada quando perpassada por categorias como a classe social, a etnia e o gênero, que é o foco desta investigação.

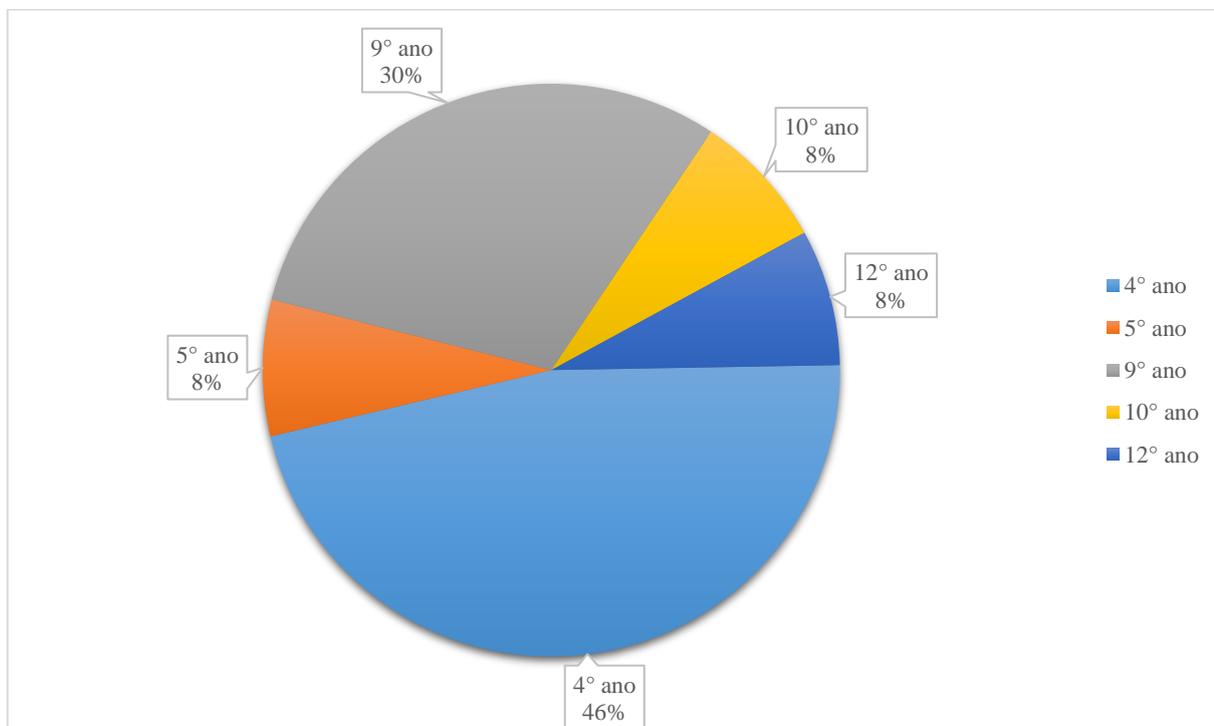
Consideramos que as questões de gênero transpassam a construção de um sistema educacional formal, apelando a questionamentos diversos, desde o tipo de educação oferecido às mulheres, até como esse processo interfere no acesso e na educação das mesmas. Neste último aspecto, nomeadamente com o recorte de classe, como se processa para as mulheres de origem social mais pobres? Concordamos com Santomé (1995: 35) quando afirma que a partir da institucionalização e legitimação do insucesso escolar de grupos sociais que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, fica caracterizado um projeto de escola para a elite.

Na esteira de Millet, no contexto das construções sócio históricas, o acesso das mulheres à educação não tem como prioridade a emancipação, mas sim a ótica de que uma esposa mais bem instruída seria mais afável do que uma não alfabetizada. Para tanto, a instrução seguia com base na obediência, servilismo e repressão sexual, para que assim, o homem pudesse manter o controle (Millet, 1969: 27). Nesta perspectiva, respeitando o contexto analisado pela autora, o acesso à educação pelas mulheres teve como pressuposto a

manutenção do *status quo*, direcionando-se para a satisfação, agrado e utilidade para com os homens. Alerta-se, pois, para a ênfase de certos papéis femininos, sendo que as mulheres passam a ser objetos no jogo público de favorecimento do universo masculinizado, como espécies decorativas de entretenimento e não enquanto seres dotados de capacidades físicas e emocionais próprias, agentes das suas próprias histórias de vida. Algo que já não se pode configurar da mesma maneira na contemporaneidade.

Considerando a intersecção da categoria gênero com a classe, observa-se que os sujeitos que estão expostos a situações de pobreza têm a tendência de acumular diferentes dimensões de exclusão, incluindo a que se refere a distribuição de renda assim como a escolaridade (Costa *et al* 2015: 7). Tal realidade é evidenciada nas mulheres do bairro social das Andorinhas, que apresentam níveis de escolaridade tendencialmente baixos, como é possível observar no gráfico que se segue:

Gráfico 2: Habilitações literárias das entrevistadas



Fonte: Gráfico desenvolvido a partir das entrevistas realizadas.

Os dados expostos situam as mulheres do bairro social como aquelas que cumpriram apenas o tempo educacional, formal, que era obrigatório, para cada geração investigada. A percentagem elevada de mulheres com baixa escolaridade não deixa de se associar com os perfis etários das mesmas e o processo histórico do

ensino obrigatório em Portugal. Efetivamente, se em 1956 o ensino obrigatório remetia para quatro anos de escolaridade, em 1966 passa a seis anos, em 1975 cria-se o terceiro ciclo do ensino básico, constituído pelos 7º, 8º e 9º anos, e em 1980 será implementado o 12º ano, dando origem ao ensino secundário, constituído por três anos de escolaridade.¹⁴ À vista disso, muitas mulheres do bairro social das Andorinhas, entrevistadas, completaram apenas o ensino obrigatório relativo ao período em que frequentaram a escola, o que ilustra um baixo nível de escolarização. Outro dado relevante é o fato de não terem prosseguido esse processo num outro momento de suas vidas. Tal emerge justificado pela constituição de família, pelas atividades profissionais, bem como pelas responsabilidades e tarefas decorrentes da maternidade, sendo que o cuidado aos filhos se revela particularmente exigente para as mulheres. Pela confluência dos fatores expostos e associados também à manutenção financeira de suas casas, nenhuma delas frequentou o ensino superior. Quando questionadas sobre a não continuidade dos estudos, mesmo para conclusão do ensino secundário, as repostas demonstraram que, para além das limitações concretas do cotidiano, faltou o estímulo por parte das suas famílias, constatando-se ainda visões limitadas ao ambiente circunscrito onde estão inseridas. Para tal apontam as passagens que se seguem:

Porque não gostava muito de estudar. (Helena, 38 anos)

Então meu pai diz: “não queres estudar, tens que trabalhar.” (Mónica, 38 anos)

[Estudei] Até o 4º ano, era o antigo. Os nossos pais não tinham verba para nos pôr a estudar, tínhamos que ir para o mundo do trabalho. Tínhamos que ir trabalhar. Eu comecei a trabalhar lá pelos catorze anos, quinze. (Ana, 60 anos)

A segunda citação remete-nos para outra questão, nomeadamente o facto de a falta de condições económicas e suporte social se interligarem com o próprio desempenho académico. Contudo, tal falta de estímulo pode também associar-se com a forma de organização do sistema educativo. Para Freire (1996: 13) é necessário fazer a crítica e a recusa ao ensino “bancário”, no qual é apenas feita a transferência do conhecimento, sem incentivo à curiosidade e respeito pelas diferenças, apostando numa forma que produza o prazer em aprender de forma mais autônoma, crítica e menos autoritária. O modelo bancário de educação é mais um elemento do desestímulo e desinteresse no processo educativo. Este aspecto associado ao modelo económico excludente é significativo para a não permanência de pessoas mais pobres no processo educacional, exigindo-se, sim, que este se dirija para a criticidade, a ética nas relações e o prazer em aprender¹⁵.

¹⁴ Informações extraídas de documentos oficiais do Ministério da Educação de Portugal. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/quipu/portugal/historia.pdf> Acesso em julho 2019.

¹⁵ Utilizamos o prazer na perspectiva da ética que segundo Hierro (2003: 9): “En la ética del placer, cuya norma es la búsqueda de satisfacción del propio interés, sin excluir el interés social, el énfasis está dado en este sentimiento que se busca y de desea.”

A questão do não acesso à educação permeia é uma das questões onde se evidenciam também formas de discriminação de gênero e entre as gerações, dificultando a mobilidade social e a própria valorização dos estudos, como é demonstrando no extrato a seguir:

E eu não sou uma pessoa que sei ler bem, sei escrever bem, porque só andei até a quarta classe, não andei mais. Andava na quinta classe quando meu pai tirou-me da escola, com dez anos. Porque no ano que eu fiz a quarta classe, foi no ano que começou a quinta e o sexto ano. Porque antigamente não era o ciclo. Agora é o ciclo, mas antigamente era só até a quarta classe e muitos nem quarta classe tinham. Eram analfabetos. A minha mãe era analfabeta e meu pai era analfabeto. (Inês, 59 anos).

Eu andava na 5ª classe e o meu pai foi falar com a professora para me tirar da escola, para olhar para os meus irmãos. Ele chegou à minha beira e sentou-se. Eu era uma criança. Disse assim: "olha, eu vou ter que te tirar da escola..." Parecia que ele estava a pedir a autorização para me tirar da escola, mas era ele que mandava em mim. Eu tinha dez anos, o que é que ia fazer? Eu não podia dizer que não, sequer. "Eu vou te tirar da escola porque tens que ir para casa olhar pelos teus irmãos." Porque eram todos rapazes e eram muitos. "Eu vou ter que te tirar da escola para olhares pelos teus irmãos porque se a tua mãe for para casa olhar por eles, passamos todos fome, porque tua mãe ganha mais do que eu ganho". (Fátima, 59 anos)

Também neste enxerto recolhido é possível perceber que a questão de gênero ultrapassa o sucesso ou insucesso escolar, uma vez que este é também um aparelho que pode manter as engrenagens do sistema. Interessa também atender àquele que é o processo de naturalização da interrupção de percursos educativos, nomeadamente no caso das mulheres. Como afirma a mesma entrevistada:

Eu disse: "tá bem." Não podia argumentar se quer contra. Mas eu disse também na boa. "Tá bem." Mas a gente pensa mais tarde, que sofre as consequências. Mas pronto! Tá bem! Era o que tinha que ser. Já tinha que ser assim. Era assim. Tá bom. Eles precisavam. Ele sentia-se culpado... (Fátima, 59 anos)

Conforme aponta Saffioti (1987: 35), a educação para as mulheres tem um aspecto de enfatizar a vitimização, a existência de um "destino da mulher", o que significa que as mulheres, mais do que os homens, são educadas e socializadas para um papel de naturalização do sofrimento, de culpabilização, sendo que possuem a responsabilidade pela ordem da família. Esta aceitação/ justificação pelas circunstâncias da vida fica também evidente na passagem que se segue:

Hoje em dia você vê muita gente que têm estudos, mas não tem trabalho. E eu não tenho estudos, mas, graças a Deus, tenho trabalho, tenho uma vida estável, tenho dinheiro para o que eu quero. Não precisa ser médico, ou seja, o que for. Quero [que as minhas filhas] sejam felizes. É o que eu quero. (Helena, 38 anos)

Um dos fatores que mais contribui para a mobilidade social, com implicações em termos de gênero, é o acesso das jovens ao sistema educacional, que se conecta com as transformações nas estruturas da divisão social do trabalho, como afirma Bourdieu (2012: 108). Assim, podemos questionar: nos territórios com maior vulnerabilidade sócio econômica as mulheres realmente possuem oportunidades para o acesso a uma efetiva mobilidade social ascendente? Nos relatos das entrevistadas, nomeadamente aquelas mais

jovens, é também perceptível uma falta de estímulo aos estudos e uma reprodução de discursos, o que nos sugere a manutenção desse sistema de constrangimentos, apesar da universalização do sistema de ensino:

[Seus pais te incentivaram a ir à universidade?] Sim, mas eu não quero. Nunca tive aquela coisa de ir para a universidade. (Daniela, 21 anos)

Este relato nos traz algumas reflexões sobre a importância e o incentivo ao acesso e à permanência nas estruturas educativas por parte das jovens. Conforme salienta Studart (1974: 15), mesmo quando meninas têm grande desenvolvimento intelectual, não é dada grande importância, seja no sistema educacional, como no âmbito familiar, principalmente nos estratos sociais mais baixos. E, quando as mulheres estão no ambiente universitário, com frequência a família, mais do que centrada no aprofundamento de conhecimentos, associa esse fato com a possibilidade delas encontrarem um futuro parceiro com habilitações ao nível do ensino superior. Além da situação, hoje menos recorrente, que é o abandono dos estudos para o casamento, passando a mulher a exercer a profissão de mãe e esposa, em exclusividade. Santomé (1995: 142) acrescenta que a “obsessão pelo casamento, a família, a sexualidade, a moda e a beleza contribuem em grande medida para esta cultura feminina antiescolar”. Obviamente que essa condição sofreu alterações nesse interim, todavia há evidentes relações de subordinação e discriminação em relação às questões de gênero que são/foram construídas historicamente.

As jovens podem reproduzir o comportamento estereotipado de gênero, podendo tornar esse o centro das preocupações, e desta forma, a escolarização que tem o papel fundamental – tanto positiva como negativamente – em muitos casos, de guiar as trajetórias dos sujeitos nos processos de mobilidade social, sofre um impacto diferenciado para as mulheres e para os homens (Faria, 2000). Esta situação parece surgir ainda mais evidenciada em realidades onde a base cultural tem grandes raízes patriarcais, como na etnia cigana, o que fica evidenciado na passagem a seguir:

[Você gosta de estudar?] Não gosto muito. [O que você não gosta?] Não sei, é uma seca. Das aulas. [Não acha interessante?] Não. Primeiro porque acho que as ciganas assim não têm muito futuro para serem como vocês advogadas, doutoras. [Por que diz isso?] Por que vejo a minha vó, a minha mãe e todas as ciganas são assim. [Por que você acha que é difícil uma mulher cigana conseguir estudar?] Porque os ciganos já têm aquela tradição de andar nas feiras. [Você acha que é difícil conseguir quebrar essa tradição?] É assim, depende dos pais e também depende de nós, porque eu tenho uma prima que está a estudar para advogada. (...) Sabe, não é só mesmo pelas tradições, mas é por minha vontade... (Manuela, 16 anos)

Esta mulher, a entrevistada mais jovem, com 16 anos, de etnia cigana, traz, de forma explícita, o impacto da cultura na vida acadêmica das mulheres. Porém, podendo a cultura exteriorizar-se nas formas de socialização, tal não é um movimento mecânico. A cultura não é uma herança que passa apenas de geração a geração. Está construída na história das relações sociais que nem sempre são igualitárias, dada a existência

também de uma hierarquia entre culturas, produtora da própria hierarquia social (Cuche, 2003: 107). Segundo Appadurai (1996: 27) é importante no conceito de cultura ressaltar a diferença que se manifesta nos pontos semelhantes e divergentes entre as categorias: classes, gêneros, papéis, grupos, gerações e nações. Efetivamente, estas diferenças exprimem, ou podem servir de fundamento, à mobilização de uma identidade de grupo. Esta é uma questão complexa, visto que envolve aspectos decorrentes da construção histórica das desigualdades de gênero, apelando também a uma compreensão das peculiaridades que emergem dos diferentes contextos. Desta forma, a cultura pode manter uma estrutura com base patriarcal, na qual o não acesso ao sistema educacional interfere nas possibilidades de maior autonomia e mobilidade social.

Como afirma Amâncio (1999: 200), o capital escolar é uma condição imprescindível para a mobilidade ascendente. Assim, as mulheres com baixa escolaridade e que não tenham outros capitais, terão grande tendência a uma mobilidade descendente ou ainda a não mobilidade, o que pode ser verificado pelos dados aqui já expostos e confirmados com os depoimentos recolhidos.

Na realidade portuguesa, onde ainda se verificam estruturas sociais algo rígidas, a escolaridade é central à mobilidade social, principalmente no que concerne às famílias que apresentam maior vulnerabilidade. Ainda que sem referência expressa à possibilidade de mobilidade, o acesso ao sistema de ensino vai sendo referenciado, nomeadamente em termos comparativos, como algo positivo em alguns casos. Para tal aponta a citação seguinte:

A minha mãe ficou viúva com seis filhos. E os meus irmãos foram todos servir, mas a minha mãe deu-me uma coisa boa, que ao menos meteu-me na escola, percebe? Meteu-me na escola e só isso, eu sei ler, sei escrever, só que sou muito preguiçosa em escrever [risos], mas antigamente recebia cartas. (Vera, 74 anos)

Se a educação, no sentido mais amplo do termo, se torna um dos principais instrumentos para o surgimento de alterações nas realidades sociais, para além do acesso à mesma, importa que esta proporcione a emancipação. Como afirma Freire: (1996: 78)

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de “amaciá-lo” ou “domesticá-lo”. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do achado. É preciso por outro lado e, sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de recebedor da que lhe seja transferida pelo professor.

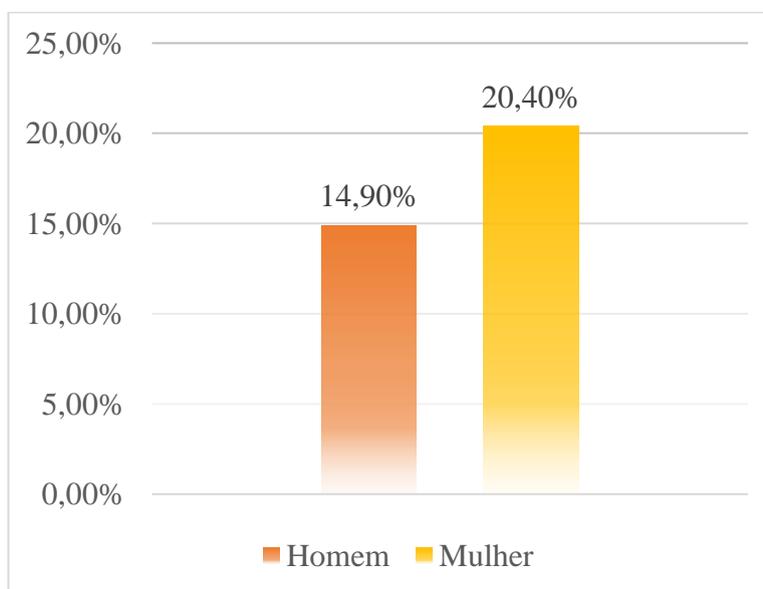
O acesso da população, com ênfase na que se encontra em situação de maior vulnerabilidade, em um sistema educacional crítico e emancipador pode proporcionar inúmeras mudanças nas estruturas sociais.

Porém, importa questionar se os interesses e as formas de organização do sistema de políticas públicas se direcionam para uma mudança substancial. Como reflete Lima (2018: 341):

Na educação portuguesa, estranhamente, os protagonistas não são os educadores nem os educandos, mas sim os respetivos ministros, em busca da grande reforma e de um lugar na história. Não só não o têm conseguido, como, por outro lado, os atores escolares nunca se têm reduzido a puros objetos, passivos, das reformas que sobre eles se abatem. Na prática, nenhuma das partes, não obstante as suas relações assimétricas em termos de poder, consegue controlar a outra no plano da ação educativa. Trata-se de um combate permanente, mas sem vencedores, de um dos mais poderosos obstáculos ao desenvolvimento de uma educação pública democrática, de qualidade para todos, típica de um regime centralista e de uma administração escolar autoritária. Por isso as investigações têm revelado como a uniformidade das soluções políticas e ao rigorismo técnico-burocrático da administração correspondem reformas falhadas, consensos políticos muito raros, conflitos sem via de solução, resistências mais ou menos passivas, práticas de “infidelidade normativa”, entre outros fenómenos só acessíveis a quem conhece as escolas sem ser a partir de cima, à distância, ou por intermédio do Diário da República e da produção, incessante, de injunções administrativas.

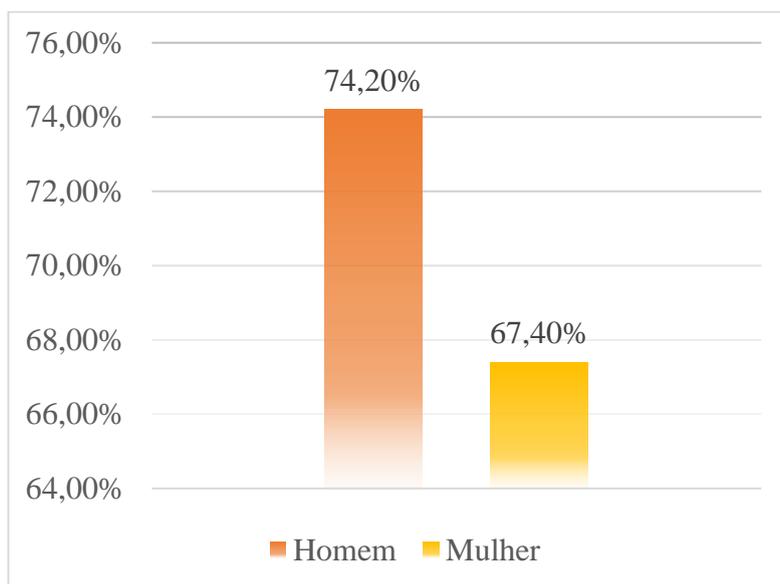
São inegáveis as mudanças na realidade do acesso ao sistema educacional pelas mulheres em Portugal nas últimas décadas. Porém, é necessário ressaltar que mesmo com maior permanência na escola e a ascensão a maiores níveis de escolaridade (inclusive, comparativamente aos homens), tal fenómeno não parece ter ainda os efeitos desejados ao nível da diminuição das desigualdades de género e da própria divisão sexual do trabalho. Os dados que se seguem ilustram a permanência de assimetrias entre homens e mulheres.

Gráfico 3 – Escolaridade de nível superior da população com 15 anos ou mais



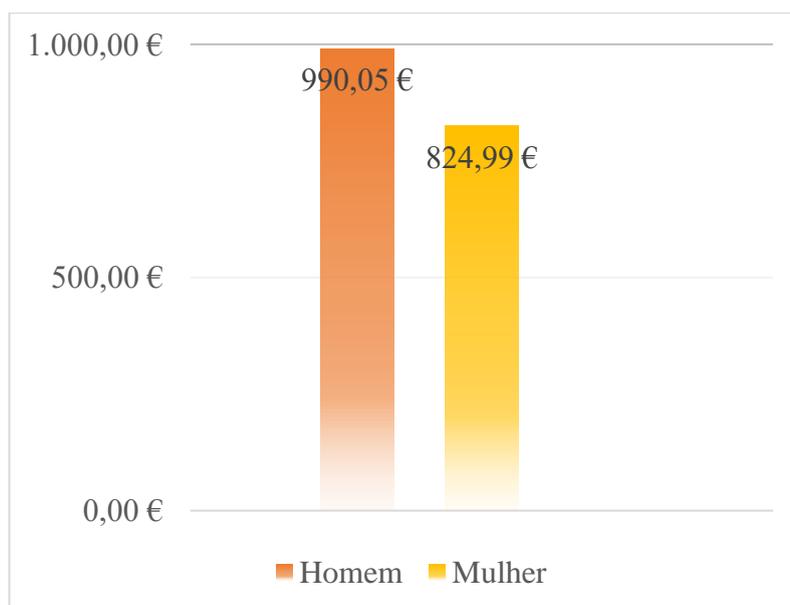
Fonte: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG, Boletim Estático de 2017)

Gráfico 4 – Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos



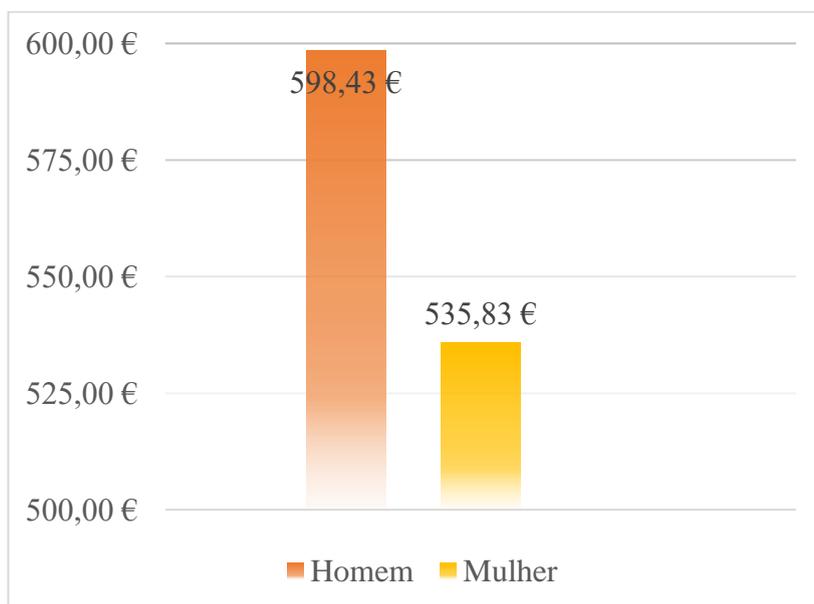
Fonte: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG, Boletim Estático de 2017)

Gráfico 5 – Remuneração média de trabalhadores por nível de qualificação



Fonte: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG, Boletim Estático de 2017)

Gráfico 6 – Remuneração de profissionais não qualificados



Fonte: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG, Boletim Estático de 2017)

Os dados anteriores demonstram uma realidade paradoxal, na qual as mulheres têm os maiores níveis de escolaridade, mas continuam com a menor taxa de emprego e remuneração, refletindo a organização de uma sociedade patriarcal e a necessidade de mudanças na base do sistema. Note-se que a estes aspetos se somam as assimetrias no que toca às áreas de ensino e consequentemente profissionais, bem como no que remete ao acesso a cargos mais elevados nos locais de trabalho e inclusive de foro político. Como reflete Araújo (2010: 232)

Como entender a concentração maior de mulheres em cursos menos bem remunerados, com menor estatuto social, com menor empregabilidade e a sua menor presença em áreas mais tecnológicas? Como explicar a presença em muito reduzido número de mulheres nos lugares de topo dos órgãos de governo político, administrativo, financeiro, etc., apesar das suas mais elevadas qualificações? Poderá a escola contribuir para uma mudança em que as mulheres possam também ser envolvidas na partilha do poder e que essa seja uma representação aceite por sectores largos da população? (...) A formação de mulheres deverá ter preocupações com uma “política de presença” aliada ao seu *empowerment*. O debate aprofundado e a produção de práticas políticas institucionais necessitam de ser prosseguidos nos vários espaços educacionais com essas finalidades.

Embora não pareça existir grande valorização do conhecimento formal pelas entrevistadas, eventualmente pela resignação a uma condição de classe e/ou até de gênero, assistimos a essa mesma valorização na sociedade, o que se torna excludente para as mesmas. Além de (re)pensar a organização do sistema educacional, por meio da literatura surgem questionamentos que salientam uma acentuada

valorização do conhecimento formal, sobretudo em forma de diplomas acadêmicos e suas habilidades¹⁶. Ressaltamos aqui que não significa ser uma espécie de culto ao diploma, mas a compreensão de uma maior especialização em determinados setores e/ou saberes. Porém de maneira geral há uma desvalorização daquelas pessoas que não seguiram esse itinerário, por diversas motivações, aqui já discutidas, como se estas não pudessem desenvolver competências de questionamentos críticos e que somente um grupo – seletivo – de pessoas possam fazê-lo; para tanto, é importante ressaltar que o processo educativo é muito mais amplo e importante do que apenas os graus acadêmicos, como afirma Hierro (2003: 5):

El proceso educativo nos convierte em personas, y por persona entiendo ser moral, libre y digna. Porque no nacemos personas, nos convertimos em personas a través de nuestro próprio esfuerzo educativo, que se constituye de acuerdo con el género, la condición social, histórica, racial, étnica, geográfica y del ciclo de vida en que nos encontremos.

As entrevistadas destacam que em suas vidas a ausência da educação gerou alguns problemas, principalmente no que concerne ao trabalho, e em relações de submissão familiar entre outras, ou seja, em questões mais próximas às suas realidades cotidianas. Mas queremos expressar que os limites de mundo que podem ser ampliados através do acesso a instrumentos educativos mais amplos geralmente impulsionam dimensões mais imediatas, rompendo limites e criando outras e novas formas de olhar a realidade. Com isso percebemos que a educação, enquanto sistema formal de ensino, ainda é utilizada na manutenção do sistema de preservação de privilégios sociais, muito distante de uma democracia de fato.

2. Mulheres e trajetórias profissionais: entre o espaço privado e o público.

[Minha mãe] Era assim alta, parecia a Maria da Fonte, era assim trabalhadora... Trabalhadora, assim. Ela gostava de trabalhar. Ela gostava mais de trabalhar do que olhar para os filhos. Porque há mulheres assim. Antes querem seguir as carreiras do que ter um filho ou olhar o filho que têm. Ela era assim também. Gostava de trabalhar. Ela adorava trabalhar. (Fátima, 59 anos).

Neste ponto serão apresentadas e analisadas as experiências profissionais das entrevistadas, através da contextualização histórica do trabalho feminino na sociedade portuguesa, possibilitando assim compreender a conjuntura atual. Nos depoimentos recolhidos fica evidente a divisão sexual do trabalho, as

¹⁶ No entanto, o diploma escolar não é apenas um certificado ou um atestado de competência, emitido por uma entidade idônea e competente, com uma validade (e uma visibilidade) social alargada. Na prática e pela prática, através da atribuição de credenciais de elevado qualificação, ao mesmo tempo que se confere títulos que classificam e destacam socialmente os sujeitos que logram a sua obtenção, é também promovida uma distribuição desigual das sensações de competência e da à-vontade nos mais diversos domínios. (Faria, 2000).

divergências entre as atividades domésticas e as vivências laborais assalariadas e a consequente dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Enfatizamos a construção histórica e social em que as mulheres são designadas como principais responsáveis pelas tarefas de cuidado, considerando as suas múltiplas dimensões.

Historicamente, a responsabilidade pela atenção às pessoas vulneráveis e dependentes – como crianças, idosos e doentes –, bem como as tarefas relacionadas aos cuidados da casa recaem sobre as mulheres. Verificando-se uma sobrecarga de funções, são notórias as dificuldades ao nível do investimento e desenvolvimento da vida profissional.

O trabalho é fundamental para a condição humana, uma vez que é por meio deste que o ser humano estabelece relações sociais e transforma a natureza, dando significado a si próprio e possibilitando a sua subsistência. Entretanto, como afirma Marx (1983), no contexto capitalista, torna-se alienante, “o trabalho dissociado do seu sentido não passa de uma atividade em que o trabalhador perde-se a si mesmo, negando sua própria vida. Por outro, o trabalho não perdeu sua importância uma vez que se trata do meio de sobrevivência do homem” (Rohm; Lopes, 2015: 336). Se, como atestam os mesmos autores, o trabalho permanece central à sobrevivência, nos relatos analisados fica expressa a frustração nos casos em que se verificou um abandono das atividades profissionais formais, sendo evidenciado, noutros casos, o prazer em trabalhar e o seu papel na autonomia econômica.

Todavia, a análise da categoria trabalho exige também a consideração das intersecções estabelecidas com outras, como o gênero, a etnia e a classe social, assumindo a sua importância no que se refere à possibilidade de mobilidade social e de independência econômica.

- **Trabalho e a possibilidade de conquista de autonomia e emancipação**

O trabalho feminino¹⁷ afigura-se historicamente ambíguo, não raras vezes desvalorizado devido aos setores econômicos e culturais de emprego e às inúmeras crenças e construções históricas, contextualizadas nas diferentes sociedades, mas sempre necessário para alimentar as fileiras das indústrias, prover o ambiente

¹⁷ Entende-se aqui trabalho feminino numa perspectiva ampliada de trabalho produtivo e reprodutivo, em articulação com o papel do Estado. Assume relevância a constatação de que o crescimento da população feminina no âmbito público não tem implicado alterações substanciais no espaço privado, conservando-se os padrões de atribuição de tarefas maioritariamente às mulheres (Guedes, 2016).

doméstico, garantir o cuidado da prole, a limpeza, a educação (Perrot, 2006). Como enfatiza Safiotti (1976:32): “em todas as épocas e lugares tem ela [a mulher] contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social.”

Conforme Soihet (1997: 285), a depreciação associada ao trabalho feminino se acentuou no período vitoriano, com base em estereótipos direcionados para determinada ideia de feminilidade. Efetivamente, entendia-se que apenas algumas formas de trabalho podiam ser exercidas pelas mulheres, principalmente as atividades que tinham como base o instinto e o amor – como o trabalho doméstico e os cuidados aos mais vulneráveis – e, ainda, aquelas de teor repetitivo, como a costura. No fundo, atividades caracterizadas apenas pela ideia de reprodução, em oposição ao trabalho masculino, destinado à produção. Embora as mulheres desenvolvessem diferentes atividades, até fora do âmbito doméstico, foi sendo introjetado o pensamento de que estas ocupações, mesmo remuneradas, não se tratava de efetivo trabalho. Nesta forma de organização social, onde é evidente a discriminação com base no sexo, a integração da mulher assume majoritariamente uma forma periférica (Safiotti, 1976: 53).

Este modelo, associado ao padrão de família nuclear burguesa, tornou-se hegemônico, sendo instituído em diversas sociedades. A família, como toda instituição social, apresenta aspectos positivos, constituindo-se como núcleo afetivo, de apoio e solidariedade. No entanto, apresenta também aspectos negativos, como a imposição normativa por meio de regras, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas. Tal torna-se, muitas vezes, gerador de coação social, de conflitos e ambiguidade (Prado, 2013 :18).

A lógica de desvalorização do trabalho das mulheres tende assim para a manutenção da figura feminina adstrita ao espaço familiar, cabendo à figura masculina o ato de provê-lo, fortalecendo um processo de hierarquia nas relações, o que se reproduz em outros espaços sociais, tais como o laboral e o religioso, entre outros. Como afirmam alguns autores, como Studart (1974) e Lima *et al* (2010: 41), de maneira geral, é atribuído aos homens o papel de controle sobre os poderes político, econômico e social. Verifica-se, assim, a (re)produção da exploração e dominação, a manutenção do processo de subalternização das relações, inclusive por meio de políticas conservadoras, que procuram, de diversas maneiras – cooptação de lideranças de movimentos progressistas, fornecimento de medidas paliativas – deslegitimar o enfrentamento e alteração desse quadro social, histórico e cultural (*idem*).

A reprodução dessa diferenciação é também observada no mundo do trabalho assalariado, no qual os homens desempenham atividades com salários mais elevados e de maior prestígio social e as mulheres

atividades com menor reconhecimento e salários inferiores. Este fato tende a persistir no tempo, o que é atestado no contexto português.

Segundo dados da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG, Boletim Estático de 2017), as remunerações auferidas pelos homens afiguram-se superiores, sendo que em média ganham 990,05 euros, ao passo que o valor no caso das mulheres é de 824,99 euros, o que se materializa num gap de 16,7%. Para um olhar mais desatento, essa realidade apresenta-se como uma organização natural e intrínseca da sociedade, havendo uma interlocução entre o trabalho assalariado e a vida privada. Recuperando Engels (1980: 8):

De acordo com a concepção materialista, o factor decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do homem próprio, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, do outro.

Sintetizando, no âmbito da perspectiva de que homens e mulheres desenvolvem papéis diferenciados, inicia-se uma divisão sexual do trabalho, ficando prioritariamente a imagem do masculino ligada à esfera produtiva e a do feminino à esfera reprodutiva. Deste modo, verifica-se a apropriação dos trabalhos com maior valor social - cargos políticos, religiosos, militares, entre outros – pelos primeiros (Hirata; Kergoat, 2007: 599). Já as mulheres, destinadas à esfera reprodutiva – fornecendo a mão de obra necessária para o capital, além de participarem no mesmo como exército de reserva¹⁸ - conhecem a precarização no trabalho, auferindo de baixos salários, o que expõe a existência de uma hierarquia de género (Andrade, 2015: 291).

Desta forma, mantem-se o *status quo* no papel desenvolvido pelas mulheres na sociedade, centralizando a participação das mesmas em trabalhos não qualificados ou que exigem pouca qualificação, com baixo incentivo tecnológico, como as indústrias têxteis, vestuários e alimentação (Monteiro, 2010: 33). Ante esta realidade, que persiste, não são de estranhar as interrupções nos percursos profissionais, as transições entre trabalhos precários e o próprio desemprego, como surge evidenciado no relato que segue:

[Estou] Desempregada. [Anteriormente trabalhava] Num restaurante lavava panelas. Antes de ir para o restaurante tomava conta de um menino. Agora ele foi para o ciclo, não tomo conta de ninguém (Emília, 33 anos).

Como vimos anteriormente, percebe-se a existência de um enviezamento, por via de construções sócio culturais, de quais os papéis a serem desenvolvidos pelas mulheres, com impacto, nomeadamente, na

¹⁸ “O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número (de trabalhadores) e essas necessidades (de expansão do capital). O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso-morto do pauperismo” (Marx, 1996: 274).

esfera profissional. Analisando as entrevistas é possível perceber que a maioria das mulheres neste estudo exerce trabalhos ligados ao cuidado a outros, tais como: serviços de limpeza, tarefas na restauração e confecção. Note-se, pois, tratar-se de trabalhos que ainda que exercidos no exterior, assumem um pendor doméstico. Esta forma de organização afigura-se intrínseca à sociedade ocidental, assumindo a forma de uma ordem naturalizada, conforme afirma Bourdieu (2012: 20). Esta é muitas vezes justificada pelas diferenças biológicas entre os sexos, ficando evidente a dificuldade para romper com uma lógica binária, incutida desde a infância. Vera informa-nos acerca dessa perspectiva quando relata o trabalho desenvolvido desde criança:

Eu era empregada de limpeza, mas a limpeza de antes era muito má. Não era como agora, andar de esfregona. Eu tenho saudades de andar de joelhos. [...] Eu saí da escola com nove anos e fui servir para São Martinho de Candoso, para os lados de Guimarães, para um tasco, mas quando fui para essa casa era pra, pra... Para olhar por uma menina de cinco anos, olhe, eu tinha nove, ainda ia fazer dez. (Vera, 74 anos)

Nos relatos é possível perceber que grande parte das mulheres começaram a trabalhar na infância, o que, apelando ao fator geracional, suscita também o questionamento de outras casualidades. Podem, desta forma, avançar-se hipóteses como: (i) a situação de vulnerabilidade econômica na qual as famílias se encontravam, pela necessidade de auxílio financeiro; (ii) a interrupção do período mínimo de escolaridade obrigatória. Todos esses aspectos promovem a precipitação do ingresso no mundo do trabalho, sem grande qualificação, ligado à sobrevivência imediata das pessoas e suas famílias. Outro fator a ser considerado é a estruturação histórica, social e cultural que reconhece essas formas de trabalho como designados para mulheres e a possibilidade de serem iniciados na infância, revelando-se uma prática comum.

Ainda por meio dos relatos, é visível a desvalorização desses trabalhos e o acentuar de situações de precariedade. Estas, pautando-se pela inviabilização do acesso a direitos, nomeadamente por via da não integração em sistemas formais de descontos, como o da Segurança Social, tende a agravar a vulnerabilidade social à qual se associa a própria exploração pelas entidades empregadoras. Efetivamente, como referido anteriormente, no imaginário social as atividades desenvolvidas pelas mulheres são baseadas no afeto e no cuidado, semelhantes às atividades domésticas, e quando exercidas profissionalmente são menos valorizadas, com baixa remuneração e poucos benefícios (Zirbel, 2017: 59). Entende-se ainda que estas atividades revestem um todo, sendo frequentemente solicitada a polivalência. A este propósito Vera refere:

Mas fiz assim, isso muito tempo, mas nesse tempo, não me descontavam para a caixa. Eu não tinha direito à caixa, só quando fui para uma pensão, para uma pensão, que também fazia limpeza, mas chamavam-me para ir para a cozinha, eu ia para a cozinha, para ajudar a descascar... (Vera, 74 anos)

É possível observar nos discursos uma repetição das experiências das mulheres enquanto cuidadoras, inclusive na dimensão profissional, o que muitas vezes se sobrepõe à possibilidade do investimento em

diferentes carreiras, assim como em seu desenvolvimento pessoal. Essas reflexões apontam a existência de uma construção social e cultural na qual o papel de cuidar se relaciona intrinsecamente com o feminino, o que, via de um processo de naturalização no qual se reificam estereótipos, faz recair sobre as mulheres as responsabilidades de cuidado. A experiência de Inês aponta nesse sentido:

Eu fiz o exame do 4º, tinha dez anos ou ia fazê-los, acabei de fazer o exame da 4º, no outro dia fui logo trabalhar, numa confecção. (...) [Trabalhava] Com meninos deficientes, mongoloides, tínhamos uma sala de selagem, eu era monitora de selagem. (Inês, 59 anos)

Com esta passagem de entrevista, na qual a entrevistada discorre sobre as funções laborais desempenhadas desde a sua infância, primeiro no setor têxtil e, posteriormente, como cuidadora de crianças com deficiência, percebemos alguma linearidade, nomeadamente numa trajetória profissional assente na dimensão do cuidado.

- **Cuidado familiar enquanto atribuição feminina**

Assume-se aqui a ideia de que o ato de cuidar de outro sujeito é disponibilizar-se a perceber como ele é enquanto pessoa, a sua singularidade, subjetividade, as necessidades, gestos e falas, a sua dor e limitações, assim como tentar identificar as suas potencialidades. Cuidar é uma ação que envolve atenção, preocupação e responsabilidade, que vai além dos cuidados do corpo físico, pois implica uma atenção também às questões emocionais, à história de vida, aflições, sentimentos e emoções. Assim, considera-se que cuidar não é fazer pelo outro, mas identificar as limitações e auxiliar quando necessário, estimulando a autonomia. O cuidador é aquele que observa e identifica as potencialidades do sujeito que necessita de tal cuidado (MS, 2008). Contudo, o ato de cuidar não deve ser naturalizado, sendo necessário refletir sobre as suas implicações no cotidiano na vida dos envolvidos, como descreve Evans (2006: 55).

The social implications of care have been highlighted by sociologists whose work has emphasized the often unseen work that is performed (largely in the household). The study of care has been responsible for the “denaturalization” of those responsibilities (looking after children, the ill, the infirm, and the elderly) which were once, if not assumed to fall to, then at least assigned to, women.

O cuidado permeia as relações humanas, tanto pelas necessidades intrínsecas, como por exemplo, a atenção a um bebê, bem como nos percalços da vida, onde há a necessidade de outrem no cotidiano. Em outra perspectiva, o cuidado vem também com a necessidade e desejo de construção de vínculos com os outros. Normalmente quem realiza as tarefas de cuidado são familiares, grupos e instituições (Figueiredo

2007: 17). Porém, como afirmam Daly e Lewis (2000: 283), o cuidado tem sido uma atividade feita majoritariamente por mulheres, condicionando as suas vidas, sendo este mais um agente que reforça a posição de desvantagem, inclusive no aspecto econômico. O relato de Felipa é ilustrativo:

Trabalhei até agora. Agora tive que ir embora para tomar conta dos meus pais porque eles agora precisam mesmo de mim. (Felipa, 42 anos)

A necessidade de empreender tarefas de cuidado doméstico e a dependentes, muitas vezes, implica o ato de abdicar de uma carreira ou da vida pessoal, sendo, ao nível do senso comum, entendido como algo inerente às mulheres, e, assim, visto como uma atividade eminentemente feminina. Ainda que o cuidado se assuma central à vida humana e em sociedade, não raras vezes é decurado o impacto que tal atividade pode ter no cotidiano das mulheres. Efetivamente, esta pode estar na origem de situações de evasão escolar e de fragilização da vida profissional - seja por necessidade de apoio em caso de doença ou na maternidade, entre outros aspectos, - para além do afastamento de grupos, que não a família, dos quais faça parte. O conceito de cuidar que aqui utilizamos é ampliado, sendo que se enfatiza não apenas o zelar de pessoas em situação de fragilidade, mas se atende também à sua compreensão enquanto ato diário, expresso nos diversos afazeres domésticos, familiares, entre outros. A este nível, segundo Zirbel (2017: 55), no ambiente doméstico são construídas e reforçadas as identidades e valores de gênero, fortalecendo práticas que privilegiam os homens e sobrecarregam as mulheres, podendo vir a interferir nas oportunidades de vida delas. A citação que se segue é reveladora da abdicação de percursos profissionais em prol da supressão de necessidades ao nível da gestão doméstica e familiar, à qual se associam riscos acrescidos de empobrecimento.

Pronto, eu vim para casa (...). O meu pai propôs e ele pagava, acho eu que com a reforma, pagava-me e eu fiquei em casa a olhar por eles, a fazer a vida ali dentro de casa porque não é fácil. Não é fácil. Preferia trabalhar fora do que fazer em casa, só que é assim, deixamos de ganhar, os pais na altura pagam depois falecem, não é? Morrem. Uma pessoa não tem grandes descontos para Segurança Social e depois (...) está aqui, que nem tem nada. O governo havia de ver isso, não é? (Ana, 60 anos)

Efetivamente, a necessidade do cuidar torna-se um terreno fértil para relações de dependência de ordem diversa e, se o trecho em cima remete mais expressamente para a económica, note-se que tal dependência emerge também no quadro do próprio cuidado. Como afirma Figueiredo (2007: 21):

Nesta posição, o cuidador exerce a renúncia à sua própria onipotência e à aceitação de sua própria dependência. Trata-se, enfim, de renunciar às fantasias reparadoras maníacas: é preciso saber cuidar do outro, mas também cuidar de si e deixar-se cuidar pelos outros, pois a mutualidade nos cuidados é um dos mais fundamentais princípios éticos a ser exercitado e transmitido.

Isto posto, o exercício de cuidar no cotidiano das mulheres irá refletir-se nas relações construídas, de forma desigual e unilateral, ainda que a dependência possa ser mútua entre os envolvidos. Tal situação leva a uma sobrecarga de trabalho no cotidiano, restringindo e fortalecendo o papel da mulher submissa, cujo

horizonte fundamental incide sobre o ato do cuidado. Este aspeto fica expresso nas palavras de Felipa, a única responsável pelos cuidados dos pais:

E eu estou 24 horas sobre 24 horas. Não sei o que é sábado, o que é domingo. Não sei o que é pegar no meu marido e lhe dizer às oito horas da manhã... (...) vamos sem destino, sem preocupações! Como por exemplo (...), uma hipótese, você vai sem preocupações, não tem ninguém em casa que tenha que lhe pôr a fralda, que tenha que dar os remédios, que tenha que fazer a higiene, certo? Eu não. Eu para sair às oito da manhã tenho que deixar tudo pronto, comida feita para a manhã e para noite, não posso ir depois das oito horas da noite, porque tenho que fazer a higiene à noite e tenho que dar a medicação. (Felipa, 42 anos)

Para compreender e promover níveis de autonomia é necessário fazer a intersecção entre as construções das relações sociais, os grupos e identidades significativas e significantes como gênero, classe social e etnia/raça, afirmam Zirbel (2016: 55) e Saffioti (2000: 73). É importante ressaltar que a dependência não se expressa necessariamente como um aspecto negativo. Porém, há construções de relações que se revelam abusivas, baseando-se na opressão, exploração e desrespeito. Em uma relação de cuidado é importante que exista autonomia entre os sujeitos, e segundo Figueredo (2007: 21) reconhecer os limites e finitude do ato de cuidar permitirá um cuidado mais sensível, evitando ações de domínio e exageros da presença.

O papel social da mulher enquanto cuidadora advém também das necessidades do capital, que desvincula o homem da esfera doméstica permitindo que venda a sua força de trabalho. Nesta perspectiva surge no interior da família uma divisão dos membros, na qual os que não são assalariados, como as mulheres e as crianças, se tornam dependentes para a sua subsistência, o que pode intensificar a situação de opressão e subalternização. Esta situação é justificada por uma pretensa incapacidade feminina, que fica restrita à não contribuição direta para o capital (Andrade, 2015: 284). Porém, com as mudanças sociais e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, tende a verificar-se a sua dupla exploração. Surge, pois, a complexa combinação entre atividades no espaço público – decorrentes do trabalho remunerado – e as que remetem para o âmbito da vida privada - trabalho doméstico -, verificando-se um acréscimo de horas de trabalho, ainda que parte não seja diretamente mercantil. Além disso, essa situação possibilita as condições necessárias para que os seus familiares, mais propriamente os do sexo masculino, e ela própria tenham possibilidade de reprodução da força de trabalho. Assim, as mulheres passam a exercer um papel de profunda importância na reprodução do capital (Antunes, 1999: 108).

A partir dos relatos nota-se a ausência de referências à participação dos homens (adultos ou mesmo jovens) em atividades domésticas e de cuidado aos filhos e outros dependentes, sendo que aquelas, exercidas em exclusivo, dificultam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho efetivo. Como afirmava Fátima:

Sempre foi uma vida muito atribulada. Assim nunca pude trabalhar a tempo inteiro, só trabalhava assim, umas horinhas para ganhar algum. Em limpezas. Das cinco e meia às nove horas da noite. Fazia assim só umas horinhas. Não tinha tempo... Tinha que cuidar da casa. Tinha que deixar tudo preparadinho. O meu pai estava acamado. (Fátima, 59 anos)

De acordo com Castells (2003: 168), as famílias que tiveram como base fundamental o patriarcado, vêm percebendo grandes alterações, nomeadamente devido à inserção das mulheres em trabalhos fora do âmbito doméstico e a ampliação da sua conscientização. De facto, a presença no domínio público tende inclusive a levar ao reconhecimento - inclusive pela participação em grupos de mulheres e/ou feministas - de uma situação de dominação, conquistando-se maior igualdade também por via do enfraquecimento da dominação masculina assente na centralidade financeira para a família, ou seja, no controle econômico daquele agrupamento. No entanto, essa saída do ambiente privado para o mercado de trabalho é contraditória, pois ao passo que possibilita algum nível de autonomia, nomeadamente no sentido econômico da ideia, ela promove uma ampliação das responsabilidades, levando à chamada dupla jornada de trabalho (aquela do interior, no mundo privado, e a no exterior, no mundo do trabalho assalariado). Em conformidade com o que nos apresenta Castells (2003: 168), essa dupla jornada na realidade pode ser compreendida como quádrupla: “trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido”.

Com a mulher desenvolvendo as diferentes jornadas de trabalho, ocorrem alterações na organização do modelo de família. Engels (1975: 197) expõe as consequências da maior participação da mulher no mercado de trabalho, a partir de uma perspectiva da construção dos papéis sociais de gênero (ainda no século XIX). Visão essa corroborada por Marx (2007: 36-37); Hobsbawm (2015) e Perrot (2006):

O resultado inevitável disto é a inversão da ordem social existente que tem para os operários, precisamente porque lhes é imposta, as consequências mais ruinosas possíveis. O trabalho das mulheres, sobretudo, desagrega completamente a família; porque passa quotidianamente doze ou quatorze horas na fábrica, e o homem também trabalha... (Engels, 1975: 197).

A partir desta afirmação de Engels é possível perceber a exigência que recai sobre as mulheres como as principais responsáveis pelo ambiente doméstico e educação dos filhos, algo que tende a persistir nos tempos atuais. Novamente sobressai o papel do cuidado como intrínseco ao feminino, onde os padrões de responsabilidade sobre esse exercício são profundamente desiguais, evidenciando as injustiças de gênero e classe, dentre outras variáveis que podem ser de caráter mais contextual. A presença das mulheres no mercado de trabalho potência um precioso auxílio financeiro face às necessidades familiares, , mas mantendo-se a ideia de que os cuidados familiares devem ser também desempenhados em exclusivo por aquelas, emerge uma desresponsabilização dos homens (Zirbel, 2017: 59 Ajustes diversos e o recurso à

colaboração de descendentes é, pois, por vezes a estratégia encontrada para a supressão de necessidades decorrentes do contexto familiar. Sobre esse aspecto, Vera descreve.

Eu ia trabalhar, os meus filhos praticamente foram eles que se criaram uns aos outros, para eu poder trabalhar. (...) Trabalhava a princípio, trabalhava das oito à uma e depois saía de um [trabalho] e ia limpar um armazém e umas escadas nuns prédios. (Vera, 74 anos)

A partir do momento em que as mulheres assumem as diferentes responsabilidades nos âmbitos público e privado vão sendo alteradas as formas como os membros da família se relacionam. Ante a dificuldade de conciliação entre estes domínios podem fazer-se sentir, de forma mais proeminente, essas mudanças junto dos filhos e dependentes, emergindo, em alguns casos, a negligência aos seus cuidados. De acordo com Castells (2003: 283), fazer este tipo de afirmativa não é um modo de culpabilizar as mulheres, sendo que permite a reflexão no sentido do desenho de alternativas. Além disso, deve servir o propósito do incentivo a uma efetiva participação dos homens nas atividades domésticas e, em última instância à (re)construção de uma forma de família baseada em pilares de igualdade. Rompendo-se, desta forma, com o modelo nuclear burguês, é chamado a este palco o Estado, convocando-se a sua responsabilização como garante de maior proteção a crianças e outros dependentes.

A participação do Estado, e não exclusivamente dele, pode fazer grande diferença na inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente ao criar estratégias para minimizar as desigualdades de gênero. Veja-se, a este nível, não só a promoção da discussão como também de garantias básicas, tais como a fixação do salário mínimo, do subsídio de desemprego e da licença maternidade, para além do fomento de programas de independência econômica, políticas públicas voltadas para a educação de caráter não sexista, dentre outras possibilidades (Ferreira, 2010: 24). Face à ausência de apoios de ordem diversa, as entrevistadas foram relatando situações passadas nas quais é verificável a elevada vulnerabilidade social e dificuldade de conciliação entre trabalho pago e não pago. Atente-se no trecho de Fátima:

A minha mãe tinha as crianças e logo ia trabalhar e eu que olhava por elas. (...) A minha mãe começou a dar farinha aos meus irmãos, aqueles leites que se davam antigamente. Só que meus irmãos ficavam doentes. O quarto ficou doente, pronto, mas passou. O terceiro também. Ela tinha [filhos] de dois em dois anos. Nós temos todos diferença de dois anos. Eu ainda tenho um ano e meio [de diferença] do irmão que é seguir a mim. O terceiro ia morrer. Doença do intestino. Ia morrer, chamavam de morto vivo. Passou. E depois com a penúltima, que é a minha irmã, a minha mãe chegou no patrão: “senhor, é assim, eu vou vir trabalhar, tô grávida, vou ter a minha filha e não quero dar leite de farinha.” A minha mãe tinha um bom peito, bom leite. “Se o senhor me der autorização eu dou mama às dez horas da manhã, antes de ir para lá, ao meio dia, depois ao meio da tarde.” Para aguentar até a noite. Depois eu entretinha com água fervida. Porque antigamente se usava muito água fervida com açúcar. (Fátima, 59 anos)

A partir deste relato é importante ressaltar que existe uma intersecção entre as vivências das mulheres do bairro social das Andorinhas e a questão da classe, assumindo que o gênero associado à classe social

leva a diferentes configurações. Se as mulheres de classes sociais com maior poder econômico podem transferir as responsabilidades do trabalho doméstico e cuidados dos filhos para outras, na forma de atividade remunerada, as mulheres da classe trabalhadora tendem a conhecer a exploração na esfera pública e privada (Lima, *et al*, 2010: 45). Como afirma Gomes (2009: 10), empregadores e trabalhadoras domésticos normalmente pertencem a classes sociais distintas, já que o trabalho doméstico tende a ser desenvolvido por mulheres em situação de maior vulnerabilidade e menor qualificação profissional e instrução escolar. Desta forma, é possível perceber que a classe social irá influenciar também nas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, sendo plausível identificar essa realidade nas falas das entrevistadas. A maioria dos relatos expõe experiências em trabalhos precários, abusivos e, nesta perspectiva, viver em bairro social e pertencer a determinada posição social favorece a ocorrência de experiências similares.

Segundo Davis (2016), existe a possibilidade concreta de transformar a realidade social das atividades domésticas e a sobrecarga causada às mulheres através da economia industrial, mas esse segredo encontra-se guardado nas sociedades capitalistas avançadas. Ou seja, há recursos e tecnologias suficientes que garantem que equipes treinadas, com boa remuneração e maquinários adequados façam os trabalhos que as donas de casa fazem até hoje de forma tão árdua e primitiva. Segundo a autora, não há investimento nesta área pois não haveria grandes lucros e implicaria subsídios governamentais para que as famílias da classe trabalhadora tivessem acesso, não sendo esses aspectos relevantes para a economia capitalista. No entanto, com a grande participação das mulheres no mercado de trabalho, a socialização e industrialização das tarefas domésticas torna-se evidentemente necessária.

Para alcançar uma mudança social é relevante o papel do Estado, tornando esta discussão uma questão pública que considere os diferentes interesses e garanta maior igualdade de acesso às mulheres aos diversos tipos de atividade, com salários adequados e proteção social, como afirma Zirbel (2017: 216):

Visando implementar uma sociedade mais justa e menos negligente para com seus membros mais necessitados, uma teoria político feminista do cuidado há de combater, prioritariamente, a desigualdade nos processos de distribuição e recebimento de cuidado. Para tanto, o direito a receber cuidados e a responsabilidade individual e coletiva para efetivá-los dar-se-á embasada na condição humana da vulnerabilidade e da interdependência. Assim, políticas que visam criar tempo, espaços e maneiras de cuidar são essenciais para organizar a sociedade e suas instituições no sentido de que cada um possa cuidar de si e de quem depende de cuidados para manter-se e desenvolver-se sem que isso implique exploração e desigualdades (vulnerabilidades patogênicas).

Visto que a atividade de cuidar é parte integrante das relações humanas e que todos poderão em algum momento de suas vidas necessitar de serem cuidados é evidente a importância de se estabelecer políticas públicas que garantam o acesso ao cuidado e, conseqüentemente, a proteção adequada, como o reconhecimento dos trabalhadores dessa área.

Todavia, é importante ressaltar que nem todas as experiências relatadas pelas mulheres do bairro social das Andorinhas expõe apenas as expressões de desigualdade de gênero, e também as oportunidades de educação formal. Podemos perceber isso em um dos relatos, que destoa dos demais, demonstrando uma forma de resistência e enfrentamento.

É assim, eu sempre fui boa trabalhadora. Primeiro porque eu e as minhas irmãs e as raparigas que já tinham estudado, entendiam melhor o trabalho, percebe? E depois éramos revolucionárias, éramos terríveis e depois como era revolucionária e sindicalista ia sempre aos piores sítios, por isso é que tô toda arrebetada. (Cristina, 54 anos)

Cristina, em sua entrevista também expõe o assédio e retaliações da empresa às suas militâncias partidária e sindical. O relato suscita um contraponto às outras entrevistas, evidenciando que o acesso a um ensino crítico pode possibilitar um entendimento diferenciado dos contextos sociais, promovendo outras reflexões e ações, assim como a identificação de classes, promovida pela participação em sindicatos. Após muitos anos da subalternização da mulher nos diferentes espaços públicos e privados, foi e ainda é necessária, a organização coletiva feminina em uma luta contínua para a (re)organização social. Como salienta Arruzza (2010: 126), a subalternização da mulher não é a lógica de base do capitalismo, mas sim do sistema patriarcal, que o capitalismo usa em benefício próprio, aprofundando essas relações e colonizando pensamentos e práticas. O acesso das mulheres ao sistema educativo e ao mercado de trabalho pode proporcionar maior participação política e questionamentos dessas estruturas, como aponta Andrade (2015: 285):

Fora do “gueto doméstico” e da “clausura da família”, as mulheres são capazes de descobrir novas identidades e exercer o seu poder como protagonistas da luta, disfrutando de vastas experiências de organização e planejamento da luta coletiva. A revolta social, pois, seria a fonte básica de educação e capacitação das mulheres, que, juntamente com suas próprias formas de rebelião, adeririam também às tradicionais organizações de classe. Sendo assim, mesmo constituindo uma “casta” própria, caracterizada pelas relações sociais derivadas da exploração de seu trabalho doméstico, as mulheres donas de casa não poderiam ser consideradas como exteriores à classe trabalhadora.

Em outro relato, é possível perceber mudanças, com experiências diferentes no aspecto profissional. A participação da mulher no mercado de trabalho pode contribuir para uma grande transformação social, com alterações na base das relações e no próprio empoderamento feminino:

Sou lojista. Terminei [os estudos] com 17, a caminho dos 18, não é? Então, arranjei trabalho logo na X, consegui ir para X, depois passei para Y, foram três meses na X de contrato, seis na Y, seis meses e depois até que cheguei à Z, onde estou hoje há sete meses. (Daniela, 21 anos)

Daniela, sendo umas das mais jovens entrevistadas, mostra um percurso profissional diferente, onde finaliza os estudos obrigatórios e tem a possibilidade de emprego formal, demonstrando a existência mudanças geracionais. Em Portugal há uma visível diferença após o 25 de abril para as mulheres, no que se

refere ao acesso à educação, ao ensino e ao ingresso no trabalho. Durante esse período é reconhecida constitucionalmente a igualdade entre mulheres e homens, proporcionando a feminização no mercado de trabalho e ensino (Silva, 2010: 293). Essas mudanças são efetivas a partir das alterações do Código Civil de 1977, que promoveram importantes avanços nos direitos civis das mulheres. No mesmo ano houve também a criação do principal órgão oficial de combate a desigualdades de gênero: Comissão da Condição Feminina, chamado hoje de CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero - bem como a adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, que incentivou a implantação de diversas políticas de igualdade e Planos Nacionais para a Igualdade (Schouten, 2018: 471; Tavares, 2011). Tais transformações proporcionaram alterações significativas no mercado de trabalho e na vida das mulheres como afirma Ferreira (2010: 23):

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho está entre os fenômenos unanimemente apontados como os que mais têm determinado as recomposições sociais verificadas ao longo das últimas décadas em Portugal. Podemos destacar as seguintes transformações: por um lado, o apagamento ou mesmo superação do déficit de investimento em capital humano tradicionalmente registrado entre mão-de-obra feminina e masculina, com o reforço da presença feminina em todos os níveis do ensino e da formação profissional; por outro lado, o aumento da vida activa das mulheres e a passagem para um modelo de atividade mais contínua, com menos interrupções por motivos familiares, em parte devido à forte adesão das mulheres com os filhos pequenos a atividades econômicas e a extraordinária quebra da fecundidade; e, finalmente, a progressiva integração das mulheres em profissões das quais eram excluídas.

Mesmo com as mudanças no cenário político e social ainda é necessário a análise das realidades específicas, através da intersecção com os aspectos de etnia e classe social, como expõe o relato de Manuela, jovem de etnia cigana, trazendo-nos uma outra perspectiva das diferenças culturais.

Sabe, não é só mesmo pelas tradições, mas é por minha vontade... Já fui assim habituada a andar nas feiras, não tenho vontade de estudar e ser doutora. (Manuela, 16 anos)

Esse relato suscita outras questões referentes à cultura das diferentes etnias e como isso influencia na perspectiva de futuro e das relações de gênero. Casa-Nova (2008:169) refere que, em termos comparativos, as mulheres ciganas tem menor possibilidade de acessar atividades profissionais fora do âmbito tradicional cigano, podendo ser entendida a feira como uma extensão do privado onde permanece a vigilância e controle do gênero masculino. A autora ainda ressalta que a mulher de etnia cigana também consegue neste contexto construir uma autonomia profissional que lhe confere, se necessário, a autonomia financeira.

Refletir sobre a categoria trabalho é ter em mente que existe uma estrutura hierárquica, onde os padrões dominantes incluem e excluem do sistema os sujeitos, com justificativas a partir de capacidades que estão normalmente entrelaçadas a julgamentos de identidade social (Scott, 1992: 71). Nesta perspectiva, os

estigmas relacionados ao trabalho feminino podem influenciar na avaliação das competências profissionais, justificando a permanência das mulheres em posições subalternas.

Pensar o trabalho na perspectiva de gênero é de grande importância, uma vez que o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado possibilitou maior poder de negociação no ambiente doméstico, diminuindo a hierarquização, além de que o contributo financeiro da mulher vem com grande relevância para o orçamento doméstico. A partir do instante em que as mulheres contribuem financeiramente em suas casas, podemos perceber que há condições para um efetivo enfraquecimento da ideologia patriarcal¹⁹, que assume que quem sustenta a família tem maiores direitos e privilégios. Para além disso, criam-se condições de ampliação da vida social e experiências para as mulheres, havendo assim a possibilidade de maior empoderamento dos ideais feministas (Castells, 2003: 209-211). Ziberl (2017: 55) aprofunda as questões que mantêm as estruturas patriarcais, bem como as formas de resistência:

O diagnóstico do sistema de gênero, produtor de injustiças sociais, é essencial para a questão normativa feminista e suas indicações de como agir para evitar e eliminar as situações de privilégios e dominação que esse sistema gera e reproduz. Visto ser um sistema que age em diversos planos (simbólico, político, econômico, familiar, identitário...), as estratégias de ação para enfrentá-lo precisam ser múltiplas e capazes de afetar cada um desses planos, ultrapassando o escopo das questões distributivas. De igual forma, é preciso enfrentar a problemática da dominação estabelecida no âmbito da organização das relações e atividades reprodutivas, domésticas e familiares. Tais atividades são organizadas, a partir do contrato sexual/de casamento, de maneira absolutamente desigual no que diz respeito à divisão de responsabilidades e benefícios atrelados ao cuidado, sendo este um dos pontos centrais para a reprodução e sustentação do sistema de gênero.

As práticas sociais que mantêm e fortalecem as desigualdades de gênero mostram uma profunda complexidade, assim como os aspectos referentes aos cuidados, seja de atenção a pessoas ou dos afazeres domésticos, que precisam sair da responsabilidade privada e individual das mulheres. Ações como a socialização das tarefas domésticas, políticas de emprego com base na igualdade de gênero e estratégias como a criação de creches subsidiadas pelo poder público contêm potência para proporcionar mudanças e questionamentos sobre a validade do sistema econômico vigente (Davis, 2016). Para tanto, há necessidade de continuar lutando para mudanças profundas que garantam igualdade entre todos os cidadãos e que venha a transcender as questões de gênero, etnia e classe social.

19 É necessário ressaltar a dificuldade para o enfraquecimento do patriarcado, segundo Bourdieu (2012: 115) "Mas um outro fator determinante da perpetuação das diferenças é a permanência que a economia dos bens simbólicos (do qual o casamento é uma peça central) deve à sua autonomia relativa, que permite à dominação masculina nela perpetuar-se, acima das transformações dos modos de produção econômica; isto, com o apoio permanente e explícito que a família, principal guardiã do capital simbólico, recebe das Igrejas e do Direito."

3. Mulheres e participação política: desafios e estratégias

Uns criticam, outros gostam, não é? É como tudo.
(Sofia, 40 anos)

Neste ponto serão analisadas as concepções políticas e dinâmicas de participação a este nível das mulheres do bairro social das Andorinhas, tanto numa escala macro – a nível nacional – quanto numa perspectiva micro – em relação ao bairro social onde residem. Dar-se-á também relevância às suas estratégias de resistência e enfrentamento, procurando compreendê-las, considerando o contexto social em que estão inseridas e quais os caminhos que procuram trilhar.

As dificuldades de participação política das mulheres nas diferentes esferas da sociedade é historicamente observada e estudada. Desde a chegada ao bairro social das Andorinhas essa realidade saltou aos olhos, evidenciando-se nos relatos das moradoras e moradores. As falas demonstravam as diferentes percepções sobre o assunto: em alguns relatos ficava exposto um certo desinteresse ou descrença no assunto, em outros corroboravam-se percepções estereotipadas de gênero e, em menor escala, evidenciavam-se posicionamentos mais críticos e interventivos.

Considera-se aqui que o acesso à participação política (partidária mas não só) encontra-se condicionada pelas trajetórias de vida dessas mulheres, incluindo os percursos educativos, profissionais, pessoais e familiares, na necessária intersecção com o contexto histórico, sociopolítico e económico. Nesse sentido Safiotti (1976: 40) pontua a relevância da análise da configuração histórico social do capitalismo que aliena e exclui, e de forma singular atravessa a realidade feminina.

Contudo, vale ressaltar que “O mundo não é. O mundo está sendo.” (Freire, 1996: 46) e que todo sujeito tem potencial para ser agente de transformação, a um nível pessoal, mas também coletivo, por via da participação no âmbito social e político, potenciado também pelo acesso a uma educação emancipadora. No bairro das Andorinhas foi possível observar que as mulheres realizaram mudanças no sentido de sua organização e enfrentamento, acessando a espaços que eram majoritariamente masculinos, como é o caso do ocupado pela Associação de Moradores, e, posteriormente, criando um grupo de mulheres, conhecido como a “*Confraria das Mulheres*”.

- **Participação política e a busca pela paridade de poder**

A compreensão das questões do acesso ao poder e participação política exige que se faça o chamado “resgate histórico”. Segundo Araújo (2005), para refletir sobre a participação das mulheres na política é de suma importância (re)lembrar a sua exclusão da condição de cidadã e da organização política moderna. É de ressaltar, a este nível, não só a existência de práticas sexistas e discriminatórias em relação ao gênero no interior do sistema político, como também as próprias características socioeconômicas do país, que podem manter diferentes formas de desigualdade. As dificuldades que as mulheres enfrentam para adentrar neste espaço, majoritariamente masculino, trazem reflexões sobre o papel da mulher em uma sociedade de base patriarcal, como afirma Perrot (2007: 153): “ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela. Daí os bloqueios, as resistências, que atingem, ao mesmo tempo, o governo e a representação”.

Como vimos, os processos de socialização podem ter como matriz o patriarcado, em sua expressão de dominação masculina (Millett, 1969: 242). Daqui resulta a tendência de os homens se sentirem mais habilitados para a ocupação de cargos de administração política, restringindo-se as mulheres a funções tradicionalmente atribuídas ao sexo feminino, como as tarefas relativas a cuidados (em sentido amplo), trabalhos domésticos, de assessoria e, na generalidade, de menor reconhecimento. Desta maneira, ao masculino, nomeadamente no sentido da ocupação de cargos de autoridade e poder, em conformidade com a cultura patriarcal, são atribuídas características de projeção social por meio do trabalho. As mulheres confrontam-se com a secundarização nestes papéis, ocupando postos de pequena projeção, quando não somente o espaço privado, salvo algumas exceções (Faria, 2000: 115).

Atualmente, em Portugal, é possível observar significativas mudanças sociais e maior acesso das mulheres ao sistema educacional e no mercado de trabalho. Porém, ainda se verifica muita dificuldade em ocuparem posições de decisão e poder, sendo as mulheres uma minoria nos cargos de maior reconhecimento social (Santos, 2010: 111), bem como na estrutura política. Conforme destacado, no quadro de uma sociedade patriarcal é possível observar o déficit de participação política das mulheres, onde é evidente uma desequilibrada representação, o que aponta para a marginalização destas nos processos de decisão política (Canas 1998: 83). A este respeito, Faria (2000: 116) aponta que a menor participação feminina na política tem inúmeras razões que podem ser evidenciadas por:

(...) ocuparem proporcionalmente mais posições desprovidas ou pouco providas de autoridade nos contextos onde trabalham é outro dos fatores que concorre para existência de uma menor politização

da vontade feminina. Não só porque, assim, as mulheres têm mais dificuldade de acumular experiências de direção - e, por isso, em destituírem como representantes - políticas e tecnicamente competentes, de segmentos ou grupos de interesses - mas também porque, uma vez que os contextos organizacionais são espaços de formação e aprendizagem - leia-se de socialização - , a ocupação de posições hierárquicas mais baixas tende a produzir um certo efeito de dissonância cognitiva relativamente ao que é entendido como “interesse público” ou “interesse de Estado” - elementos de referência do *habitus*²⁰ político -, fato que limita significativamente a possibilidade e a dimensão da eficácia da sua ação política.

Para Connell (1994), a situação das mulheres na sociedade é vista como cidadania imperfeita, sendo necessário procurar a cidadania plena através do acesso das mulheres aos níveis mais altos do Estado, até alcançar o equilíbrio. Na tentativa de alcançar maior equidade de gênero, em vários países tem-se investido em estratégias no domínio das políticas públicas e legislações.

O pressuposto da paridade entre mulheres e homens é relativamente novo em Portugal, pois, durante muito tempo, as leis reforçaram o ideal de que as mulheres são diferentes, com capacidade diminuída em relação aos homens, justificando uma natural desvantagem, conforme alguns dos estereótipos criados (Amaral, 1998).

Ainda durante o Estado Novo, foi concedido em 1931 o direito a voto às mulheres com cursos de níveis superiores ou secundárias. Em 1946 a lei se estendeu para as mulheres que fossem chefe de família e que atingissem um nível de capacidade tributária, sendo importante ressaltar que para os homens não havia esse tipo de restrição. Apenas em 1968 foi garantido que mulheres e homens teriam o mesmo direito político, independente do estado civil (Amaral, 1998: 23).²¹

A fim de tentar alterar essa situação e estabelecer formas de equilíbrio, em Portugal, no ano de 2006, surgiu a Lei de Paridade (Lei Orgânica 3/2006, 21 de Agosto). A esta presidindo o fim máximo de promoção da igualdade entre homens e mulheres, estabeleceu que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais devem ser compostas de maneira que assegure a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. Como podemos perceber, não representa necessariamente uma substancial alteração no quadro, na medida em que não se reveste de metade dos assentos que podem vir a ser ocupados. Como afirmam Santos e Amâncio (2012: 80), se essa lei não

²⁰ Será utilizado o conceito *habitus* introduzido por Bourdieu: “Construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos” (Bourdieu, 1990: 26). E acrescenta que “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural, - mas sim o de um agente em acção (...)” (Bourdieu, 1989: 61). É importante ressaltar que o conceito de *habitus* é questionado por autoras/es, como Saffioti (2009: 31) que afirma: “Nem toda a identidade feminina de gênero é constituída de *habitus*, ao estilo de BOURDIEU. Se assim fora, a transgressão seria impossível e, por conseguinte, o seria também a mudança social. Embora apresentem um grau de permanência muito superior ao dos papéis sociais, não são, de forma alguma, imunes à mudança. Como se trata, aqui, de identidades sociais - de gênero, de raça/etnia, de classe social - é forçoso lembrar que cada uma delas contém numerosas subjetividades, que se constituem, persistem, morrem nas e pelas relações sociais.”

²¹ Tavares (2011: 230-306) destaca o papel das mulheres nas eleições de 1973, a criação das associações de mulheres e a campanha pela legalização do aborto, todas estas sendo pautas da década de 1970.

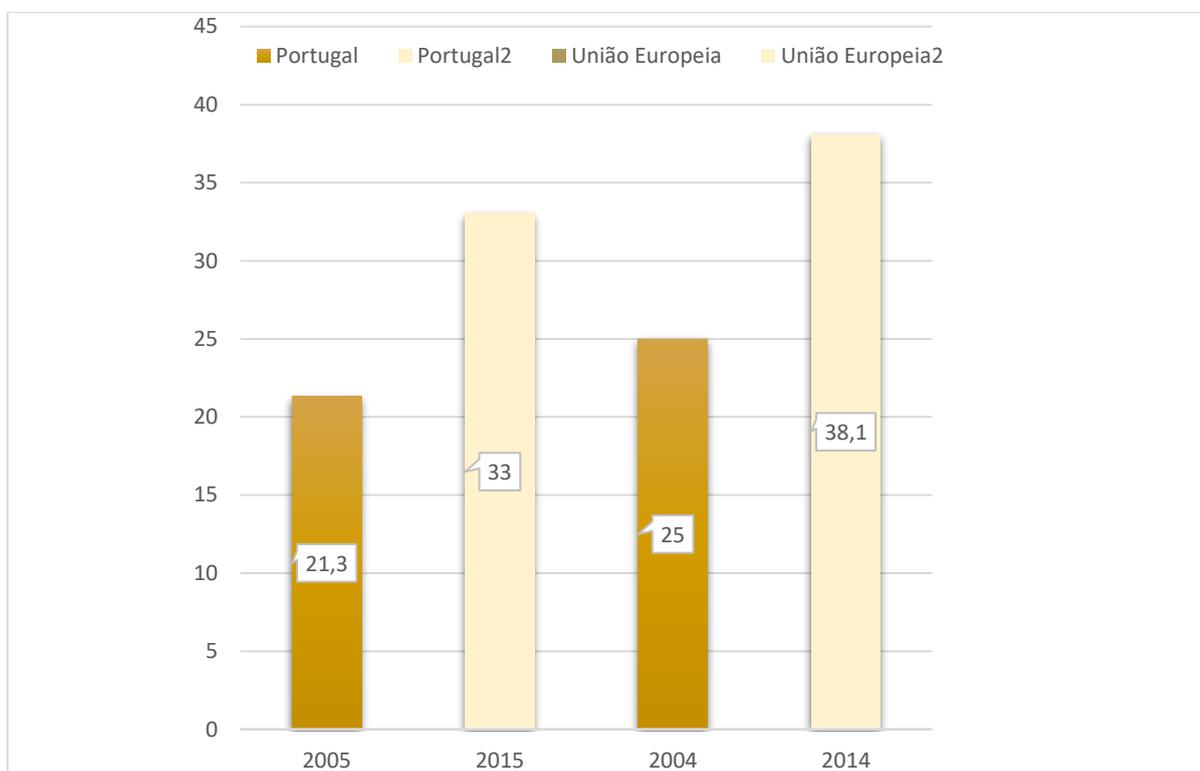
assegura o equilíbrio de 50-50% entre os sexos no acesso a cargos políticos, mesmo com legislações que tentam alcançar a igualdade, permanecem as barreiras. Estas, longe de serem apenas formais, implicam também questões de foro informal, muitas vezes mais difíceis de compreender, mas que impedem o acesso da mulher aos órgãos de poder (Santos, Amâncio, 2009: 102).

Ainda que se verifique atualmente uma abertura legal (se não mesmo maior incentivo por via da Lei da Paridade) à participação das mulheres no cenário político, permanecem obstáculos de ordem diversa à sua efetiva concretização. A este nível, lembre-se, como Canas (1998) e Ferreira (1999) a complexidade que preside à combinação entre vida política e vida familiar, sendo a problemática da conciliação um entrave à participação política, em particular das mulheres. Efetivamente, o modo como as estruturas de opressão, são erigidas, mantem as diferentes formas de desigualdade de gênero, dificultando mudanças sociais. Quanto a isto Ferreira (1999: 218) acrescenta que:

Neste quadro, não podemos esperar que a superação das desigualdades se produza exclusivamente ao nível da micropolítica e das interações entre mulheres e homens, já que a sociedade se estrutura em torno do princípio da desigualdade ao nível do funcionamento das instituições e da organização da vida social e política.

Segundo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG, Boletim Estático de 2017), após a aprovação desta lei, ocorreram alterações na representação das mulheres na Assembleia da República, passando de 21,3% em 2005 para 33% em 2015. É possível notar também o impacto da lei no Parlamento Europeu onde se passou de 25% em 2004 para 38,1% em 2014. Porém, nos cargos de dirigente superior da Administração central é de 33%, reduzindo-se ainda mais ao tratar-se de dirigentes superiores de primeiro grau (24,8%). Já no caso dos dirigentes intermédios as mulheres são maioritárias (54,4%), sendo possível perceber a sua maior relevância em cargos de chefia mais baixos. Atente-se no gráfico seguinte, que dá conta da evolução da participação das mulheres em cargos políticos em Portugal e na União Europeia.

Gráfico 7. Evolução do número de mulheres em cargos políticos em Portugal e na União Europeia



Fonte: CIG, Boletim Estático de 2017. Disponível em <<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/05/Igualdade-de-G%C3%A9nero-em-Portugal-Boletim-Estat%C3%ADstico-2017.pdf>>, acesso em 06/2019.

O **gráfico 7** demonstra, para o período considerado, o aumento da participação das mulheres em cargos de poder político, tanto no contexto específico português, quanto da União Europeia. Contudo, desde logo se verifica que nesta existe uma evolução mais rápida e números mais elevados em ambos os períodos. Em todo o caso, parece existir ainda um claro afastamento à desejável igualdade.

A partir destas reflexões é possível compreender melhor a visão e posicionamento político das mulheres do bairro social das Andorinhas. Nas entrevistas é possível identificar, desde logo, diferentes posicionamentos referentes ao acompanhamento do panorama político nacional. As entrevistadas mais jovens demonstram maior desinteresse neste seguimento, como é evidenciando neste discurso:

Eu não consigo dizer ao certo porque não tenho muita ligação, lá está, não tenho muita informação de como fazem as coisas.
[Não é um assunto que te interessa?] Não. (Daniela, 21 anos)

Se a juventude em alguns casos tem um posicionamento crítico, reflexivo e questionador, influenciado pelas gerações anteriores, por outro lado pode ser uma geração letárgica em relação aos assuntos políticos e na gestão do próprio bairro, com pouco envolvimento nos processos democráticos, que pode ser compreendida como uma reação às estruturas do aparelhamento estatal e à diminuição da confiança nas elites políticas (Augusto, 2008). Baseado no Livro Branco da Comissão Europeia (2001), os jovens em geral querem promover e serem agentes ativos da democracia. Todavia, com a desconfiança nas estruturas institucionais, pelo facto de as considerarem, muitas vezes, conservadoras, ocorre uma diminuta participação nas estruturas tradicionais de ação política. Contudo, a descrença e desconfiança no que se refere aos partidos políticos e governantes sobressai em diversas falas, também das mulheres mais velhas. A seguinte passagem é ilustrativa:

Não, não... Olhe menina, é escusado estar agora a fazer a política, que eles são todos iguais. Quando há as eleições, dizem isso, dizem aquilo e vão para o poleiro, o que é que eles fazem lá? Não vale a pena, o que eles querem é o tacho para eles, de resto... Os pobres, olhe... Você não vê a, a, a... Nem sei como lhe hei de dizer dos governos, agora este rouba, o outro rouba, outro rouba, é para você ver (Lúcia, 68 anos).

Segundo Kircheimeir (*apud* Costa 2007), a sociedade apresenta-se com um alto nível de complexidade e fragmentação, fazendo com que os partidos políticos percam as características do período inicial, como as posições de classe. Alguns burocratizam-se, apresentando propostas difusas, tendo como objetivo apenas o acesso ao poder. Daqui decorre muitas vezes perda de credibilidade por não garantirem espaços onde as agendas da população possam ser vistas através dos partidos políticos. Como afirmava Fátima:

O novo Presidente [da Câmara] quando vem aqui olha para nós com desdenho. Parece que nós somos inferiores a ele. Nós somos todos iguais. Mas, somos inferiores financeiramente, somos inferiores, ou academicamente somos inferiores, mas vivemos todos em comunidade, todos precisamos um dos outros. (Fátima, 59 anos)

Podemos perceber através da fala anterior, a noção de ausência de identificação com quem ocupa o poder. Sendo esse mais um dos elementos identificados em nossa pesquisa e que pode vir a explicar os motivos para a não participação nessa dimensão, muitas vezes ocupada eminentemente por homens. As entrevistadas demonstram ter um olhar crítico sobre a situação política. Porém, é evidente que não almejam exercer uma participação efetiva, inclusive nos processos políticos locais como na Associação de Moradores do bairro das Andorinhas, da qual elas estão muito afastadas, confirmando os processos históricos supracitados. Contudo, uma escuta menos atenta poderia compreender esta situação como falta de interesse por parte das mulheres, como demonstrado na fala seguinte, quando questionada sobre os motivos da não participação daquelas na Associação:

Porque as mulheres nunca quiseram. Neste grupo, acho que agora não devem querer mulheres, quando há, eles têm que fazer umas eleições, não é? Como as outras Associações. Fazem a eleição, não há lista, ninguém se apresenta, ninguém se candidata, só eles e eles acabam por ganhar porque não têm com quem concorrer. [Então, você acha que hoje não tem mulheres pela falta de interesse das próprias mulheres?] Sim, eu por exemplo, eu não tenho interesse porque meu marido já está e ele diz que neste grupo não há espaço para mulheres, porque as mulheres acabam por trazer... [não concluiu o discurso], as mulheres são mais complicadas, mais do que os homens. As mulheres acabam ser mais complicadas do que os homens. (Mônica, 38 anos)

Para Freire (2003), as formas de dominação causam dependência emocional, gerando uma visão apócrifa do mundo, que vai sendo apropriada pelo opressor a fim de criar ainda mais dependência. O relato acima evidencia que as próprias mulheres acabam julgando-se incapazes de assumir determinadas funções de chefia social, notadamente em espaços públicos. Utilizando diferentes justificativas, colocam em evidência os estereótipos de gênero relacionados com a divisão social do trabalho, a responsabilidade dos afazeres domésticos e os cuidados com filhos como responsabilidade exclusivamente feminina. Desta forma, naturaliza-se ainda a colocação primordial do homem no espaço público, em contraponto com a mulher no espaço privado. A este propósito, e referindo-se também à participação na Associação, outra entrevistada relata:

Não. Eu propriamente não. Eles trabalham imenso, tiram parte do tempo das famílias deles e para uma mulher trabalhar assim acho que não. (...) Porque eles trabalham mesmo muito, você vê, tão toda hora de um lado para o outro, saem daqui onze, onze e meia da noite para ir para casa, no dia seguinte ainda trabalha. Acho que para uma mulher... Que tem filhos, por exemplo eu tenho duas filhas, elas vão para cama cedo, não ia ser o meu marido tratar delas ao invés de mim. Acho que nesse sentido uma mulher... Esse tipo de trabalho [do ambiente privado] é da mulher. (Helena, 38 anos)

Por meio destes relatos destacados podemos perceber a reprodução de discursos de inferiorização e subalternização das próprias mulheres em relação às suas realidades. Sendo mais uma das dimensões de atuação da dominação masculina, aquela que visa privar, ou melhor, procurar impedir as pessoas de refletirem sobre suas realidades a fim de buscar alternativas a estas. Esse processo ainda é mais cruel quando atribuem somente a elas a educação e cuidado de seus filhos, a que se soma a ideologia das escolas e de outras instituições sociais que ainda estão muito arraigadas a parâmetros conservadores que, de certa maneira, fomentam a perpetuação e cristalização de estereótipos desde a infância.

Mediante os argumentos apresentados parecem-nos ficar explícito que as mulheres trazem incorporado em suas personalidades a percepção de sua incapacidade para atuar em determinadas áreas, onde os homens seriam mais capacitados para tal. Para Freire (2003), algumas formas de fatalismo e docilidade advêm de construções sócio históricas e não de características essenciais dos seres humanos. Socorrendo-nos da reflexão feita por Freire, e direcionando para a dimensão do gênero, não é da condição biológica das mulheres esse processo de vitimização, mas sim uma criação cultural, fruto de sociedades

calçadas em processos patriarcais, como o próprio movimento feminista denuncia em vários momentos. Evidencia-se um antagonismo aos movimentos da geração feminina anterior, que se arriscou em participações políticas, revoluções e a inserção no mundo do trabalho (Tavares, 2011). Esta realidade demonstra a mescla da desconfiança na política atual com o comportamento submisso de gênero e a reificação de estereótipos, o que também fica evidente na passagem que se segue.

Eu acho que é melhor ser só homens. Quanto tá muitas mulheres juntas há confusão. Muito sinceramente. Eu acho. O homem nesse sentido é mais direto... Pode haver alguma quizília porque não gosta tanto daquilo como daquilo, mas no fundo, conversam e acertam as coisas. Nós mulheres não somos assim. (Vera, 40 anos)

Através de diversos relatos é possível perceber as expressões da construção do imaginário social, tendo como base as questões de poder (gênero, classe, raça/etnia e outras). Os processos sócio históricos, baseados na dominação masculina, vão introjetando formas de socialização que mantêm uma engrenagem de subordinação feminina. Como afirma Souza (2016), com o mito da rivalidade feminina, que se baseia na não capacidade das mulheres criarem vínculos de apoio entre elas, inviabiliza-se a organização e reflexão, enquanto questionadoras do sistema vigente. Nas suas palavras, “a união das mulheres é tida nesse contexto como um perigo que deve evitar” (Souza, 2016: 7).

Para se obter uma efetiva democratização é necessário alcançar a paridade de poder em todas as esferas da vida, sendo que nas relações sociais é possível perceber a persistência de assimetrias na distribuição de poder entre mulheres e homens, bem como entre as classes sociais (Tavares, 2011). Neste contexto, contudo, certos grupos politicamente minoritários vão criando formas de resistência e de (re)ação, no sentido da conquista de maiores espaços, mesmo que tal seja pouco evidente. É neste sentido que as entrevistadas relatam a organização de uma *Confraria de Mulheres*, como forma de contraponto às organizações dirigidas apenas pelos homens. Esta divisão estereotipada por meio das relações de pertença a grupos políticos no interior do bairro social favorece, em nossa interpretação, o exclusivismo de sexo, muito ligado à identificação biológica, que não promove uma efetiva política conducente à igualdade de gênero. Inclusive, a Confraria representa um contraponto em relação aos eventos promovidos pela Associação de Moradores. Isso pode ser verificado no extrato a seguir:

Mas, como eles têm uma confraria e fazem coisas interessantes como jantares, é mais para fazer isso, coisas de conviver umas com as outras como nós convivemos umas com as outras. (Mônica, 38 anos)

A organização feminina em grupos políticos é umas das maneiras pelas quais se possibilita uma alteração no cenário onde estão inseridas. Não basta ser apenas uma organização ou movimento de mulheres para ser feminista, haja vista formas conservadoras permearem os mais diversos gêneros. Por sua vez, tal

não invalida a legitimidade dos interesses em questão, principalmente pelo fato de que as temporalidades e experiências são constituídas de modo distintos para os grupos humanos. Inclusive, quando percebemos o meio cultural no qual estão inseridas. E, a partir do momento, em que o sistema político está estruturado de forma a silenciar e vetar os diferentes interesses, ele se revela como injusto (Miguel, 2000), enquanto garante o *status quo*. Deste modo se compreende a afirmação de uma das nossas entrevistadas:

Não quero mais nada, mas tenho que fazer parte, mas foi o medo que viesse para aqui uma Associação de mulheres, tá a perceber? Assim tão ligados os dois. (...) [A Confraria das Mulheres não tem força para chegar a frente?] Não se interessam, neste aspecto não se interessam. Sabe por quê? A confraria nasceu mais para não nascer outra coisa, mas agora vai se mudando aos bocadinhos. (Cristina, 54 anos)

A experiência de partilha, sobretudo em grupos populares, é fomentadora de reflexões sobre a própria realidade e, assim, auxilia na promoção de uma mudança social na qual esses próprios atores são protagonistas no processo. Assim, sendo, Freire (2003) nos revela que a condição de opressão, e a dimensão de subjugação dela decorrente, não se dá por completa na medida em que se pode romper com o que era, até então, compreendido enquanto estabelecido, passado a ser liberto. Como sublinha o autor, a experiência de si no mundo, enquanto componente de autoconhecimento e conhecimento do contexto em que se encontra é central, sendo que:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas de ação, o que nos parece fundamental é esta não cinja o mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (Freire, 2003: 52)

Fortalecer a consciência política feminina, bem como fomentar a sua participação é de grande importância. Porém, como é possível notar, no Bairro das Andorinhas este processo ainda está sendo gestado, tanto nos aspectos reflexivos quanto de efetiva inserção das mulheres nas formas de organização política, a nível micro e macro. A Confraria é um início de resistência, mas que ainda não alcançou toda sua potência para facilitar a emancipação e conquista de um efetivo espaço para as mulheres daquele bairro.

Tal como foi sendo referido, a participação política encontra-se desigualmente distribuída. Não sendo uma questão de ordem natural, onde algumas pessoas estariam mais predispostas e interessadas do que outras a fazer uso de poderes políticos, remete sim para as condições sociais de acesso à política, enquanto pré determinantes (Bourdieu, 2011). Segundo Araújo (2006), para compreender a intersecção entre o gênero e a participação política das mulheres é necessário analisar algumas variáveis como a educação e condição socio econômica, uma vez que as mulheres que demonstram menor nível de apoio e participação na democracia têm o nível de escolaridade mais baixo. Outros fatores, como a divisão social sexual do trabalho

na sua intersecção com o gênero, assumem aqui relevância, sendo que a existência de tempo livre se revela crucial à ocorrência de engajamento político. Como afirma Bourdieu (2011: 196), “a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz.” Relembrando que as mulheres são responsáveis por desempenhar diferentes formas de trabalho, tanto no público como no privado, daqui resultam constrangimentos que as agarram a uma engrenagem que dificulta o acesso e a participação na política.

Desta forma, a efetiva participação política está intrinsecamente ligada com o acesso dos sujeitos aos diferentes recursos da sociedade, o que pode ser entendido como capital social. Segundo Bourdieu (1986:248): “social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized *relationships* of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group.” Desta forma, sociedades onde os indivíduos possuem maior capital social supostamente são sujeitos mais conscientes, em termos sociais e políticos, das responsabilidades coletivas, possibilitando relações mais solidárias e confiantes. Assim, o capital social é de suma importância para a construção de comunidades mais harmônicas e horizontais, possibilitando que os sujeitos tenham mais sensibilidade para compreender a perspectiva do outro, o que gera maior participação social, e relações de poder mais simétricas entre gêneros (Sacchet, 2009).

É importante ratificar o que se o referencial teórico demonstra a dificuldade de participação e organização política, nomeadamente feminista, pelas mulheres, também no bairro social das Andorinhas se encontra uma realidade semelhante. Tal constatação não significa o excluir ou deslegitimar da importância do atual formato do movimento que ainda está em processo de crescimento e amadurecimento. A ausência de representação das mulheres na política nas várias esferas da sociedade é evidenciada nas falas, que tornam visível a presença de um sistema patriarcal, de estereótipos de gênero e a intersecção entre desigualdade social e a participação política. Não obstante, e apesar de ainda relativamente incipientes, críticas e até estratégias de resistência e enfrentamento estão a ser mobilizadas pelas mulheres no espaço público do bairro.

4. Mulheres e os papéis sociais: refletindo sobre os estereótipos de gênero

O meu irmão também saiu da escola e ajudava a trabalhar. [Quanto] ao serviço de casa ele fazia o quarto dele, fazia a cama se fosse preciso. Ele ainda hoje faz. Mas nós também éramos tantas mulheres que nem era preciso ajudar. Nós éramos três raparigas, logo nem era preciso ajudar, mas se fosse preciso... (Mónica, 38 anos)

(...) abri a porta e disse: “agora podem chamar a polícia, hoje foi eu que lhe bati, levei anos e anos...” Juro. [Risos] “Levei anos e anos de porrada e nunca ninguém chamou a polícia. Hoje foi a mulher que lhe bateu!”. (Cristina, 54 anos)

Este ponto incide sobre a análise das entrevistas no que se refere aos estereótipos de gênero, que se afiguram presentes no cotidiano e nos trajetos de vida das mulheres e se relacionam, nomeadamente, com o casamento, a maternidade e a violência.

Os estereótipos de gênero têm como modelo padrões majoritários, atingindo homens e mulheres e formatando para comportamentos normalizados e normatizados assentes no referencial do patriarcado, o homem adulto detentor do comando. Neste contexto as mulheres vivenciam a opressão enquanto uma desqualificação simbólica, que encerra uma dificuldade acrescida para cessar situações abusivas e a redução do poder de negociação (Lima, 2017).

Nos relatos das mulheres do bairro social das Andorinhas, nomeadamente das mais velhas, é evidenciada a trajetória histórica do processo da desigualdade de gênero em Portugal e os consequentes vestígios na atualidade. Dentro desta trajetória, a instituição do casamento e a constituição de família são descritas pela sua acentuada diferença face às concepções atuais e perspectivas das novas gerações. A maternidade é percebida como algo pré-determinado, desde que desejado, surgindo também nos relatos questões a respeito do aborto.

A violência apareceu como um tema recorrente, permeando muitos dos depoimentos. A exposição naturalizada de situações cotidianas a este nível, evidenciou a persistência de uma cultura de violência de gênero na sociedade. Ressalte-se que essa realidade não deve ser entendida como uma questão de ordem privada, mas como uma demanda política e social (o que é aliás atualmente reconhecido pela lei), pois só dessa forma é possível alcançar efetivas mudanças.

- **Estereótipos de gênero: compreender para desconstruir**

Segundo Saffioti (1987), os estereótipos de gênero são como máscaras, as quais moldam os comportamentos sociais e reprimem os desejos que não se encaixam nos papéis pré-estabelecidos por processos históricos e culturais, sendo que a recusa destas máscaras concorre para uma vivência à margem das relações normativas. Noutras palavras, há uma exclusão dos processos cotidianos de relacionamento social que o senso comum determina como coerentes. Pode, assim, compreender-se que os estereótipos de gênero remetem para um conjunto de ideias e definições associadas a constructos sociais atribuídos ao feminino e ao masculino; enquanto moldes, tendem para o enquadramento dos comportamentos considerados adequados (Zirbel, 2016: 34). Sintetizando, são tendências de uniformização que geram expectativas comportamentais de padrões sociais. Nas palavras de Saffioti:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (Saffioti, 1987b: 8).

Mesmo com as inúmeras mudanças na sociedade, onde se observam avanços relacionados com as questões de gênero, ainda é notória a presença da dominação masculina nas relações sociais. Ainda que muitas vezes esta se afigure silenciosa e invisível, reforça a persistência de um mundo sexualmente hierarquizado (Bourdieu, 2012: 71). Desta forma, os processos sócio históricos têm grande relevância para compreender como as relações são estabelecidas na contemporaneidade. A este propósito, uma das entrevistadas referia-se à independência alcançada pelas mulheres em Portugal, estabelecendo o paralelismo com um passado sócio político hostil a tal realidade:

[...] nós aqui em Portugal tínhamos um ditador que era o Salazar. Vivemos muito tempo nesse ditador e não podíamos dizer aquilo que pensávamos. As mulheres eram criadas para servir os homens, para ser usadas pelos homens. [...] ainda existem alguns homens que são assim um bocadinho mais machistas, mas as mulheres são mais independentes. Eu acho que muitas vezes pelo fato de serem tão independentes acaba por haver mais deboches, porque não aceitam, porque antigamente aceitavam que um homem as traísse. Elas perdoavam tinham muitas vezes que se sujeitar a isso porque não tinham fonte de rendimento, ficavam em casa e os homens é que as sustentavam. Agora não, agora as mulheres acabam por se separar. Também há o facto de não quererem ceder de parte a parte, mas as mulheres acho que cada vez mais são mais independentes, acho que sim (Mónica, 38 anos).

Como vimos anteriormente, em Portugal, durante o Estado Novo, na vigência do regime salazarista, o próprio enquadramento legal sustentava desigualdades entre homens e mulheres, preconizando inclusive como obrigação legal da mulher a realização do trabalho doméstico (Ferreira, 1999: 199). Desta forma,

legalizavam-se e reforçavam-se os arquétipos sociais associados ao feminino e masculino. Na esteira de Bourdieu, um entendimento naturalizador da construção social das desigualdades orienta-se para a sua fixação em um pensamento circular e de difícil rompimento (Bourdieu, 2012: 20). Este é um aspeto que acaba por ser reconhecido em algumas entrevistas, como demonstra o relato seguinte, a propósito da realização do trabalho doméstico pelas mulheres e da passagem da ideia de obrigação para a sua interiorização:

Ainda existe esse mito de que são as mulheres que têm que fazer [o trabalho doméstico]. Se é feito pelas mulheres fica mais bem feito do que pelos homens. Mas naquele tempo eram as mulheres, era embutido às mulheres, as mulheres é que tinham que fazer. (Mónica, 38 anos)

Para quebrar o ciclo de desigualdade é necessário, segundo Saffioti (1987: 15), haver a partilha igualitária entre homens e mulheres em qualquer atividade, com ênfase nas atribuições domésticas, historicamente entendidas como responsabilidade feminina. Contudo, parece persistir a este nível a ideia de colaboração masculina enquanto auxílio, mantendo-se o pressuposto de que esta atividade é, acima de tudo, responsabilidade das mulheres, o que concorre para a manutenção de uma relação de dominação disfarçada de “ajuda”. Atente-se na seguinte passagem de entrevista:

Antigamente era assim, aquele machismo. Hoje já melhorou. Eu vim para aqui e o meu marido ficou a arrumar a cozinha. E no entanto... Os meus genros ajudam as minhas filhas e pronto. Mas antigamente a mulher... Poucas mulheres trabalhavam... Era para ficar em casa e cuidar dos filhos. Os homens iam trabalhar e por isso é que muitos passavam fome. Porque o homem não ganhava o suficiente para dar o que de comer aos filhos. (Fátima, 59 anos)

Um dos aspectos abordados durante as entrevistas foi precisamente o casamento, sendo possível perceber, através dos relatos das mulheres, mudanças de percepção a este nível face a um passado recente, nomeadamente relativizando-se o valor do casamento legal (civil), religioso e a necessidade de seguir as tradições familiares. A família, enquanto instituição social permeável a transformações na sociedade ao longo do tempo e não uma constituição natural (Prado, 1985: 17), está sujeita ao momento histórico, o que pode ser observado nos relatos a seguir, onde é evidenciada a participação masculina nos cuidados dos filhos e atividade doméstica:

Sim, [há diferença] bastante, claro que sim. A minha mãe tinha que fazer tudo em casa, o meu pai não ajudava em nada. Hoje em dia os pais ajudam bastante. O meu marido pelo menos a mim ajuda um bocado. (Helena, 38 anos)

No entanto, eu estive com o meu pai e com o meu irmão. Trabalhava, vinha para casa, o meu pai também sabia cozinhar como uma mulher. Ainda melhor! Ele é que nos fazia o almoço e o jantar. Meu pai foi pai e mãe, sabe? (Ana, 60 anos)

Vale lembrar assim, que a perpetuação de estereótipos de gênero e das relações de submissão não tem como protagonistas exclusivamente os homens. Efetivamente, o patriarcado, enquanto processo milenar de dominação masculina, é também reproduzido pelas mulheres. A este respeito, assumem centralidade as questões que remetem para o domínio da parentalidade, o que fica expresso no relato seguinte:

Cuidar das minhas filhas por exemplo, não compete ao pai. Nem minhas filhas se sentiam bem com o pai a dar banho, sei lá. Eu acho que é mais nosso [papel], mãe. (Helena, 38 anos)

A partir desta fala é possível evidenciar a responsabilidade da mulher no que se refere aos cuidados dos filhos está ancorada num estereótipo, desresponsabilizando totalmente a participação masculina neste processo. Helena também parece sugerir neste conteúdo a necessidade de proteção das filhas mulheres, trazendo o questionamento sobre qual o motivo da desconfiança e o porquê das próprias filhas não se sentirem bem com o pai dando banho.

Novamente, pode ser justificada a distribuição das tarefas com base nas diferenças biológicas, macho e fêmea, procriativa, concebendo como natural o papel atribuído ao feminino no processo reprodutivo. Este aspecto acaba por ser extravasado pela assunção de que o cuidado com a prole é de total responsabilidade das mulheres, por oposição à dimensão criativa da educação, que se assume como voltada para o masculino (Heilborn, 1997: 3).

Sem a percepção e análise de que os estereótipos são construções históricas, sociais e culturais, passa-se a naturalizar os processos de “especialização” entre gêneros, passando a legitimar papéis diferenciados e desiguais (Saffioti, 1987: 11). Assim, corrobora-se a manutenção de um sistema onde as atividades com maior reconhecimento social são, normalmente, desempenhadas pelos homens e as de menor reconhecimento ficam sob a responsabilidade feminina. Segundo Bourdieu (2012: 75), algumas tarefas quando desempenhadas por homens são automaticamente mais valorizadas e consideradas como nobres e difíceis, ao passo que quando realizadas pelas mulheres perdem o valor social. Assim, o homem acaba por não desenvolver certas atividades que são designadas às mulheres, como as atividades domésticas e os cuidados dos filhos, estabelecendo-se papéis sociais genderizados nas relações sociais, como no casamento e constituição de família.

A constituição familiar que teve como base o patriarcado e as religiões ocidentais, foi conhecendo diferentes transformações (Prado, 1985: 74), na mesma medida em que se verificaram mudanças no acesso ao ensino, na divisão sexual do trabalho e na promoção de maior igualdade de gênero, o que se refletiu nas organizações modernas da família e do casamento. No trecho a seguir, Lúcia expõe a sua opinião sobre as

relações que são estabelecidas atualmente, sobre o valor do casamento civil e religioso, tecendo um paralelo com a sua vivência:

É, geralmente, casam pelo registo. Se der deu, se não der, não dá, ela vai para seu lado. Se estiverem a dar bufetada os dois e não se darem bem, fazem a vida novamente. Ai, eu acho [melhor]. Eu acho que sim. Por exemplo, eu casei-me pela igreja, só [acaba quando] ele morra ou eu. Deus queira que não, o diabo seja cego, surdo e mudo [bateu na madeira]. É que a gente pode casar, de resto, pode-se só juntar, (...) [ou] estar casados pelo registo... Têm mais liberdade para se casarem. Se não der certo, vai um para cada lado, os ricos também fazem assim sempre, é igual a classe... Os pobres. Geralmente, agora é tudo muito junto, vão ao registo civil, e pronto. (Lúcia 68 anos)

Note-se ainda, na citação anterior, o reconhecimento de que as novas formas de viver e iniciar a conjugalidade assumem semelhanças entre as diferentes classes, por oposição ao passado, ficando subentendido que anteriormente existiam situações diferenciadas a este nível.

Castells (2003: 173) aponta a insatisfação com o modelo de casamento que tem como pressuposto relações duradouras, além das dificuldades em compatibilizar vida profissional, social e matrimonial. A ausência do compromisso legal traz mudanças na concepção de família, podendo enfraquecer a autoridade patriarcal, tanto do ponto de vista institucional quanto psicológico. Este processo pode ser elucidado nos relatos das entrevistadas, que convergem quando enfatizam como vantajosa a nova conjuntura das uniões entre os casais, onde não há o rigor do casamento (religioso e indissolúvel) possibilitando maior liberdade para o rompimento do relacionamento:

Eu não sou contra isso. Isso não é um problema. Para mim as pessoas estando juntas, estando felizes, às vezes o casar é mais no papel, não é? Se tiver que se separar, separa-se na mesma, não é o papel que vai impedir, não é? (Helena, 38 anos)

A união estável é um dos aspectos que surge nas entrevistas como uma das maneiras de evitar dificuldades em separar-se, que pode ser compreendido em relação à burocratização do processo:

Agora nem se usa casar, é juntar e acho muito bem, sou a favor. Mas em casal não há respeito nenhum um com o outro. (...) E vai ser raro o casamento, que já nem ligam para casamento, o ajuntamento, é raro duram poucos anos, nem anos e nem meses. (Ana, 60 anos)

Não, acho que é ainda melhor hoje em dia. Acho que resulta melhor uma pessoa juntar-se antes de casar, para ver se resulta. Eu por um acaso conheço um caso que se juntaram antes de casar, agora vão casar, vão casar esse ano. Já estão juntos há muitos anos e já sabem para o que vão, não é? Há pessoas que casam e depois vão viver juntas e percebem que não dá. É diferente. Assim é tudo completamente diferente, não é? Já sabem para o que vão, já estão habituados. (...) Sim, eu pessoalmente eu gostava de casar pela igreja, tenho o sonho de casar pela igreja. (...) [Divórcio] Isso é um bocado... Tanto sou a favor como sou contra, não é? Se não dá mesmo para ser, para ter um bom ambiente dentro de casa, para os filhos assistirem a isso não vale a pena, não é? Mas também sou a favor, tanto sou a favor como sou contra. (Daniela, 21 anos)

No constante movimento das estruturas sociais há também a manutenção de certos costumes estabelecidos para a conservação dos padrões sociais, resultando em exclusão e constringimento para quem não se enquadra neste contexto, como se vê na fala de Vera de 74 anos:

Foi, foi, foi... Eu não me casei... Não me casei... Morávamos juntos. Eu antes tinha vergonha, de dizer que eu era solteira, nunca dizia... Não dizia nada...

Com as reflexões acerca do casamento e da constituição de família, vem a necessidade de compreender o olhar das mulheres do bairro social das Andorinhas a respeito da maternidade. Dentre as entrevistadas esse é um tema recorrente, tanto para as que já são mães, como para as que têm essa pretensão, evidenciando-se a ideia de maternidade enquanto algo pré-determinado e desejado. Nos relatos são expostas as dificuldades a este nível, contudo, nunca se assume que tal comporta experiências negativas.

Os papéis desempenhados pelas mulheres nos diferentes espaços podem constituir formas de aprisionamento. A maternidade é disso exemplo, não fossem as expectativas sociais em relação à procriação e cuidado com os filhos. A título de exemplo veja-se a ideia de amor materno incondicional e a assunção de que tal sentimento é intrínseco ao feminino. A seguinte passagem aponta nesse sentido:

Se uma criança passa fome, uma mãe deve passar mais. Porque se eu não tivesse comida para dar para os meus filhos eu não comia minha parte para dar a eles. (Fátima, 59 anos)

Sendo a gravidez um fenômeno biológico e natural, transporta-se para o domínio das práticas a ideia de que as atitudes e comportamentos maternos são também naturais e universais, cabendo ao feminino o cuidado com a prole, enquanto se atribui ao masculino a dimensão do sustento material e a responsabilidade do exemplo de trabalho.

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal (Badinter, 1980: 20).

Beauvoir (2008: 41) entende que a ideia de maternidade também pode ser interpretada como forma de servidão feminina, impondo um papel de educadora, cuidadora e a idealização da boa mãe. Além disso, permite prover novas fileiras de trabalhadores para as fábricas, numa visão marxista. Tal justificaria também uma intensa propaganda da heteronormatividade enquanto padrão social.

O controle pelo corpo e vida das mulheres foi durante séculos normalizado nas relações sociais, deixando a mulher como apenas espectadora da sua própria vida. Veja-se o seguinte relato a propósito de uma gravidez não planeada

Aos dezessete anos fiquei grávida. Ai foi o pior choque que eu poderia ter dado ao meu pai. O meu pai só disse assim: "não interessa, ela está grávida, vamos tratar do casamento. Vai-se casar e vamos fazer uma festa. Porque ela merece uma festa de casamento". Eu disse: "não faço nada." [E ele:] "Quem manda sou eu, vai fazer." (Fátima, 59 anos)

Este controle fica expresso no que se refere à maternidade em si, mas também se encontra sob a alçada daquilo que é entendido como o desejo sexual masculino e uma vocação para a procriação mais prolongada no ciclo de vida. Esta ideia é frequentemente assumida, sendo que no relato seguinte se associa à existência de várias gestações:

Porque meu pai era dez anos mais velho que minha mãe. Meu pai já era mais velho. Tem aquele provérbio: homem velho, mulher nova, filhos até a cova. E era. E foi. Depois do meu irmão mais novo ainda teve um aborto e depois não teve mais [filhos] porque meu pai ficou doente, se não ainda continuava.

Em Portugal, durante o período da ditadura, as políticas de planejamento familiar e contracepção eram pouco discutidas devido à ideologia vigente pró-natalista. Com a Constituição de 1976 fica como atribuição e dever do Estado implantar políticas de planejamento familiar, efetivada como lei apenas em 1984 – Educação Sexual e Planejamento Familiar (Lei 3/84, 24 de março) –, o que permitiu tornar lícita a interrupção voluntária da gravidez em alguns casos (Lei 6/84) (Monteiro, 2012: 590).

Muitos foram, desde então, os avanços legislativos para alcançar maior independência das mulheres no que se refere a casamento, divórcio, reprodução e sexualidade feminina. Tal como Beauvoir (1982), “A libertação da mulher começa no ventre”, sendo que os avanços no acesso a métodos contraceptivos e à interrupção da gestação são marcos de relevância na busca de maior paridade de gênero. Segundo Tavares (2011) o acesso a contraceptivos muda a realidade das mulheres, tornando como voluntária a maternidade, separando a reprodução da sexualidade, desafiando assim a concepção patriarcal que tem como determinação biológica das mulheres a maternidade.

Além do acesso a métodos contraceptivos e após várias décadas de luta, em 2007 a sociedade consegue avançar com a alteração do Código Penal de Portugal, sendo aprovado o acesso livre das mulheres à interrupção da gestação. Como requisito para a sua legalidade estabeleceu-se que esta teria de ocorrer durante as primeiras dez semanas de gravidez, exigindo-se um período de reflexão de três dias, com acompanhamento de profissionais, no sentido de que a decisão a este nível se configure “livre, consciente e responsável” (Lei nº16/2007). As mulheres entrevistadas do bairro social das Andorinhas avaliam esta lei de forma positiva:

Porque eu acho que ninguém deve avançar com alguma coisa que não quer. Se não tá feliz, não é isso que você quer, a meu ver é preciso interromper enquanto há tempo. [É melhor] do que depois a criança vir aqui ao mundo e ser infeliz. Ao meu ver é isso. (...) Eu sou a favor. (Helena, 38 anos)

Eu por exemplo acho que as mulheres têm todo direito de fazer o que querem com o corpo delas (...) Também, nós é que não tínhamos noção de quantas pessoas já o faziam às escondidas, não é? Mas não há nada melhor do que fazer em um hospital, que é o sítio mais indicado para fazer esse tipo de coisas. (Mónica, 38 anos)

O acesso ao aborto e a decisão sobre o mesmo são pontos decisivos no que se refere à liberdade da mulher. Permitem, pois, a recuperação do domínio do seu corpo e da sexualidade, não permitindo que esta questão seja reduzida ao domínio privado, pontenciador da responsabilização e culpabilização individual e feminina (Del Re, 2009: 21). Contudo, ainda que de forma minoritária, no quadro desta pesquisa, algumas mulheres evidenciaram discursos algo condenadores da prática e ilustrativos da persistência de vestígios de uma cultura patriarcal. Veja-se o seguinte trecho:

Depende! Se for um caso extremo, mesmo de violação, uma mulher não é obrigada a ficar com o filho de uma pessoa que lhe fez muito mal. Mas se for um casal de adolescentes, por exemplo, acho que não é justo abortarem porque uma criança não deve pagar por isso, sendo um erro deles, não é? Porque hoje em dia há várias formas de prevenir isso. (Daniela, 21 anos)

Uma outra expressão de estereótipos são as formas como as diversas configurações de violência se manifestam na cotidianidade dessas mulheres e de como esses processos são naturalizados em suas realidades. Apesar de não ser o centro da nossa pesquisa, a temática em si mesma é uma das mais latentes entre as entrevistadas, destacando-se ao longo de suas vidas, independentemente da geração, reproduzindo-se discursos e práticas. Como afirmava uma entrevistada, remetendo para a relativa exceção, a sua experiência pessoal:

Às vezes eu penso, será que poderia ser melhor? Poderia até ser pior. Meu marido sempre foi muito meu amigo, nunca me bateu, porque há mulheres que passam aí, ainda hoje sofrem muito de violência doméstica. Foi um homem que sempre me deu tudo que tinha. Todo dinheiro que ganha, todo o dinheiro que me dava. Não dava mais porque não ganhava mais, não é? Dava tudo que tinha, não podia dar mais. (Fátima, 59 anos)

As diferentes formas de violência - física, simbólica, material, patrimonial, psicológica e moral - estão presentes nas relações sociais de forma geral, independente da classe social ou da cultura, configurando uma componente transversal (Saffioti, 1999: 87). Refletir sobre esse tema é também refletir sobre as características construídas sócio historicamente a respeito dos estereótipos de feminino e masculino. Como afirma Millet (1969: 10), é estabelecida a passividade e ternura às mulher e a virilidade e intelectualismo ao homem, contribuindo assim para relações desiguais e de dominação que possibilitam e justificam a violência em todos os seus aspectos. É, assim, mantido um ciclo vicioso, onde são construídas relações com base no patriarcado e dominação masculina, que se ratifica também na responsabilização das mulheres pelo papel de submissão que desenvolvem, fazendo parte de uma realidade objetiva que molda as pessoas de modo a desempenhar tais papéis sociais (Bourdieu, 2012: 53). Chauí (2003: 52) corrobora esta visão do ciclo de reprodução da violência e a forma como fica velada nas relações sociais:

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda

desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo da produção da violência (...)

Neste processo a violência é naturalizada na sociedade, podendo ser reproduzida de forma mais explícita, como na sua forma física, ou apresentando-se mais sutil e quase imperceptível, caindo na normalidade do cotidiano, como podemos ver nos relatos das entrevistas:

Depois levava porrada. O meu homem foi alcoólico, depois foi drogado em último grau, injetava cem contos por dia, levava seringas... Ele batia por tudo, ele só me dizia assim: "a minha mãe também levou e nunca falou." (Cristina, 54 anos)

Ele [o marido] a princípio, queria que eu lhe desse o meu dinheiro, mas eu nessa já não fui. Está a perceber? Ele queria que eu desse o meu dinheiro, e eu "não, não". E se eu quisesse umas meias, "olha, dá-me dinheiro para umas meias?" Eu também trabalho, não, eu do meu dinheiro fazia o que queria. (Vera, 74 anos)

Considerando que a violência permeia e é reproduzida nos diferentes âmbitos das relações sociais, não pode ser entendida como uma questão privada, sendo de relevância para a discussão pública, por afetar diretamente inúmeras pessoas e comunidades, desencadeando importantes impactos (Lourenço; Carvalho, 2001: 100). Uma das expressões extremas de violência é a sexual - estupro -, onde fica evidenciado o poder do homem sobre a mulher. O uso da força e do poder para manter relações sexuais não consentidas, evidencia uma estrutura social com base na ideologia dominante, onde o feminino não tem direito de escolha e de desejo (Saffioti, 1987: 18). Esta realidade pode ser vivida desde a infância, como é evidenciada na fala de Cristina (54 anos):

Agora quando eu olho para trás, prontos, e meu pai mandou-me dormir com o meu avô.

Este relato expõe uma realidade singular, mas não deixa de remeter para uma situação vivenciada em diferentes espaços, sendo um ato que deve ser repudiado e combatido pelas diferentes esferas dos poderes constituídos. Cristina traz para a entrevista essa vivência abusiva após referir ter passado por diversos processos terapêuticos que hoje lhe permitem expô-la de forma mais organizada e consciente, demonstrando as fortes consequências dos processos de violências pelos quais passou.

O uso da violência é permeado pelo frequente distanciamento da sociedade e, por vezes, pelo próprio incentivo a que os homens demonstrem a sua força de dominação sobre as mulheres, gerando um consentimento social que não prejudica apenas as mesmas, mas também os próprios homens, já que promove um desencontro entre os gêneros (Saffioti, 2015: 75). Relembremos aqui a fala de Helena, na qual fica refletida a insegurança em relação ao comportamento masculino em geral:

Cuidar das minhas filhas por exemplo, não compete ao pai. Nem minhas filhas se sentiam bem com o pai dar banho, sei lá. Eu acho que é mais nosso [papel], mãe. (Helena, 38 anos)

Neste âmbito, a categoria classe social também deve ser considerada, uma vez que, segundo Lourenço e Carvalho (2001), os sujeitos que se encontram privados do acesso a recursos mínimos ficam mais expostos a situações que colocam em risco a própria segurança, ou, pelo menos conhecem mais dificuldades em romper com as mesmas devido a situações de dependência. A conjunção do baixo status social e econômico da mulher pode deixá-la exposta a violações dos direitos básicos, manifestando situações de maior vulnerabilidade social, como exemplificado no relato:

O pai dos meus filhos era mau, mas eram ciúmes estúpidos, quero dizer... Um ciúme porco, porque ele era ciumento e era mau, batia-me. Então, fiz o exame da quarta [classe] para ir [trabalhar] para o hospital, quando me chamaram para o hospital, ele não me deixou ir. Ai, eu chorei tanto, sofri tanto, porque se eu estivesse no hospital, talvez não tivesse as doenças que tenho agora... Tinha outra vida que não era aquela que eu levava. (Vera, 74 anos)

Este relato descreve como a mulher pode ocupar uma posição de obediência, submissão e culpabilização, transformando-a em um objeto onde permanece passiva, mesmo que a situação traga consequências ruins para a mesma. Chauí (2003: 42) faz uma intersecção entre a ética e a violência, colocando-as em lados opostos. Enquanto a violência vê o ser humano – que é racional, com capacidade de linguagem e de escolha – como uma coisa passiva e inerte, a ética valoriza a liberdade, não coisificando o ser humano. A violência que permeia a nossa sociedade e alcança os diferentes espaços, tende a atingir de sobremaneira as mulheres, que podem se tornar multiplicadoras dessa cultura.

Regressando a Freire (1970), saliente-se que a educação é uma das principais ferramentas de emancipação, pois sem ela o oprimido pode se tornar opressor, e nessa dinâmica as mulheres podem reproduzir o comportamento hierárquico e violento em outras relações, como no contexto familiar, podendo exercer a função patriarcal e constituindo a conhecida síndrome do pequeno poder (Saffioti, 1999: 84). Os depoimentos a seguir referem-se a um mesmo segmento familiar, onde é possível perceber a repetição de comportamentos em três gerações de mulheres:

Muitas vezes a minha mãe chegava a trabalhar o dia todo, mas quando chegava em casa e não estava como ela queria... Porque minha mãe era muito exigente. Gostava de tudo limpo, tudo arrumado, era muito exigente. [Eu] Ainda era uma criança, 10 anos, e ela pegava comigo às vezes, discutia comigo, que ela também é de bater, é só treta. E meu pai dizia para ela assim: “Tu não vês que é uma criança a tomar conta de outras crianças? Ela é uma criança.” (Fátima, 59 anos)

Ela [a minha mãe] é daquelas pessoas que tinha que fazer à maneira dela, não podia cada pessoa ter a sua maneira de fazer, umas começam por um lado e outras começam do outro. Eu lembro de levar porrada para fazer a cama como ela queria. (Mônica, 38 anos)

Para uma mudança desta realidade é necessário considerar os fatores que permeiam o meio, como os culturais, políticos, sociais, econômicos, entre outros, e construir estratégias e políticas que trabalhem de

forma integrada e dando visibilidade a todas essas categorias (Lourenço; Carvalho, 2001). A intersecção de diferentes áreas como: “polícia, magistratura, ministério público, hospitais e profissionais da saúde, inclusive da área psíquica, da educação, do serviço social, etc.” Saffioti (1999: 90), pode promover mudanças, mas vale salientar a importância das modificações na base do sistema, para que assim ocorram efetivas transformações nas relações de poder.

Considerações finais

“Conclusões são chaves que fecham. Palavras não-conclusivas deixam abertas as portas das gaiolas para que os pássaros voem de novo. Cada palavra deve ter reticência; para o pensamento continuar seu vôo...”

Rubem Alves

Esta investigação teve como princípio o questionamento sobre a situação social das mulheres que habitam o bairro das Andorinhas em Braga, em especial no que se refere às desigualdades de gênero manifestas na vida cotidiana e que convocam uma atenção particular ao domínio das percepções, práticas e estereótipos. Nos dois anos em que trabalhamos imersos na realidade do bairro, tivemos a oportunidade de conhecer pessoas com vivências muito interessantes, em especial mulheres. Estas permitiram a nossa entrada nas lembranças mais remotas, nos traumas e dificuldades, mas também nas vivências positivas da infância, nas reflexões e avaliações da vida. Possibilitaram-nos, assim, de forma generosa, aceder às suas histórias e mundividências.

A partir dos relatos das moradoras, associados à pesquisa bibliográfica e documental, foi possível compreender o significado mais abrangente da questão do habitar e os múltiplos fatores que envolvem esse processo. A habitação é uma necessidade básica do ser humano, fundamental à reprodução e vida em sociedade. As mudanças que ocorreram na vida dos sujeitos, observadas através das entrevistas, demonstram a relevância do investimento nessa área, que em Portugal torna-se pauta de discussão a partir da segunda metade do século XX e que até nos tempos atuais permanece um desafio para os governantes.

As(os) primeiras(os) moradoras(es) chegaram ao bairro social das Andorinhas em 1983 e durante as entrevistas foi possível observar pontos de interseção entre os relatos, como as dificuldades econômicas e sociais vividas durante a infância, que foi permeada por moradias precárias e insalubres, trabalho infantil, ausência de acesso à saúde e lembranças de uma vivência em situações de alta complexidade. Tal configura-se como fruto da exposição direta à pobreza, advinda de um sistema que se impõe enquanto produção e reprodução das desigualdades sociais. Os relatos também expõem as mudanças práticas do cotidiano com o acesso aos fogos (apartamentos) do bairro, com o direito a energia elétrica e saneamento básico, enfatizando a situação de vulnerabilidade no qual estavam inseridos anteriormente.

As políticas de habitação proporcionaram a essas famílias melhor qualidade de vida através do acesso a moradias salubres. As políticas de habitação contribuem também para permitir aos cidadãos(ãs) a

possibilidade de uma maior autonomia e, concomitantemente com outras estratégias, possibilitar a mobilidade social dos mais pobres. Porém, apesar dos indiscutíveis avanços, aliás reconhecidos pelas(os) inqueridas(os)²², os bairros sociais, e este em particular, acabam por não responder a todas as demandas. Desta forma, para trabalhar as questões de desigualdade e exclusão social, é necessário pensar o acesso ao direito à habitação como um dos pilares fundamentais, ainda que não exclusivo, para redução da vulnerabilidade. Efetivamente, nos relatos é exposta também a necessidade de inclusão de outros direitos básicos como a educação, saúde e emprego.

A desigualdade social pode apresentar-se em diferentes facetas e nesta investigação tivemos como foco a questão de gênero. As mulheres do bairro social das Andorinhas trazem em seu discurso os reflexos das mudanças legislativas, socio-históricas e culturais em Portugal, as diferenças no acesso ao sistema educacional, político e de trabalho, tanto quanto dos estereótipos de gênero. Nas entrevistas e nas conversas informais, ficaram evidentes as mudanças que foram ocorrendo nas relações familiares e nas perspectivas de futuro. No próprio bairro, conquistaram o acesso a locais que eram majoritariamente masculinos, tais como a cafeteria central e a Associação de Moradores, enquanto espaços físicos. No entanto, ainda se observam bloqueios no que se refere à atuação nas decisões políticas e económicas, quer a um nível macro, quer micro e, veja-se a este nível, o caso do acesso a cargos de decisão no interior do próprio bairro. A criação de uma Confraria das Mulheres, quase que em oposição à Associação de Moradores, configuração formal, emerge como forma de resistência e enfrentamento. Contudo, é possível afirmar que ainda há a necessidade de avanços mais substantivos no âmbito da participação política e social, pois as desigualdades de gênero permeiam as relações sociais e a subalternização além de evidente é não raras vezes normalizada e naturalizada.

Durante a permanência no bairro tivemos a oportunidade de nos aproximarmos da realidade de mulheres de gerações distintas, o que permitiu observar diferenças e similaridades, nas quais o efeito de gênero, ainda que com nuances assume alguma transversalidade. Nesta investigação foi possível perceber os contrastes e mudanças da sociedade portuguesa, pois as entrevistadas puderam fazer um panorama das suas vivências ao longo da vida.

Ficou evidenciado também que a legislação portuguesa é avançada em muitos aspectos, porém, permanecem questionamentos sobre a sua absorção pela sociedade. Veja-se que esta investigação se confrontou, em linha com o que nos diz a literatura científica, com relações sociais permeadas pela dominação

²² Os inquéritos assim como as entrevistas realizadas no âmbito do *Modos de vida e formas de habitar: ilhas e bairros populares no Porto e em Braga* foram realizadas com mulheres e homens.

masculina, mostrando importantes diferenças e desigualdades com base no gênero. Na medida em que se percebe esta realidade, evidenciamos que embora este seja um assunto já explorado pela academia, faz-se necessário continuar a investir em pesquisas, reflexões e discussões a respeito da temática, para que possa servir de embasamento para as políticas públicas. Vale ainda ressaltar a importância de garantir que os resultados destes estudos alcancem os diferentes níveis da sociedade, diminuindo o distanciamento entre a universidade e a população.

Através desta investigação foi possível constatar e reafirmar que a desigualdade social tem uma faceta terrível, destrutiva, pois é um fator que potencializa diversas formas de exclusão – com base, no gênero, etnia, religião, política – sendo a pobreza em si um agente de violência que permeia o cotidiano das pessoas. Nas falas das mulheres do bairro social das Andorinhas fica evidente a dificuldade de rompimento deste ciclo, manifestando-se na interrupção de percursos educativos e no acesso ao mercado de trabalho, bem como na sujeição a inúmeras formas de violência doméstica e intrafamiliar, para além do afastamento a espaços de decisão. Tal situação pode conduzi-las a uma relativa estaticidade e permanência num círculo vicioso de exclusão.

Como já foi sublinhado por muitos autores e também por nós, emerge a necessidade de implementação de políticas públicas que trabalhem de forma intersectorial o tema do gênero e demais categorias, direcionando-se para os domínios da habitação, educação, violência e saúde, no sentido da concretização de mudanças reais na vida das mulheres e de toda a população.

A partir das considerações apresentadas faz-se necessário ressaltar a importância de construir uma nova estrutura social com base na igualdade econômica, sem classes e ecologicamente equilibrada a fim de promover a emancipação humana, para que se possam educar sujeitos mais livres, conscientes e empoderados.

Enquanto pontos que não eram objetivo da pesquisa evidenciamos dois aspectos que podem servir como estímulos a outras investigações, tais como: (i) aferir se os bairros sociais são a forma mais adequada para combater as múltiplas exclusões sociais a que estas camadas populacionais estão sujeitas, uma vez que os próprios bairros podem converter-se em mais um modo de produção da exclusão; (ii) Direcionar os questionamentos aqui constantes para a população mais jovem, não tendo sido alcançado de forma significativa o grupo de mulheres adolescentes e jovens. Acreditamos que pesquisas com essa população podem possibilitar a compreensão das questões de gênero na perspectiva atual e para o futuro, podendo servir de orientação para diferentes políticas públicas voltadas para a juventude.

Para finalizar, queremos realçar que a frequência deste mestrado proporcionou inúmeros aprendizados técnico-epistemológicos, que acarretaram grandes transformações pessoais, o que acreditamos ser um passo para transformações mais amplas, já que mudanças pessoais são fundamentais para as alterações na coletividade. Ainda de grande relevância foi a possibilidade da criação de vínculos com as entrevistadas, reafirmando uma metodologia de investigação, que embora assente no compromisso e na utilização não manipulada das narrativas, não procurou a absoluta neutralidade, sendo que todos os sujeitos envolvidos afetaram e foram afetados pelos diferentes processos.

Esperamos que, de alguma forma, possa também ter promovido mudanças positivas no território...

Referências

- Afonso, Almerindo Janela (2018). Desigualdades, corrupção e educação. Uma teia de densidade heterogênea. In: Desigualdade sociais e políticas públicas: homenagem a Manuel Carlos Silva. Gomes, Sílvia *et al* (org.) Edições Húmus.
- Almeida, João Ferreira de (1994), *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.
- Amâncio, Lígia. (2003). O Género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, Vol. XXXVIII (168), 687 – 714.
- Amâncio, Lígia (1999). Género e educação em Portugal: mitos e realidade. Igualdade de oportunidades género e educação. Féliz Neto; Teresa Joaquim, Rui Soares; Teresa Pinto (org.). Universidade Aberta.
- Amâncio, Lígia. (1992). As assimetrias nas representações de género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 34, 9- 22.
- Amaral, Lucia (1998). Igualdade entre homens e mulheres e participação política feminina – a identificação de um problema. In: *Democracia com mais cidadania*. Vitalino Canas *et al* (org).
- Andrade, Joana El-Jaick (2015). O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº18. Brasília, setembro – dezembro, pp. 265-300.
- Antunes, Ricardo. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Appadurai, Arjun. (1996). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa, Teorema.
- Araújo, Clara (2006). Valores e desigualdade de género: mediações entre participação política e representação democrática. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, e36-e61, abr.-jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/civitas/v16n2/1984-7289-civitas-16-02-e36.pdf>
- Araújo, Clara (2005). Partidos Políticos e género: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. In: *Revista de Sociologia Política*, n.º 24, p.193-215. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/3724/2972>
- Araújo, Helena C. (2010). Escola e construção da igualdade no trabalho e no emprego. In: *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. Virgínia Ferreira (Org.). Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Editorial do Ministério da Educação.
- Arruzza, Cinzia (2010) *Feminismo e marxismo: entre casamento e divórcios*. (Lacerda I, Trad.). Edições Combate.
- Augusto, Nuno Miguel. (2008). A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, p. 155-177.
- Bandeirinha, José António (2011), *O processo SAAL e a arquitectura do 25 de abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Baptista, Luís Vicente (2006). Urbanização, ruralidade e suburbanidade: conceitos e realidades. In: *Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Remy*. Casimiro Balsa (org.) Lisboa, Colibri/ Ceos, 55-66.
- Baptista, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o programa de casas económicas em Lisboa*. Celta Editora. Oeiras.
- Bardin, Laurence (2011). Análise de conteúdo. São Paulo, Edições 70.
- Barreto, António (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. In: *Análise Social*. Vol. xxx (134), 1995 (5.º), 841-855.
- Beauvoir, Simone de. (2018). Feminilidade: uma armadilha. In: *Género e performance: textos essenciais 1*. Baptista, Maria Manuela. (Org.).Coimbra: Grácio Editora, pp. 53-59.
- Beauvoir, Simone. (2008), *O segundo sexo II a experiência vivida*. 4ª edição. (Milliet, S Trad.) Bertrand Editora.
- Bourdieu, Pierre (2012). *Dominação Masculina*. Trad: Maria Helena. 11º edição.
- Bourdieu, Pierre (2011). O campo político. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 193-216. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>
- Bourdieu, Pierre (1990). *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Memória e sociedade.
- Bourdieu, Pierre. (1986). The Forms of Capital. In: *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, p. 241-258 New York: Greenwood Press.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: critique sociale do jugement*. Paris, Minuit.
- BragaHabit (2013). Relatório de boas práticas. Art. 54º do 133/2013
- Brandão, Ana Maria Simões de Azevedo. (2010). *“E se tu fosses um rapaz?” Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Brassi, Gilberte (2004). *Proust e a fotografia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Caetano, Luís; Erskine Angus; Pedrosa Célia (2000), *Percursos Profissionais de Exclusão Social*. Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Canas, Vitalino. 1998. Um passo mais na qualidade da democracia. In: *Democracia com mais cidadania*. Vitalino Canas; Joana de Barros; Jorge Miranda et al (org).
- Carvalho, Rómulo (2001). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Manuais Universitários. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casa-Nova, Maria José (2008) *Etnografia e produção de conhecimento*. Reflexões críticas a partir de uma investigação com Ciganos. Lisboa: ACIDI- Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, 2008 (forthcoming).
https://www.obcig.acm.gov.pt/documents/58622/202406/olhares_8.pdf/b951107e-4ff2-4dae-98fa-07a18a2c6f11
- Castells, Manuel (2003). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume II. O poder da identidade. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Comissão das comunidades europeias Bruxelas, (2001). *Livro branco da comissão europeia em novo impulso à juventude europeia*. Disponível em: https://juventude.gov.pt/MigratedResources/449000/449474_livrobranco1.pdf
- Connell, R. W. (1994). The State, gender and sexual politics: theory and appraisal. In: *Power/gender. Social relations in theory and practice*. H. Lorraine Radtke; Henderkus J. Stam (orgs.)
- Connell, Raewyn (1987). *Gender and power: society, the person, and sexual politics*. Cambridge, UK: Polity Press in association with B. Blackwell, Print.
- Contributos para o plano estratégico de habitação (2008-2013), Relatório 2. Políticas de habitação. Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/123421120015eGS7kj9Fq51IF7.pdf>
- Costa, AF; Mauritti, R; Martins, SC; Nunes, N; Romão, AL (2015). A constituição de um espaço europeu de desigualdades. Observatório das Desigualdades e-Working Papers, N.º 1/2015: 1-21; ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012015. Disponível: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8371/3/A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20Espa%C3%A7o%20Europeu%20de%20Desigualdades_Costa%20et%20al_e-Working%20Paper%20N.%C2%BA1_2015.pdf
- Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*. Lisboa, Fundação Mário Soares.
- Costa, Homero de Oliveira (2007). *Democracia e Representação Política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)*. Porto Alegre: Sulina.
- Cuche, Denys. (2003) *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa, Fim de Século.
- Cunha, Mauela Ivone (2016). Cultura, diversidade, diferenciação. Um guia elementar. Centro Indisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho CISC.NOVA.UMinho <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45194/1/2532-9223-1-PB.pdf>
- Daly, Mary; Lewis Jane (2000). The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. In: *British Journal of Sociology*. Vol. No. 51 Issue No. 2 (June 2000) pp. 281–298.
- Davis, Ângela (2016). *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Diário da República, 2018. Acesso: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/115880876/201901181705/diploma?p_p_state=maximized&rp=indice
- Diário da República, 2018 Acesso: <https://dre.pt/home/-/dre/115221283/details/maximized>
- Diário da República, 2017 Acesso: <https://dre.pt/home/-/dre/106630889/details/maximized>
- Diário da República, 2004, p. 3490 Acesso: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/281201/details/maximized>
- Diário da República, 1993, p. 2381 Acesso em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/274242/details/normal?p_p_auth=tHG9HPg5
- Duarte, Fátima *et al* (2015). Igualdade de género em Portugal 2014. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – Presidência do Conselho de Ministros. CIG.
- Durham, Eunice R. (1984). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 3º edição. São Paulo. Editora Perspectiva.
- Engels, Friedrich (1980 [1884]). *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Editorial Presença.

- Engels, Friedrich (1981). *Política*. São Paulo, Ática.
- Engels, Friedrich (1975 [1844]). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Editorial Presença, Livraria Martins Fontes.
- Engels, Friedrich (1975 [1887]), *O problema da habitação*. Lisboa, Estampa.
- Evans, Mary (2006). Care. In: *The Cambridge Dictionary of Sociology*. Bryan S. Tuner (Editor). Cambridge University Press. https://www.academia.edu/12603130/Sociology_Dictionary_by_Bryan_Turner
- Faria, Sérgio (2000). Sobre o (difícil) trânsito feminino para o espaço do poder político. In: *Cidadania, integração, globalização*. José Manuel Leite Viegas, Eduardo Costa Dias (org). Celta Editora.
- Ferreira, António Fonseca (1987). *Por uma nova política de habitação*. Porto. Edições Afrontamento.
- Ferreira, José Medeiros (1994). *História de Portugal*. Oitavo volume: Portugal em transe (1974-1985). Editorial Estampa.
- Ferreira, Virginia (2010). Introdução. In: *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Virginia Ferreira (Org.) Cite.
- Ferreira, Virginia (1999). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N°52/53. Novembro 1998/ Fevereiro 1999. p. 199:227.
- Figueiredo, Luís Claudio (2007). A metapsicologia do cuidado. In: *Psychê*, Ano XI, n° 21, São Paulo, jul-dez/2007, p. 13-30.
- Flick, Uwe (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fontanella, Bruno, José Barcellos; Ricas, Janete; Turato, Egberto Ribeiro (2008). *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. Cad. Saúde Pública 24(1):17-27. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>
- Freire, Paulo (2003). *Pedagogia do oprimido*. 17° edição. Editora paz e terra.
- Freire, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia*. Ega.
- Garzón, Juan Sisinio Pérez. (2012). *História del feminismo*. 2ª ed. Madrid: Catarata.
- Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin (1993). *O Inquerito: teoria e prática*. (Conceição Lemos Pieres, Trad.). Oeiras, Celta Editora.
- Gibbs, Granham (2009). *Análise da dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed.
- Goffman, Erving (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Editora LTC.
- Goitia, Fernando Chueca (s/d). *Breve histórico do urbanismo*. Lisboa, Editora Presença.
- Gomes, Pedro (2009), *O trabalho doméstico e as organizações de apoio: estudo comparativo sobre os sindicatos e associações de apoio ao trabalho doméstico e à luta pela sua visibilidade e reconhecimento social*, Lisboa, Dinâmia-CET, Working Paper n°2009/77.
- Guedes, Moema de Castro (2006). Percepções sobre o papel do Estado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: uma análise do Rio de Janeiro. In *Cadernos Pagu* (47), 2016:e164720. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000201001&lng=en&nrm=iso

- Guerra, Isabel Carvalho (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Príncipia Editora.
- Haraway, Donna (1995). Saber localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva patriarcal. In: *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.
- Harvey, David (2011), *O enigma do capital – E as crises do capitalismo*. Lisboa, Bizâncio.
- Hierro, Graciela (2003). Educacion y género: la ética del placer. *GénEros*. Vol 11. n. 31 <http://revistasacademicas.ucol.mx/index.php/generos/article/view/981/pdf>
- Hirata, Helena; Kergoat, Daniele (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho, *Cadernos de Pesquisa*, 132 (37), 595-609.
- Hobsbawm, Eric. (2015). *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Trad. Waldea Barcellos, Sandra Bedran. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Infraestrutura e habitação. (s.d). Contributos para o plano estratégico de habitação, 2008-2013. Relatório 2. Políticas de habitação. Disponível <<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234211200f5eGS7kj9Fq51f7.pdf>> acesso em outubro de 2019.
- Lagarde y de los Rios, Marcela. (2012). *El feminismo en mi vida: hitos, claves utopías*. Ciudad de México, DF.: *Inmujeres*.
- Laville, Christian; Dionne, Jean (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes.
- Lima, Licínio (2018). Algumas notas sobre a democratização e desigualdades na educação em Portugal (1974 – 2018). In: *Desigualdade sociais e políticas públicas: homenagem a Manuel Carlos Silva*. Gomes, Sílvia *et al* (org.) Edições Húmus.
- Lima, Maria Luísa; Sobral, José Manuela (2016) Desigualdade de gênero e novas formas de sexismo. In *Desigualdades e políticas de gênero*. Edições Húmus. Silva, Manuel Carlos; Lima, Maria Luísa; Sobral, José Manuel; Araújo, Helena; Ribeiro, Fernando Bessa (Org.)
- Lima, Rita de Lourdes; Silva, Manda Kelly Belo; Silva, Franciclécia de Souza Barreto; Medeiros, Milena Gome. (2010). Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. In: *Rev. Katál*. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 40-48 jan./jun.
- Luis Claudio Figueiredo. (2007). A metapsicologia do cuidado. In: *Psychê*, Ano XI, nº 21, São Paulo, jul-dez, p. 13-30.
- Machado, Leda Maria Vieira. *A Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.
- Martinelli, M. L. (org.) (1999). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. Veras Editora.
- Marx, Karl. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K (1996) O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural (tomo 2)
- Marx, K. (1983). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas, v. 1.)

- Matos, Fátima Loureiro de (1994). Os bairros sociais no espaço urbano de Porto: 1901-1956. *Análise Social*, V. XXIX (127), 677-695.
- Mendes, Clara (1998). Habitação: de componente da política económica a elementos da política social. In: Conselho Económico e Social (1998). *Colóquio: A política da habitação*. Organizado pelo Conselho Económico e Social no Pequeno Auditório da Caixa Geral de Habitação a 3 e 4 de Abril de 1997. Lisboa.
- Miguel, Luis Felipe (2000). Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 15 n44 outubro/2000.
- Millett, Kate (1969). *Política Sexual*. Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres (Trad.). Dom quixote.
- Minayo, Celia de Souza (2009). *Pesquisa Social: teoria e método e criatividade*. 28 ed. vozes.
- Ministério da Saúde. *Guia prático do cuidador*. Brasília: 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_cuidador.pdf
- Monteiro, Rosa. (2010). Genealogia da lei de igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo. In: *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Virginia Ferreira (Org.) Cite.
- Monteiro, Rosa (2012). A discriminação do aborto em Portugal: Estado. Movimentos de mulheres e partidos políticos. In: *Análise Social*, 204, xlvii (3.º).
- Mozzicafreddo, Juan (2000), *Estado-Providência e cidadania em Portugal*. 2º edição. Oeiras, Celta Editora.
- Oliveira, Catarina Sales; Boas, Susana Villa; Heras, Soledad Las. (2016). Estereótipos de género e sexismo em docentes do ensino superior. In: *Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)*, México, vol. VII, nº 19, 22-41.
- Passos, Eduardo; Barros, Regina Benevides (2015). Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da (Org.). Editora Sulina.
- Pereira, Patrícia, Luís Vicente Baptista e João Sedas Nunes (2011), "Editorial", *Forum Sociológico*, 21, 7-9.
- Perrot, Michelle (2007). *Minha história das mulheres*. Ângela M. S. Côrrea (trad.). São Paulo, Contexto.
- Perrot, Michelle. (2006). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4º ed. Trad. Denise Bottlman. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Prado, Danda (2013). *O que é família*. Brasiliense (coleção primeiros passos.)
- Remy, Jean e Liliane Voyé (1974), *La Ville et l'urbanisation*. Bruxelas, Duculot.
- Ribeiro, Fernando Bessa (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.
- Ribeiro, Fernando Bessa (2010). *Entre Martelos e Lâminas. Dinâmicas Globais, Políticas de Produção e Fábricas de Caju em Moçambique*. Edições Afrontamento.
- Rohm, R. H. D.; Lopes, N. F. (2015) O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. In: *Cadernos EBAPE.BR*, v. 13, n. 2, p. 332-345. <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n2/1679-3951-cebape-13-02-00332.pdf>

- Sacchet, Teresa (2009). Capital social, gênero e representação política no Brasil. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009, p.306-332. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/02.pdf>
- Saffioti, Heleieth I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular.
- Saffioti, Heleieth. I. B. (2009). *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil. Disponível em <http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf> acesso em agosto de 2019.
- Saffioti, Heleieth, I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. 1º edição. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, Heleieth (2000). Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? In: *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, p. 71-75.
- Saffioti, Heleieth I.B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: São Paulo perspectiva. Vol 13, nº4. São Paulo, Oct, Dec.
- Saffioti, Heleieth (1987) *O poder do macho*. Moderna.
- Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani (1976). *A mulher na sociedade de classe mito e realidade*. Vozes.
- Santomé, Jurjo Torres (1995). *O currículo oculto*. Porto
- Santos, Maria Helena; Amâncio, Lígia (2012). Gênero e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº68. pp. 79-101.
- Santos, Helena Maria. (2010). *Gênero e Política: Factores Explicativos das Resistências à Igualdade*. Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia Social e das Organizações Especialidade em Psicologia Social. Orientadora: Professora Doutora Lígia Amâncio, Professora Catedrática. Instituto Universitário de Lisboa. 2010.
- Santos, Maria Helena; Amâncio, Lígia (2009). Gênero e cidadania: o lento caminho para paridade. In: *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional*, Vol IV, Lisboa, Edições Colibri, pp.5174.
- Sassen, Saskia [2001 (1991)]. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.
- Schouten, Maria Johanna (2018). Desfazendo desigualdades de gênero: um caminho sinuoso. In: *Desigualdades sociais e políticas públicas*. Homenagem a Manuel Carlos Silva. Coord: Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Cunha, Ana Maria Brandão e Ana Jorge
- Schouten, Maria Johanna (2011). *Uma sociologia do gênero*. Edições Húmus.
- Scott, Joan (1992). História das mulheres. In: *A escrita a história: novas perspectivas*. Peter Burke (Org.) Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Scott, Joan W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*, v. 16, n. 2, pp. 5-22.
- Silva, Manuel Carlos (2012), *Sócio-antropologia rural e urbana: fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto, Afrontamento.

- Silva, Manuel Carlos (2005). Desigualdade e exclusão social: olhares sociológicos cruzado. In: *Configurações*, nº 1, 7-14.
- Silva, Manuel Carlos (2014). Sina social cigana: história, comunidades, representações e instituições. 1o ed. Lisboa. Edições Colibre.
- Silva, Manuel Carlos, Fernando Bessa Ribeiro, António Cardoso e Joel Felizes (2017). O espaço urbano e o problema da habitação: uma primeira aproximação às ilhas e bairros sociais no Porto e em Braga. In *Por uma estratégia de cidade sustentável: expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico*. Fernando Matos Rodrigues, Manuel Carlos Silva, António Cerejeira Fontes, André Cerejeira Fontes, Susana Mourão e Luís Baptista (orgs.), Porto, Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos; Lima, Maria Luísa; Sobral, José Manuel; Araújo, Helena; Ribeiro, Fernando Bessa (2016). Introdução, estratégias de pesquisa e síntese dos contributos. In *Desigualdades e políticas de gênero*. Silva, Manuel Carlos; Lima, Maria Luísa; Sobral, José Manuel; Araújo, Helena; Ribeiro, Fernando Bessa (Org.) Edições Húmus.
- Silva, Sofia Marques da (2010). Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina. In: *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Virginia Ferreira (Org.) Cite.
- Soihet, Rachel (1997). História das mulheres. In: *Domínio da história: ensaios e teorias e metodologias*. Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Org.) Rio de Janeiro: Campus.
- Souza, Babi (2016). *Vamos juntas? Guia da sororidade para todas*. Galera Record.
- Studart, Heloneida (1974). *Mulher objeto de cama e mesa*. Editora Vozes.
- Tavares, Manuela (2011). *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)*. Textos Editores.
- Vieira, Ana; Coutinho, Andreia (s/d), *O processo SAAL: arquitetura e participação 1974-1976*. Museu de Arte Contemporânea de Serralves. Dossiê Pedagógico.
- Vogt, W. Paul, Gardner, Dianne C., Haeffele, Lynne M. (2012). *When to use what research design*. New York: Guilford Press.
- Wacquant, Loic (2005). Marginalidade urbana no novo milénio. IN: *Configurações: desigualdades sociais*. Revista de Sociologia, nº 1. 7-14.
- Zirbel, Ilze. (2017). Teoria política, justiça, exploração e cuidado. In: *Guairacá revista de filosofia*. Guarapuava-PR, V33, N1, P. 48-64, 2017.
- Zirbel, Ilze. (2016). *Uma teoria político-feminista do cuidado*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167820/339912.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

ANEXO I – Inquérito: “Modos de Vidas e Formas de Habitar”: Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga

Nº do Questionário: _____

Data: ___/___/_____ Hora: _____ às _____

Bairro: _____ | Bloco: ___ Nº do/a Inquiridor/a: ___

Inquérito “Modos de Vida e Formas de Habitar”: Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga

Este questionário, realizado no âmbito de uma pesquisa do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova-UMinho) é levado a cabo no respeito da máxima confidencialidade quanto às informações prestadas. Pedimos que seja sincero/a nas suas respostas e agradecemos a sua prestimosa colaboração.

I. Caracterização pessoal e do agregado familiar

(Pelo/a inquiridor/a)

1.1. Sexo (a preencher pelo/a inquiridor/a):

1 Homem

2 Mulher

1.2. Raça/etnia: _____

(A questionar)

1.3. País de origem: _____

1.4. Nacionalidade: _____

1.5. Idade: _____

1.6. Nível de Escolaridade:

1 Não sabe ler nem escrever

2 Sabe ler e escrever mas não frequentou a escola

3 Sabe ler e escrever mas não terminou o 1º ciclo

4 1º Ciclo/ 4ª classe

5 2º Ciclo/ 6º ano (antigo 2º ano)

6 3º Ciclo/ 9º ano (antigo 5º ano)

7 Ensino Secundário/ 12º ano (antigo 7º ano)

8 Curso profissional (antigo curso médio/ industrial/ comercial)

9 Curso superior (licenciatura)

10 Mestrado

1.7. Estado Civil:1 Solteira/o (Passe para a questão 1.14.) 2Casada/o 3 Em união de facto 4 Separada/o 5 Divorciada/o 6 Viúva/o 7 > Outra situação Qual? _____(Por exemplo, 2^{as} núpcias)**1.8. Com que idade casou? _____****1.9. Que idade tinha o/a seu/ua (ex)cônjuge quando se casaram? _____****1.10. Qual a escolaridade do/a seu/ua (ex)cônjuge?**1 Não sabe ler nem escrever 2 Sabe ler e escrever mas não frequentou a escola 3 Sabe ler e escrever mas não terminou o 1^o ciclo 4 1^oCiclo/ 4^a classe 5 2^oCiclo/ 6^oano (antigo 2^o ano) 6 3^oCiclo/ 9^oano (antigo 5^oano) 7 Ensino Secundário/ 12^oano (antigo 7^o ano) 8 Curso profissional (antigo curso médio/ industrial/ comercial) 9 Curso superior (licenciatura) 10 Mestrado 11 Doutoramento **1.11. Qual a nacionalidade da(o) seu(ua) (ex)cônjuge? _____****1.12. E o país de origem? _____****1.13. E a raça/ etnia: _____****1.14. Tem filhos?**1 Não (Passe para questão 1.20.) 2Sim **1.15. Quantos? _____**

Relativamente aos seus filhos, responda às seguintes questões:

	1.16. Sexo	1.17. Idade	1.18. Estado Civil	1.19. Escolaridade
Filha(o) 1				
Filha(o) 2				
Filha(o) 3				
Filha(o) 4				
Filha(o) 5				
Filha(o) 6				
Filha(o) 7				
Filha(o) 8				

98 Não aplicável; 99 Não sabe/ Não responde;

Sexo: 1 Homem; 2 Mulher.

Estado Civil: 1 Solteira/o ; 2 Casada/o; 3 Em união de facto; 4 Separada/o; 5 Divorciada/o; 6 Viúva/o; 7> Outra situação.

Nível de escolaridade: 1 Não sabe ler nem escrever; 2 Sabe ler e escrever mas não frequentou a escola; 3 Sabe ler e escrever mas não terminou o 1º ciclo; 4 1ºCiclo/ 4ª classe; 5 2ºCiclo/ 6ºano (antigo 2º ano); 6 3ºCiclo/ 9ºano (antigo 5ºano); 7 Ensino Secundário/ 12ºano (antigo 7º ano); 8 Curso profissional (antigo curso médio/ industrial/ comercial); 9 Curso superior (licenciatura); 10 Mestrado; 11 Doutoramento.

1.20. N° de membros do agregado familiar: _____

1.21. Como é composto o seu agregador familiar:

Relativamente ao seu agregado familiar, responda às seguintes questões:

(Caso seja casado e existam filhos no agregado, cuja informação já consta em cima, identificar apenas)

1.22.Parentesco/ relação	1.23.Sexo	1.24.Idade	1.25.Estado Civil	1.26.Escolaridade

98 Não aplicável; 99 Não sabe/ Não responde;

Sexo: 1 Homem; 2 Mulher.

Estado Civil: 1 Solteira/o ; 2 Casada/o; 3 Em união de facto; 4 Separada/o; 5 Divorciada/o; 6 Viúva/o; 7> Outra situação.

Nível de escolaridade: 1 Não sabe ler nem escrever; 2 Sabe ler e escrever mas não frequentou a escola; 3 Sabe ler e escrever mas não terminou o 1º ciclo; 4 1ºCiclo/ 4ª classe; 5 2ºCiclo/ 6ºano (antigo 2º ano); 6 3ºCiclo/ 9ºano (antigo 5ºano); 7 Ensino Secundário/ 12ºano (antigo 7º ano); 8 Curso profissional (antigo curso médio/ industrial/ comercial); 9 Curso superior (licenciatura); 10 Mestrado; 11 Doutoramento.

1.27. Caso os seus ascendentes (bem como os da/o seu/ua cônjuge) não pertençam ao seu agregado familiar, indique a escolaridade.

Pai	
Mãe	
Avô Materno	
Avó Materna	
Avô Paterno	
Avó Paterna	
Sogro	
Sogra	
Avô Materno da(o) (ex) cônjuge	
Avó Materna da(o) (ex) cônjuge	
Avô Paterno da(o) (ex) cônjuge	
Avó Paterna da(o) (ex) cônjuge	

98 Não aplicável; 99 Não sabe/ Não responde;

Nível de escolaridade: 1 Não sabe ler nem escrever; 2 Sabe ler e escrever mas não frequentou a escola; 3 Sabe ler e escrever mas não terminou o 1º ciclo; 4 1ºCiclo/ 4ª classe; 5 2ºCiclo/ 6ºano (antigo 2º ano); 6 3ºCiclo/ 9ºano (antigo 5ºano); 7 Ensino Secundário/ 12ºano (antigo 7º ano); 8 Curso profissional (antigo curso médio/ industrial/ comercial); 9 Curso superior (licenciatura); 10 Mestrado; 11 Doutoramento.

II. Condições de habitação e património

2.1. Há quanto tempo vive neste local? _____ anos

2.2. Caso seja casada/o ou viva em união, indique o valor aproximado dos bens/ património de cada um dos cônjuges trazidos para o casamento/ união ou, em alternativa, enuncie sumariamente (enxoval, por exemplo):

Pela/o própria/o: _____

Pela/o cônjuge esposa/companheira: _____

2.3. Relativamente à sua habitação, esta é:

1 Propriedade sua (passe para a questão

2.6.) 2 Arrendada

2.4. Quanto paga mensalmente? _____

(Caso necessário, atender aos intervalos: 1 menos de 100€; 2 entre 101 e 200€; 3 entre 201 e 300€; 4 entre 301 e 400€; 5 entre 401 e 500€; 6 Mais de 500€)

2.5. Quem é a entidade proprietária? _____

2.6. Viveu sempre neste local?

1 Sim (passe para a questão 2.9.)

2 Não

2.7. Onde morou anteriormente? (Indicar bairro/ freguesia, cidade e país, do mais recente para o mais recuado).

Local 1 _____

Local 2 _____

Local 3 _____

Local 4 _____

2.8. Anteriormente como era o seu tipo de alojamento?

	Local 1	Local 2	Local 3	Local 4
Barraca/ tenda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quarto alugado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quarto em pensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lar de instituição social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lar de estudantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casa de habitação social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casa subalugada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casa alugada/arrendada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casa/ apartamento herdada(o) /doada(o)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casa emprestada/cedida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casa própria (apartamento)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Casa própria (moradia)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra <input type="checkbox"/> Qual?				

2.9. Qual o motivo principal pelo qual reside neste local?

- 1 Valor da renda
- 2 Proximidade de familiares
- 3 Relações de vizinhança
- 4 Imposição da entidade proprietária
- 5 Outra situação Qual? _____

2.10. Tem outra/s habitação/ões?

- 1 Sim Quantas? _____
- 2 Não (passe para a questão 2.12.)

2.11. Descreva se se trata de habitação(ões) própria(s) ou arrendada(s) e finalidade.

2.12. Qual a tipologia da sua casa (T1, 2, 3, 4): _____

2.13. A sua casa tem:

	Não (1)	Sim (2)
sala	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
cozinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
simples retrete	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
retrete e duche	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
casa banho completa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
água corrente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
eletricidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

janelas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
chão de soalho/ madeira/ azulejo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Chão de cimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ar condicionado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquecimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Saneamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lareira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Caldeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gás natural / canalizado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(Caso o inquérito seja aplicado na própria habitação, anotar informações sobre condições materiais)

2.14. Em termos de equipamentos, a sua casa tem:

	1 Não	2 Sim
Frigorífico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Congelador/ arca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Máquina de lavar roupa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Máquina de lavar loiça	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Máquina de secar roupa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fogão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Forno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Esquentador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Micro-ondas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aspirador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Televisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TV cabo/ satélite	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
HI-FI/ aparelhagem de som/ Rádio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Máquina de filmar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone fixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telemóvel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Computador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Smartphone	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tablet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(Caso o inquérito seja aplicado na própria habitação, anotar informações sobre equipamentos)

2.15. Qual o grau de satisfação com a sua habitação?

- 1 Muito insatisfeito
- 2 Insatisfeito
- 3 Mais ou menos satisfeito
- 4 Satisfeito
- 5 Muito satisfeito

2.16. A sua habitação sofreu obras desde que nela habita?

- 1 Não (passe para a questão 2.20.)
- 2 Sim

2.17. Se sim, quem custeou essas obras?

- 1 O próprio/a 2 O agregado familiar 3 A Câmara Municipal 4 O Estado
- 5 O/a senhorio/a
- 6 Outra entidade Qual? _____

2.18. A que tipo de obras se refere? (Assinale)

- 1 Pintura de paredes
- 2 Reestruturação do espaço 3 Colocação de azulejos/ mosaicos/ soalho 4 Substituição de móveis da cozinha
- 5 Substituição de loiças de casa de banho
- 6 Colocação de portas/ janelas
- 7 Colocação de estores
- 8 Outra(s) Qual(ais)? _____

2.19. Qual o montante do investimento nessas obras? _____

(Caso necessário, atender aos intervalos: 1 menos de 100€; 2 entre 101 e 500€; 3 entre 501 e 1000€; 4 entre 1001 e 2000€; 5 entre 2001 e 3500€; 6 entre 3501 e 5000€; 7 entre 5001 e 7500€; Mais de 7500€)

2.20. Neste momento, a sua habitação carece de obras?

- 1 Não (passe para a questão 2.22.)
2 Sim

2.21. Se sim, de que tipo?

- 1 De fundo/ estrutura
2 Pintura de paredes
3 Reestruturação do espaço
4 Colocação de azulejos/ mosaicos/ soalho
5 Substituição de móveis da cozinha
6 Substituição de loiças de casa de banho
7 Colocação de portas/ janelas
8 Colocação de estores
9 Outra(s). Qual(ais)? _____

2.22. Neste momento, o seu bairro carece de obras?

- 1 Não (Passe para a questão 2.24.)
2 Sim

2.23. Se sim, de que tipo?

- 1 De fundo/ estrutura
2 Pintura de paredes exteriores
3 Reestruturação do espaço
4 Criação de espaços de lazer
5 Criação de espaços para prática desportiva
6 Criação de espaços para serviços (café, supermercado, talho, etc.)
7 Outra(s). Qual(ais)? _____

2.24. Tem conhecimento de algum plano de reabilitação do seu bairro?

- 1 Não (passe para a questão
2.29.) 2 Sim

2.25. Quem é a entidade promotora?

- 1 Associação de Moradores
2 Câmara Municipal
3 Empresa Municipal Qual? _____
4 Outra Qual? _____

2.26. Como descreve a participação dos moradores/as do bairro neste plano?

- 1 Nenhuma
2 Sim, foi-nos transmitida a informação
3 Sim, temos vindo a acompanhar o projeto de intervenção
4 Sim, fomos ouvidos antes da apresentação do projecto 5
5 Sim, somos parte integrante da equipa responsável pelo projeto 6

Sim, temos uma comissão/ associação de moradores que acompanha 7
Outra situação Qual? _____

2.27. Como avalia o plano de reabilitação implementado/ a implementar

- 1 Muito negativo
- 2 Negativo
- 3 Indiferente
- 4 Positivo
- 5 Muito positivo

2.28. Caso faça uma avaliação negativa, explique porquê.

2.29. Qual o meio de transporte que utiliza no seu dia a dia?

- 1 carro próprio
- 2 carro de familiar(es)/ amigo(s)/ boleia
- 3 Motorizada
- 4 Bicicleta
- 5 Autocarro
- 6 A pé
- 7 Metro
- 8 Comboio

2.30. No seu agregado familiar existe(m) viatura(s) própria(s)?

- 1 Não (passe para a questão 2.32.)
- 2 Sim, carro(s) Quantos? _____
- 3 Sim, motociclo(s) Quantos? _____

2.31. Se sim, de que ano de construção e marca/ modelo?

Carro/ Motociclo 1: _____

Carro/ Motociclo 2: _____

Carro/ Motociclo 3: _____

2.32. Como avalia o acesso a transportes públicos na sua zona de residência, quanto aos seguintes aspetos

(1 Muito insatisfeito; 2 Insatisfeito; 3 Mais ou menos satisfeito; 4 Satisfeito; 5 Muito satisfeito; 6 Não aplicável)?

	1	2	3	4	5	6
Frequência/regularidade	<input type="checkbox"/>					

Qualidade dos autocarros	<input type="checkbox"/>					
Preço dos bilhetes/ passes	<input type="checkbox"/>					

2.33. Como avalia o seu bairro, do ponto de vista do seu espaço exterior? (1 Muito mau; 2 Mau; 3 Nem bom, nem mau; 4 Bom; 5 Muito bom)

	1	2	3	4	5
Para os vizinhos conviverem	<input type="checkbox"/>				
Para as crianças brincarem	<input type="checkbox"/>				
Para realizar pequenas reparações domésticas	<input type="checkbox"/>				
Para estacionar	<input type="checkbox"/>				
Para os não residentes utilizarem (passar a pé, visitar residentes, etc.)	<input type="checkbox"/>				

2.34. Caso avalie negativamente um ou mais itens, explique porquê.

2.35. Dentro da escala proposta (em que: 1 discordo totalmente; 2 discordo; 3 nem concordo, nem discordo; 4 concordo; 5 concordo totalmente), indique qual é a perceção que tem do seu bairro.

	1	2	3	4	5
Bem localizado (bons acessos ao centro e a locais como lojas)	<input type="checkbox"/>				
Calmo	<input type="checkbox"/>				
Seguro	<input type="checkbox"/>				
Agradável para se viver	<input type="checkbox"/>				
Limpo	<input type="checkbox"/>				
Onde há assaltos	<input type="checkbox"/>				
Onde há muita droga a circular	<input type="checkbox"/>				
Que seria muito melhor se algumas pessoas se fossem embora do bairro	<input type="checkbox"/>				

2.36. Pode fazer breve comentário sobre o porquê das suas opiniões?

2.37. Gostaria de mudar de zona de residência?

1 Não (passe para a questão 22)

Sim

2.38. Para onde?

2.39. Porquê?

III. Caracterização profissional pessoal e do agregado familiar

3.1. Relação de parentesco	3.2. Situação Profissional	3.3. Profissão	3.4. Profissão passada	3.5. Atividade complementar	3.6. Situação Contratual
O próprio/a					
Cônjuge					
Mãe					
Pai					
Avó Materna					
Avô Materno					
Avó Paterna					
Avô Paterno					
Sogra					
Sogro					
Avó materna do cônjuge					
Avô materno do cônjuge					

Avó paterna do cônjuge					
Avô paterno do cônjuge					
Filho 1					
Filho 2					
Filho 3					

Profissão/ Atividade secundária: Anotar informação o mais detalhada possível (tipo de função; tipo de organização, etc.) **Situação profissional:** 1 Patrão/ao; 2 Trabalhador/a por conta própria/independente; 3 Trabalhador/a por conta de outrem; 4 Trabalhador/a familiar não remunerado; 5 Reformado/a por idade; 6 Reformado/a por incapacidade; 7 Doméstico/a; 8 Estudante; 9 Desempregada/o. 10> Outra Situação. Qual? **Relação Contratual:** 1 Contrato a prazo; 2 Contrato permanente/ por tempo indeterminado; 3 A “recibo verde”; 4 Sem contrato de trabalho; 5 Trabalhos pontuais (“biscates”); 6 Não aplicável; 7< Outra. Qual?

Responder às duas questões que se seguem caso se encontre desempregado:

3.7. Há quanto tempo se encontra desempregado? meses

3.8. Qual o(s) motivo(s) pelo(s) qual(ais) se encontra desempregado?

(Sugestões: 1 porque o país está em crise; 2 porque não tenho habilitações; 3 pela introdução de máquinas; 4 porque não sou capaz/competente; 5 porque já tenho idade a mais; 6 porque sou jovem e não tenho experiência; 7 porque a União Europeia não tem programas de apoio ao emprego; 8 porque o governo não tem programas de incentivo ao emprego; 9 porque o país é debil na industria e na agricultura/pescas; 10 porque as empresas não têm confiança no governo; 11< por outra razão.)

3.9. Quais as fontes de rendimentos ou meios de subsistência do seu agregado? (assinalar todas e

referenciar a principal).

- | | | |
|---|--------------------------|-------|
| 1 Emprego(s)/salário(s) | <input type="checkbox"/> | _____ |
| 2 Reforma(s) por idade/ Pensão por velhice | <input type="checkbox"/> | ___ 3 |
| Reforma(s) por incapacidade/ Pensão por invalidez | <input type="checkbox"/> | ___ 4 |
| Subsídio(s) de desemprego | <input type="checkbox"/> | |
| 5 Subsídio(s) de doença | <input type="checkbox"/> | |
| 6 Subsídio(s) por viuvez | <input type="checkbox"/> | |
| 7 Rendimento Social de Inserção | <input type="checkbox"/> | |
| 8 Bolsa(s) de Formação | <input type="checkbox"/> | |
| 9 “Biscates” | <input type="checkbox"/> | |
| 10 Rendas de imóveis | <input type="checkbox"/> | |
| 11 Rendimentos próprios (dividendos/juros) | <input type="checkbox"/> | |
| 12 Rendimentos próprios de empresa | <input type="checkbox"/> | |
| 13 Atividade(s) agrícola complementar | <input type="checkbox"/> | |
| 14 Ajuda de familiares/amigos | <input type="checkbox"/> | |
| 15 Outra(s) <input type="checkbox"/> Qual(ais)? | | _____ |
-

3.10. No seu agregado é feito algum tipo de descontos? Qual(ais)?

- | | | |
|--|--------------------------|-------|
| 1 Para a Segurança Social | <input type="checkbox"/> | |
| 2 Para Seguros Privados | <input type="checkbox"/> | |
| 3 Para a ADSE ou equivalente | <input type="checkbox"/> | |
| 4 Nenhum | <input type="checkbox"/> | |
| 5 Outro(s) <input type="checkbox"/> Qual(ais)? | | _____ |

3.11. Quantas horas trabalha no total por semana (contando, eventualmente, com outro trabalho)?

3.12. O que o motiva/ motivou mais no seu trabalho/ ocupação? (indique três motivos)

Sugestões: 1 Segurança e estabilidade; 2 Prestígio; 3 Realização pessoal; 4 Bom ordenado; 5 Gosto pelo trabalho; 6 Lucro/ganho; 7 Ambiente de trabalho; 8 Possibilidade de subir na carreira; 9 Cumprir uma obrigação; 10 Sobrevivência/ necessidade económica; 11 Horário flexível; 12 Tradição familiar; 13 Sentido de responsabilidade; 14 Evolução/ Possibilidade de Formação; 15< Outra)

3.13. Qual o seu salário/ rendimento médio mensal líquido? _____

Em alternativa pedir para que situe nos seguintes intervalos: 1. menos de 250€; 2. entre 251 e 557€; 3 entre 557 e 750€; 4. entre 751 e 1000€; 5. entre 1001 e 1500€; 6 entre 1501 e 2000€; 7 entre 2001 e 3000€; 8 entre 3001€ e 5000€; 9 entre 5001 e 10000€; 10 Mais de 10000€.)

3.14. Qual o rendimento mensal líquido do seu agregado familiar? (juntando o seu, do cônjuge, filhos e outros sob o mesmo tecto) _____

Em alternativa pedir para que situe nos seguintes intervalos: 1. menos de 250€; 2. entre 251 e 557€; 3 entre 557 e 750€; 4. entre 751 e 1000€; 5. entre 1001 e 1500€; 6 entre 1501 e 2000€; 7 entre 2001 e 3000€; 8 entre 3001€ e 5000€; 9 entre 5001 e 10000€; 10 Mais de 10000€.

3.15. Você ou algum membro do seu agregado é/foi e/imigrante?

1 Não (Passe para a questão 3.17.) 2

Sim

3.16. Descreva a situação

3.16.1. Relação de Parentesco	3.16.2. País de origem	3.16.3. País de destino	3.16.4. Forma de e/imigração	3.16.5. Motivo da e/imigração	3.16.6. Situação face à e/imigração	3.16.7. Motivo de regresso
O/a próprio/a						

98 Não aplicável; 99 Não sabe/ não responde

Forma de e/imigração: 1 com contrato/carta de chamada; 2 com passaporte turista; 3 a salto; 4 sem informação;

Motivo de e/imigração (pode ser mais do que uma opção): 1 fazer casa/casar; 2 pagar dívidas/hipotecas; 3 estabelecer-se; 4 falta de trabalho; 5 sobrevivência; 6 más condições de vida; 7 enriquecer; 8 Saída de ex colónia; 9> outro; **Situação face à e/imigração:** 1 é emigrante; 2 regressou;

Motivo de regresso: 1 casa feita+voltar à agricultura; 2 dinheiro suficiente; 3 filhos em Portugal; 4 discriminação; 5 desemprego/doença/ contratempo; 6 serviço militar/descolonização; 7 reforma+prémio; 8 saudades e amparo de parentes; 9 saudades da terra; 10> outro. Qual?

3.17. Qual a média de dinheiro que o seu agregado consegue poupar por mês? _____

Caso necessário, usar os seguintes intervalos: 1 nenhum; 2 até 100€; 3 entre 100 e 250; 4 entre 251 e 557€; 5 entre 557 e 750€; 6 entre 751 e 1000€; 7 entre 1001 e 1500€; 8 entre 1501 e 2000€; 9 entre 2001 e 3000€; 10 entre 3001€ e 5000€; 11 entre 5001 e 10000€; 12 Mais de 10000€.

3.18. Qual o destino das poupanças?

- 1 para ajudar familiares
- 2 para dar melhor educação aos filhos
- 3 para comprar casa (em Portugal)
- 4 para emigrar
- 5 para regressar do país para onde emigrei
- 6 para comprar carro
- 7 para estudar/cultivar-me
- 8 para investir em projecto (empresa)
- 9 para festas/convívios
- 10 para passear/ férias
- 11 < outra(s) Qual(ais)? _____

3.19. O seu agregado familiar já recorreu a empréstimo(s)?

- 99 Não sabe/ não responde (passe para a questão 3.22.)
- Não (passe para a questão 3.22.)
- 2 Sim

3.20. Qual o tipo de empréstimo(s)?

- 1 bancário
- 2 crédito de risco elevado
- 3 informal (parentes/ amigos)
- 4 outro(s) Qual? _____

3.21. Se recorreu a empréstimos, com que finalidade o fez?

- 1 para emigrar
- 2 para construir/comprar casa
- 3 para comprar terra
- 4 para comprar móveis/equipamento
- 5 para comprar carro
- 6 para investir na agricultura
- 7 para investir na indústria/oficina 8
- para investir no setor de comércio/serviços 9
- por razões de doença
- 10 por outro motivo Qual? _____

3.22. Quanto à situação económica, como considera a sua família?

	Quando nasceu	Quando casou/ uniu	Atualmente
muito alta /muito rica	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
alta /rica	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
média	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
baixa/pobre	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
muito baixa/muito pobre	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Não aplicável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/>

3.23. Qual(ais) o(s) fator(es) que considera mais importante(s) para subir na vida?

Sugestões: 1 Ter uma origem familiar elevada; 2 Realizar um bom casamento; 3 Ter sorte na vida; 4 Conhecer pessoas influentes; 5 Esforçar-se/Trabalhar muito; 6 Ter estudos/diplomas; Ser esperto/desembaraçado.

3.24. Alguém no seu agregado familiar apresenta problemas de saúde?

- 1 Não (passe para a questão 4.1.)
- 2 Sim

3.25. Se sim, que problemas?

Relação de Parentesco	Doença
O/a próprio/a	

(Por exemplo: Obesidade, Diabetes, Doença Crónica, Doença Respiratória; Alcoolismo, Toxicod dependência, Doença mental, Incapacidade física, etc.)

IV. Vizinhança, Sociabilidades Intergrupais, Conflitos

4.1. Tem outros familiares a viver no seu bairro?

1 Não

2 Sim Quem? _____

4.2. Como avalia, no geral, a relação com a sua vizinhança no bairro?

1 Muito má

2 Má

3 Nem boa nem má

4 Boa

5 Muito boa

4.3. Se for o caso, a que se deve a má relação?

(Sugestões: 1 Pessoas sem respeito cívico; 2 Hábitos diferentes; 3 razões culturais; 4 diferenças de classe/estatuto; 5 por causa da pertença rácica ou étnica diferente; 6 por causa de serem de nacionalidade diferente)

4.4. No caso de haver pessoas de outras etnias, qual a sua relação com elas?

1 Muito má

- 2 Má
- 3 Nem boa nem má
- 4 Boa
- 5 Muito boa
- 9 Não aplicável

4.5. Se for o caso, a que se deve a má relação e a que etnia(s) se refere?

4.6. No caso de haver pessoas de outras nacionalidades, qual a sua relação com elas?

- 1 Muito má
- 2 Má
- 3 Nem boa nem má
- 4 Boa
- 5 Muito boa
- 6 Não aplicável

4.7. Se for o caso, a que se deve a má relação e a que nacionalidade(s) se refere?

4.8. No seu dia-a-dia tem contacto com pessoas de outras etnias/ raças?

- 1 Sim, no bairro de residência
 - 2 Sim, fora do bairro de residência
 - 3 Sim, dentro e fora do bairro de residência
 - 4 Não, não se proporciona
 - 5 Não, evito
- Porquê?

4.9. Especifique de que etnias/ raças se trata:

4.10. No seu dia-a-dia tem contacto com pessoas de outras nacionalidades?

- 1 Sim, no bairro de residência

2 Sim, fora do bairro de residência
residência

3 Sim, dentro e fora do bairro de
residência

5 Não, evito

Porquê? _____

4.11. Especifique de que nacionalidades se trata:

4.12. Tem feito amizade com pessoas de outras etnias/ raças?

1 Nenhuma

2 Poucas

3 Algumas

4 Muitas

4.13. Em caso afirmativo, a que etnias/ raças se refere?

4.14. E de outras nacionalidades?

4.15. Em caso afirmativo, a que nacionalidades se refere?

4.16. Acha que o seu bairro...

1 Está bem da forma que está

2 Ficaria melhor se houvesse maior diversidade étnica/ racial 3 Ficaria

melhor se não houvesse tanta diversidade étnica/ racial 4 Ficaria

melhor se houvesse maior diversidade em termos de nacionalidade 5

Ficaria melhor se houvesse menor diversidade em termos de
nacionalidade

4.17. Como avalia as diferenças étnicas, culturais, religiosas e de nacionalidade?

Sugestões: 1 são boas, porque representam uma riqueza cultural; 2 são más, porque dificultam a paz social; 3 são péssimas, porque são fonte de conflitos graves; 4 não sabe/não responde.

4.18. Considera que existem povos e/ou grupos étnicos e/ou religiosos particularmente

conflituosos?

1 Não (passe para a questão 4.20)

2 Sim

4.19. Em caso afirmativo, exemplifique.

4.20. Com qual das quatro opiniões está mais de acordo?

1 A discriminação racial é sempre condenável, nunca tem justificação

2 Por vezes, a discriminação racial é justificada

3 A discriminação racial é necessária

4 A discriminação racial deveria ser obrigatória (consagração legal)

4.21. Como aprecia a ação de cada uma das seguintes autoridades/peritos/profissionais em relação aos moradores do seu bairro

(1 Muito negativa; 2 Negativa; 3 Mais ou menos; 4 Positiva; 5 Muito positiva; 6 Não sabe; 7 Não responde)

	1	2	3	4	5	6	7
PSP	<input type="checkbox"/>						
GNR	<input type="checkbox"/>						
Domus Social	<input type="checkbox"/>						
Câmara Municipal	<input type="checkbox"/>						
Media/ Jornalistas	<input type="checkbox"/>						
Segurança Social	<input type="checkbox"/>						
Tribunal	<input type="checkbox"/>						
Equipa de RSI	<input type="checkbox"/>						
Organizações da Sociedade Civil	<input type="checkbox"/>						
Água e saneamento	<input type="checkbox"/>						
Eletricidade	<input type="checkbox"/>						
Comunicações (NOS, MEO, Vodafone)	<input type="checkbox"/>						

4.22. Existem lugares na cidade onde reside, nos quais se sente particularmente inseguro/a?

1 Não (Passe para a

questão 5.1.) 2 Sim

4.23. Aquele locais se refere? _____

4.24. Qual o motivo?

- 1 já me fizeram mal
- 2 já fizeram mal a familiares meus
- 3 amigos e conhecidos já tiveram experiências negativas naquele local
- 4 ouvi falar de más experiências naquele lugar
- 5 ouvi falar de más experiências mas nunca fui maltratado
- 6 outro motivo Qual? _____

V. Valores, estilos de vida, religião e política

5.1. Como ocupa os seus "tempos livres"?

	1 Não	2 Sim
Ficar em casa (ver televisão/ler/ouvir música)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Visitar familiares e/ou amigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ir às compras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ir ao café	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ir a um clube ou associação local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ver (no estádio, no campo) jogos de futebol ou de outro desporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ir a bares ou discotecas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ir passear para fora da cidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Praticar desporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ir ao cinema	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ir ao teatro, a museus ou a exposições	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer trabalhos extra para outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer trabalhos ou reparações em casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra(s) <input type="checkbox"/> Qual(ais)? _____		

Nota para o/a inquiridor/a: perguntar primeiro para resposta livre e depois preencher.

5.2. O que é mais importante na sua vida? _____

(Sugestões: 1 Ter uma casa e outros bens (p. ex. terrenos); 2 Ter dinheiro; 3 Ter emprego; 4 Ter estudos que possibilitem acesso a a um bom emprego; 3 Passear ou viajar; 4 Ter uma boa relação amorosa/afetiva; 5 Ter uma vida sem preocupações ou sem receios quanto ao futuro; 6 Constituir uma família; 7 Educar bem os filhos; 8 Ter uma vida social ativa, com muitos amigos; 9 Participar na vida política da cidade ou do país; 10 Ser solidário, ajudar os que precisam; 11 Ter um estilo de vida saudável)

5.3. Qual a sua opinião sobre cada um dos seguintes temas?

(1 Discordo; 2 Nem concordo nem discordo; 3 Concordo; 4 Sem opinião; 5 Desconheço)

	1	2	3	4	5
1 Legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo	<input type="checkbox"/>				
2 Legalização da procriação medicamente assistida	<input type="checkbox"/>				
3 Adoção de crianças por casais do mesmo sexo	<input type="checkbox"/>				
4 Relações sexuais antes do casamento	<input type="checkbox"/>				
5 Legalização do aborto	<input type="checkbox"/>				
6 Eutanásia/morte assistida	<input type="checkbox"/>				

5.4. Quais os seus maiores receios ou medos?

	1 Não	2 Sim
1 Ficar doente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 Ficar sem trabalho/desempregado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 Ficar sem meios para sobreviver	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 Ser assaltado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 Ter um conflito de origem racial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 Perder o cônjuge por separação ou divórcio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 Não poder proporcionar um futuro aos filhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 Ser vítima de violência provocada por estranhos na rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 Ser vítima de violência provocada por vizinhos do bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 Ser vítima de violência pelas autoridades policiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11 <Outra(s) <input type="checkbox"/> Qual(ais)		

Nota para o/a inquiridor/a: perguntar primeiro para resposta livre e depois preencher.

5.5. Qual a sua religião?

- 1 Católica
 2 Protestante

- 3 Islâmica
- 4 Judaica
- 5 Budista
- 6 Evangélica
- 7 outra Qual? _____
- 8 Agnóstico(a) (passe para a questão 5.8.)
- 9 Ateu(eia) (passe para a questão 5.8.)

5.6. Com que frequência pratica atos de culto (vg. Missa)?

- 1 Diariamente 2 Uma vez por semana 3 Uma vez por mês
- 4 De vez em quando
- 5 Raramente
- 6 Nunca

5.7. Visita a bruxa/curandeiro ou outro mediador?

- 1 Não
- 2 Sim
- 3 Agora não, mas já visitei no passado
- 4 Não responde

5.8. Como acha que defende melhor os seus interesses?

- 1 Através de partido político existente
- 2 Através de sindicatos
- 3 Através de associações
- 4 Através de movimentos cívicos
- 5 Através de manifestações
- 6 outra Qual? _____

5.9. Está associado/organizado?

- 1 Não (passe para a questão 5.10)
- 2 Sim

5.10. Se sim, em que organização(ões)?

- 1 associação cultural
- 2 associação cultural/ recreativa
- 3 associação de imigrantes
- 4 comissão de moradores
- 5 organização de solidariedade
- 6 organização filantrópica
- 7 partido político
- 8 associação profissional
- 9 sindicatos
- 10 clube desportivo
- 11 Outra(s) Qual(ais)? _____

5.11. Se tem alguma função directiva ou responsabilidade no Estado (Governo, AR, Assembleia de freguesia/Junta, sindicato, movimento cívico ou social, defesa das minorias), pode especificar a sua função e em que organização/movimento?

5.12. Qual o partido que melhor defende os seus interesses?

- 1 BE
- 2 CDS/PP
- 3 PAN
- 5 PCP
- 4 PEV
- 6 PS
- 7 PSD
- 8 Outro Qual? _____
- 9 Nenhum (passe para a questão número 5.14)
- 10 Não sei (passe para a questão número 5.14)
- 11 Não responde (passe para a questão número 5.14)

5.13. É militante ativo?

- 1 Não Porquê?

- 2 Sim
Porquê?

5.14. Tem por hábito votar?

- 1 Não Porquê?

- 2 Sim
Porquê?

5.15. Em particular, atendendo às suas condições de vida e de habitação, tem algo que gostaria de acrescentar?

Caso tenha disponibilidade para futura entrevista, por favor, indique-nos o seu contacto.

ANEXO II - Guião de Entrevista: “Modos de Vidas e Formas de Habitar”: Ilhas e Bairros Populares no Porto e em Braga

Guião de Entrevista

Modos de Vida e Formas de Habitar: Ilhas e Bairros Sociais no Porto e em Braga

Momento Narrativo I

1. Origem e socialização familiar na infância e juventude

- 1.1. Com quem foi criado na sua infância, adolescência e juventude e em que tipo de família? (monoparental, nuclear, composta)
- 1.2. Onde vivia nesses períodos da sua vida (campo ou cidade)?
- 1.3. Como avalia o seu ambiente familiar nesses períodos? (relação entre os diversos membros da família, sobretudo pais e irmãos/ãs)
- 1.4. Como descreve a situação económica da sua família nesses momentos? E comparativamente ao momento atual?
- 1.5. Em termos gerais, como avalia a sua infância e adolescência (feliz/ infeliz)? Porquê? Pode descrever algumas das suas memórias (positivas e/ou negativas) da sua infância/adolescência e juventude?

2. Vivências, relações intra e interfamiliares e namoro/casamento

- 2.1. Que recordações tem das vivências não só com os seus pais e irmãos/ãs, mas também com outros parentes: havia relações de partilha e entreajuda ou situações de rixas e conflitos? E porquê?
- 2.2. Que recordações tem das interações e relações da sua família com a vizinhança? Boas ou más? Havia entreajuda entre famílias ou havia invejas, rivalidades, conflitos? E na base de quê?

2.3. Caso tenha casado/ vivido em união:

Como conheceu a/o sua esposa/o / companheira/o? Considera que naquela altura as pessoas namoravam com pessoas da vizinhança/ ‘Ilha’/ Bairro ou de fora? Porquê? E nos dias que correm?

3. Trajetória escolar

- 3.1. Qual é sua escolaridade e com que idade terminou os seus estudos?

- 3.2. Quais as oportunidades ou o que é que a/o levou a prosseguir os seus estudos (caso de licenciatura ou mais)? Ou (em caso de abandono) o que a/o impediu ou levou a deixar de frequentar a escola? (Ter de ir trabalhar para sustentar-se a si e à sua família, imposição familiar, falta de motivação pessoal, etc.)
- 3.3. Gostaria de ter tido um percurso escolar diferente? Porquê/ para quê?

4. Trajetória profissional e condições de vida

- 4.1. Com que idade começou a trabalhar e qual o primeiro trabalho que desempenhou?
- 4.2. A partir desse momento sempre trabalhou ou encontrou-se desempregado/a em algum momento?
- 4.3. Se esteve/está desempregado/a, quais as razões e durante quanto tempo se encontrou/encontra nessa situação? E como se sentiu/sente face a isso?
- 4.4. Caso se encontre a trabalhar, qual é sua profissão e desde quando se encontra nesse local de trabalho?
- 4.5. Que outros trabalhos teve? Quanto tempo trabalhou nessas outras actividades? E por que é que as deixou ou foi despedido?
- 4.6. Como avalia o seu percurso profissional (vitórias, fracassos) e como se sente?
(Satisfeita/o, insatisfeita/o, injustificada/o,...)
- 4.7. Caso nunca tenha trabalhado, quais as razões para tal? Gostaria de ter trabalhado? Porquê e em que actividade?
- 4.8. Qual a importância que o trabalho tem na sua vida?
- 4.9. Quais as suas (ou do agregado) fontes de rendimento atualmente? Qual o seu rendimento mensal? Como avalia as suas condições de vida? (boas, razoáveis, más, péssimas, etc...)

Caso tenha filhas/os...

- 4.10. Quais as perspectivas de vida que tem para eles/elas? (Iguais, melhores ou piores que as suas?)

Momento Narrativo II

5. Habitação e Experiências de Vida antes da entrada no Bairro/ Ilha

- 5.1. Onde é que morava antes de vir para o Bairro: no campo ou na cidade? Em que tipo(s) de habitação viveu e como avalia as condições da(s) mesma(s)?
- 5.2. Caso não tenha nascido neste Bairro/ Ilha, como e por que é que veio para cá morar? Veio voluntariamente ou sentiu-se forçado(a) a vir para aqui? Quando é que ocorreu a mudança?
- 5.3. Qual foi a reação da sua família quando decidiu ou teve de vir morar para aqui?
- 5.4. Foi a sua primeira opção, ou tinha em mente outros locais da cidade, ou outras cidades do país?

Momento Narrativo III

6. Experiências de vida (de revolta, adaptação/acomodação, conformidade): identidade e identificação com o Bairro/ Ilha

- 6.1. Qual a ideia que tinha deste local antes de vir para aqui morar?
- 6.2. Como recorda o que sentiu no seu primeiro dia aqui?
- 6.3. Como foi recebido pelas/os demais moradores/as? (Ou, caso seja habitante originário...) Já conhecia outras/os moradoras/es? Se sim, qual a relação?
- 6.4. Vir para este Bairro/ Ilha foi bom, acolhedor e vantajoso, ou, pelo contrário, sente que teve de enfrentar muitos obstáculos, muitas inseguranças e medos? Pode relatar uma ou mais experiências?

Momento Narrativo IV

7. Modos Presentes de Viver, de Sentir e de Habitar no Bairro/ Ilha

- 7.1. Atualmente, como é viver neste Bairro/ Ilha?
- 7.2. E em termos de relação com a cidade, considera que o/a Bairro/ Ilha está bem integrado/a ou isolado/a / segregado/a num mundo totalmente à parte?
- 7.3. Qual é que acha que é a opinião das pessoas fora do/a Bairro/ Ilha relativamente ao mesmo e aos seus habitantes? Lembra-se de algum comentário que tenha ouvido (no trabalho, por exemplo).
- 7.4. Atualmente, como é viver nesta 'Ilha'/Bairro social? das Andorinhas?
- 7.5. Conseguiria caracterizar e comparar a 'Ilha'/Bairro no passado e agora? E as pessoas da 'Ilha'/Bairro antes e agora? Há grandes diferenças ou não vê nenhuma alteração?
- 7.6. Acha que a 'Ilha'/o Bairro é só para pessoas que vivem com dificuldades? Ou deveria acolher pessoas de diversos grupos/classes sociais? Existem pessoas com dinheiro/posses a viver no bairro?
- 7.7. É crente e praticante? E, entre os demais moradores, que religiões são professadas e praticadas? No Bairro ou fora do Bairro?
- 7.8. Acha que a 'Ilha'/o Bairro é um espaço que pode ser considerado como multicultural, isto é, capaz de acolher pessoas de outras nacionalidades, raças/etnias, culturas, outras religiões?
- 7.9. Como avalia as condições da sua casa e como se sente nela? Porquê? Se for o caso, quais são os principais problemas na mesma? Considera que estes podem ser resolvidos? De que forma?
- 7.10. Fez alguma alteração na sua casa desde do momento em que para aqui veio morar? Teve algum apoio financeiro da Câmara Municipal ou de uma outra entidade? Se sim, qual? Ou teve de ser você próprio(a) a pagar?
- 7.11. Como avalia a 'Ilha'/ Bairro do ponto de vista da acessibilidade/ proximidade a bens e serviços como escolas e creches, lares e centros de dia, centro de saúde/ hospital, correios, banco, transportes, supermercados, etc.?
- 7.12. Tem havido novos moradores a virem para a 'Ilha'/o Bairro? E porquê? E já testemunhou vizinhos seus a saírem da 'Ilha'/Bairro porque se sentiam insatisfeitos com as condições das casas ou do próprio bairro?
- 7.13. Gostaria de ter casa própria?
- 7.14. Se tivesse possibilidade financeira de sair da 'Ilha'/Bairro, fá-lo-ia? Porquê? E para onde iria? Porquê?

Momento Narrativo V

8. Auto-percepções dos/as moradores/as

- 8.1. Na sua opinião, o que significa viver numa 'Ilha'/Bairro social? É uma vantagem ou desvantagem? É positivo ou negativo? Sente-se um grupo ou classe excluída/segregada?
- 8.2. Sente-se bem e tem orgulho de viver na 'Ilha'/no Bairro ou tem vergonha de dizer que vive na 'Ilha'/Bairro? Já se sentiu prejudicado por viver no bairro ao candidatar-se a um emprego ou noutra situação?
- 8.3. Seria a mesma pessoa se vivesse fora desta 'Ilha'/Bairro?
- 8.4. Como vê outras pessoas que vivem fora da 'Ilha'/Bairro, nomeadamente as que vivem em boas casas? Pessoas privilegiadas ou pessoas com o seu direito à habitação realizado?
- 8.5. Acha que todos deveriam ter uma boa casa para viver ou depende das situações? Porquê?

9. Relações com as autoridades (Estado/Governo/Partidos, Câmara, Junta de Freguesia, Empresa Municipal de Habitação)

- 9.1. Acha que as autoridades nacionais e locais têm-se preocupado com as condições de habitação na sua 'Ilha'/Bairro Social?
- 9.2. A este respeito que pensa do papel: i) do Presidente da República? (ii) do Governo e do respetivo Ministro para as questões da Habitação? (iii) da Assembleia da República (AR) (iv) dos diversos partidos na AR? E quais os que mais defendem os interesses dos moradores?
- 9.3. E das autoridades locais: o que pensa do Presidente da Câmara? Do Vereador da Habitação? Da Assembleia Municipal e respetivos partidos? E quais deles melhor defendem os interesses dos moradores? E o que pensa do Presidente de Junta e dos representantes dos partidos na Assembleia de Freguesia? Quais deles melhor defendem os moradores?
- 9.4. E dos Serviços da Habitação na Câmara (por exemplo, Domus Social no Porto e Braga Habit em Braga)
- 9.5. Acha que as autoridades sobretudo locais (Câmara e Freguesia) têm em conta as suas necessidades, propostas, reclamações, protestos que dirigem através da Associação de Moradores? E considera que esta tem algum poder de influenciar as decisões das autoridades?
- 9.6. Ou acha que o melhor método é dirigir-se individualmente a determinado político e/ou técnico e pedir-lhe os seus favores ou influências para resolver o seu caso pessoal/familiar?
- 9.7. Se viveu numa Ilha/Bairro Social antes e depois do 25 de Abril, que diferenças sentiu nas políticas de habitação durante o regime de Salazar/Caetano e no pós 25 de Abril? E as diversas fases no pós-25 de Abril? E dos diversos partidos no poder após o 25 de Abril?
- 9.8. Acha que o Estado e a Câmara têm o dever de proporcionar uma casa decente a todas as famílias/cidadãos/as? E devem dedicar um maior orçamento para as famílias mais pobres e com habitação precária?

- 9.9. E para isso acha ou não necessário a criação de uma Associação de Moradores? E será esta suficiente ou será preciso criar uma organização/movimento de Associações de Moradores no concelho, na região e no país? E que outros apoios ou mediadores devem ser convocados para esta causa: Comissão do Ordenamento do Território e da Habitação na Assembleia da República, sindicatos, partidos políticos ou outras entidades?
- 9.10. Quem acha serem os responsáveis de viver num bairro social? Você próprio que não ganha o suficiente ou não consegue poupar o suficiente? Ou o mercado das casas para vender ou arrendar com preços elevados e inacessíveis? Ou Estado e a Câmara e seus políticos (e técnicos) que não cuidam dos moradores mais pobres? A pouca sorte na vida ou esta sociedade injusta e suas classes dominantes?

10. Perceções dos moradores sobre a Associação de Moradores

- 10.1. O que é que representa para si a Associação dos Moradores da 'Ilha' / Bairro?
- 10.2. Quais os aspetos positivos e negativos das atividades da Associação de Moradores?
- 10.3. Sente que a Associação tem sido um mediador e facilitador dos seus problemas no que diz respeito às questões relacionadas com a sua habitação e com a sua vida na 'ilha' / no Bairro? Ou já se sentiu prejudicado(a) pela Associação do Moradores? Se for o caso, pode exemplificar?
- 10.4. Pessoalmente, o que é que acha que a Associação deveria fazer pelos seus moradores?
- 10.5. Finalmente, gostaria de dar a sua opinião quanto à importância de um estudo sobre o seu Bairro? Porquê?

Em alternativa: onde não haja Associação de moradores

- 11.1. Acha que seria positivo para este bairro a existência de uma Associação/ Comissão de Moradores? Porquê?
- 11.2. A que se deve o facto de não existir uma Associação/ Comissão de moradores? Já foi discutida essa possibilidade? Qual o ponto de situação?
- 11.3. Como são geralmente tratados os problemas relativos ao bairro? (obras, necessidades em termos de serviços básicos)? Há algum tipo de organização entre moradores ou cada família atua por si própria e independentemente junto das entidades competentes? Porquê?
- 11.4. Finalmente, gostaria de dar a sua opinião quanto à importância de um estudo sobre o seu Bairro? Porquê?

A identificar pelo/a entrevistador/a após a entrevista com base no correlativo questionário, se for o caso.

Nº do questionário:

Sexo: Idade:

Naturalidade: Nacionalidade:

Etnia/ raça: Estado civil: N°
de filhos:

Habilitações literárias: Profissão:

Tempo de residência no bairro:

ANEXO III – Guião de entrevista

1 – Vivência no sistema educacional

- 1.1 – Acha que sua vida seria diferente se tivesse continuado estudar?
- 1.2 – Gostaria de ter continuado os estudos?
- 1.3 – Cite um exemplo do que mais gostava (gosta) e menos gostava (gosta) da escola?

2 – Experiências profissionais

- 2.1 – Qual trabalho seus pais desempenhavam?
- 2.2 – Que tipo de atividades era desempenhada nos últimos trabalhos?
- 2.3 – Os trabalhos que desempenhava tinha contrato e desconto para Segurança Social?
- 2.4 – Você é a maior responsável pelos trabalhos domésticos e cuidados de pessoas que necessitam (se aplicável)? Quais as dificuldades?

3 - Participação política

- 3.1 – Você acompanha a questão política do país? Como?
- 3.2 – Como é sua participação na Associação de Moradores? Gostaria de participar?
- 3.3 – Tem alguma organização de mulheres no Bairro Social?

4 - Estereótipos de gênero

- 4.1 – Em sua residência as atividades domésticas são partilhadas?
- 4.2 – Você observar mudança no que se refere as relações entre mulheres e homens? Quais?
- 4.3 – Você percebe alguma mudança a respeito do casamento (civil e religioso)? Quais?
- 4.4 – E em relação ao divórcio, você observa alguma mudança? Qual?

4.5 – Qual o seu posicionamento frente ao aborto?

4.6 – Sofreu ou sofre alguma forma de violência? Cite.